

CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

PROGRAMA

Componente de Formação Sociocultural

Disciplinas de

Cidadania e Mundo Actual
(Tipos 1, 2 e 3)

Cidadania e Sociedade
(Tipos 4, FC, 5, 6 e 7)

Direcção-Geral de Formação Vocacional

2006

Parte I

Orgânica Geral

Índice:

| | Página |
|---|--------|
| 1. Caracterização da Disciplina | 2 |
| 2. Visão Geral do Programa | 4 |
| 3. Competências a Desenvolver. | 5 |
| 4. Orientações Metodológicas / Avaliação | 8 |
| 5. Elenco Modular | 10 |
| 6. Bibliografia | 13 |

1. Caracterização da Disciplina

A disciplina Cidadania e Mundo Actual integra a componente de formação sociocultural dos planos de estudos dos cursos de Educação e Formação regulados pelo Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de Julho, objecto da Rectificação nº.1673/2004, de 7 de Setembro. Os cursos enquadrados por este despacho conjunto constituem uma resposta formativa alternativa ao ensino regular que visa permitir, a alunos com insucesso escolar repetido ou em risco de abandono escolar precoce, a conclusão do respectivo ciclo de escolaridade e em simultâneo a obtenção de uma qualificação profissional. O desenvolvimento de competências nesta disciplina deverá contribuir para reforçar o sentido das aprendizagens desta modalidade de formação, nomeadamente, através de uma metodologia que tenha por base a interdisciplinaridade e a contextualização dos conhecimentos.

Através dos temas e problemas propostos em cada módulo, que implicam aprendizagens e práticas determinadas, espera-se o desenvolvimento de competências inerentes a uma cultura de cidadania democrática. Pretende-se contribuir para a formação de cidadãos participativos que assumam a responsabilidade de encontrar e partilhar respostas adequadas para os problemas das diferentes comunidades em que se inserem. A cidadania democrática comporta um estatuto e um papel relacionados com direitos e responsabilidades, mas inclui também as acções que cada cidadão pode desenvolver com impacto na vida da comunidade (O'Shea, 2003).

Vivemos num mundo complexo onde as interdependências se acentuaram, independentemente da escala e do lugar em que nos situemos. Esta complexidade global parece cimentada pela coexistência de duas tendências aparentemente opostas. Por um lado, assistimos a uma tendência homogeneizadora do sistema mundial para construir uma sociedade global com características semelhantes mas, por outro lado, nunca se valorizaram tanto as diferenças e as identidades locais. As dimensões globais e local não são antagónicas uma vez que assistimos diariamente a um reforço das suas interdependências. A abordagem dos temas de cada módulo pode e deve considerar as escalas locais, regional, nacional e internacional, uma vez que as nossas acções podem ter impactos na vida das comunidades em qualquer dessas escalas. As práticas, nesta disciplina, deverão ajudar a fazer face à complexidade do mundo e da sociedade fornecendo ferramentas intelectuais que ajudem a formar a opinião e a defender pontos de vista pela argumentação (Perrenoud, 2002).

Aprender a viver juntos é uma exigência das sociedades democráticas, cada vez mais multiétnicas e multiculturais, onde a liberdade individual implica o respeito pelo pluralismo de natureza económica, política, cultural ou religiosa (Unesco, 1996). O reconhecimento do património cultural e da identidade social e territorial, que formam o sentido de pertença a uma comunidade, deve ser equilibrado pela abertura intercultural gerada por vivências plurais e diversificadas. Esta ideia está no cerne desta disciplina no sentido de procurar que as diferenças sejam saudadas e aceites na sociedade em que vivemos.

Os avanços tecnológicos e a consequente velocidade e intensidade dos fluxos de bens e de informação geram mutações nas diferentes esferas das sociedades contemporâneas. O acompanhamento das alterações, que resultam desta situação, tornam necessária uma aprendizagem ao longo da vida para a qual nos devemos preparar. É preciso saber usar ferramentas que permitam aceder a informação actualizada e desenvolver a capacidade crítica e reflexiva de modo a que cada um aprenda a construir o seu conhecimento face às exigências de que é alvo. Neste sentido, é crucial a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito dos processos de trabalho desta disciplina, assim como, fazer um uso crítico dos diferentes *media*.

A reflexão sobre os grandes problemas que afectam o nosso planeta deve contribuir para consciencializar os jovens dos desafios que se colocam ao mundo de hoje, para construir uma sociedade mais justa e promover o desenvolvimento humano sustentável (Unesco, 2005). Neste sentido, é preciso fomentar a adesão aos princípios do desenvolvimento sustentável e aprofundar a compreensão dos conceitos com ele relacionados. Os temas e problemas propostos pretendem contribuir activamente para a compreensão do processo de desenvolvimento sustentável através da abordagem de aspectos dos três pilares que lhe dão forma e conteúdo: sociedade, ambiente e economia (Unesco, 2005).

O desenvolvimento integral do indivíduo, além de o preparar para o mundo do trabalho, implica também apostar no desenvolvimento da personalidade, da criatividade, da responsabilidade e da sensibilidade no contexto das várias comunidades de pertença (família, escola, região, país, europa, mundo). A cidadania é mais do que um estatuto e, portanto, não chega conhecer os direitos e deveres para promover o bem comum e melhorar a vida em comunidade. O desenvolvimento integral do indivíduo implica aprender a ser e a agir em conformidade, daí a importância de trabalhar as atitudes, os valores e as representações. Nesta disciplina, os valores e atitudes exigem uma atenção sistemática e uma didáctica inventiva uma vez que se trata de aspectos da aprendizagem em que o meio é a mensagem.

A grande finalidade de uma disciplina com esta designação, no contexto da educação e formação para o mundo do trabalho, será de habilitar os jovens para viver e agir como cidadãos responsáveis e livres numa sociedade democrática, o que inclui a sua integração no mundo do trabalho. Esta finalidade implica conhecimentos e competências no domínios da responsabilidade social e moral, da participação na vida da comunidade e da literacia política, jurídica, económica, ambiental, social e cultural.

2. Visão Geral do Programa

O programa de Cidadania e Mundo Actual assenta no desenvolvimento de competências de cidadania que, por sua vez, “convocam” os principais temas e problemas do mundo actual. Deste modo, as competências de cidadania e os temas do mundo actual são indissociáveis e podem agrupar-se em três dimensões: política e jurídica, social e cultural e económica e ambiental. A exigência do modelo de formação, no sentido de sublinhar a dimensão da empregabilidade, conduziu à criação de um conjunto de módulos cujas temáticas estão subordinadas a esta dimensão.

Os temas e problemas para que apontam os títulos dos módulos funcionam como pretexto para a criação de experiências e situações de aprendizagem que devem ser ajustadas à diversidade dos públicos e dos contextos e, deste modo, poderem concretizar as competências enunciadas. Os objectivos e conteúdos de cada módulo devem permitir uma abordagem problematizadora a diversas escalas (do local ao global). As situações de aprendizagem devem apostar numa visão plural e crítica da realidade do nosso tempo, contribuindo deste modo para melhorar a inteligibilidade do mundo e da sociedade contemporâneos no âmbito de cada tema/problema.

A aplicação deste programa constitui uma oportunidade para levar à prática os princípios da escola activa e das pedagogias construtivistas. Neste sentido, a criação e concretização de situações de aprendizagem devem contemplar a recolha de experiências, a pesquisa e tratamento de informação, a comunicação, a participação e a acção responsável. Trata-se de pôr em prática um dispositivo pedagógico e didáctico com objectivos no domínio dos conhecimentos, das capacidades/aptidões, das atitudes e dos valores indissociáveis para a compreensão dos temas em estudo.

Em síntese, a elaboração do programa obedeceu às seguintes linhas orientadoras:

- desenvolver a aprendizagem da cidadania, designadamente, a responsabilidade social e moral, a participação na comunidade e a literacia política, sociocultural, económica e ambiental;
- compreender os grandes temas e problemas do mundo actual, designadamente, os que se relacionam com o desenvolvimento sustentável;
- estabelecer relações com diferentes saberes e promover competências parcelares de cidadania, nomeadamente, o conhecimento dos direitos e responsabilidades nos domínios da saúde, do consumo, do património, do ambiente, da interculturalidade, da paz, da cooperação e solidariedade, e dos *media*;
- desenvolver metodologias pedagógicas e didácticas no âmbito da aprendizagem activa e cooperativa, nomeadamente, ancorando as novas aprendizagens nas concepções e experiências dos alunos;
- considerar os interesses e necessidades dos jovens em formação e dar-lhes protagonismo na apropriação, desempenho e avaliação das competências adquiridas;

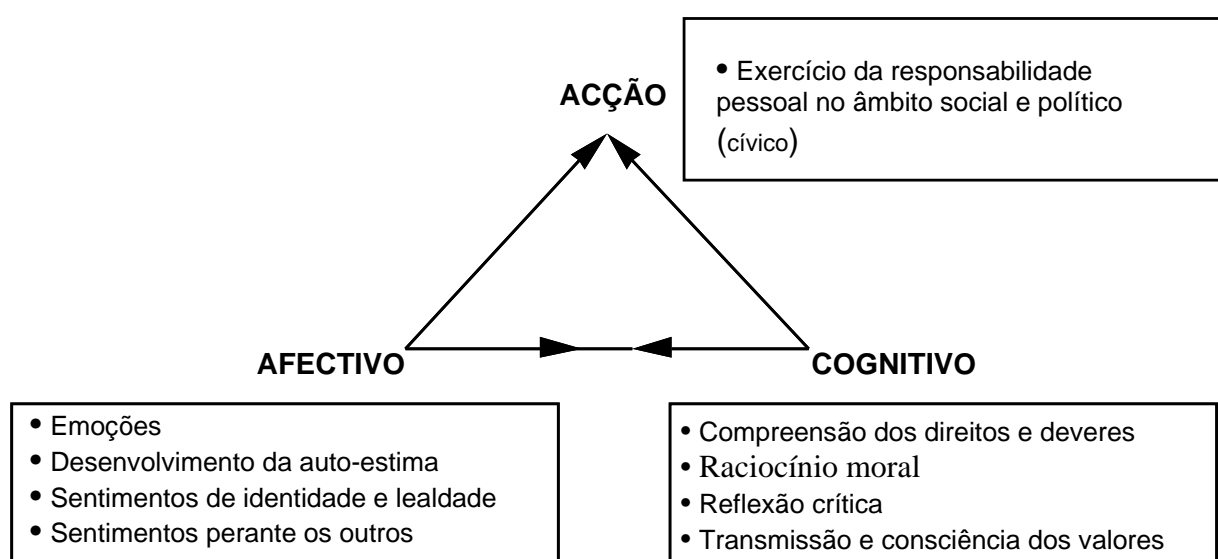
- envolver os jovens com o meio local, designadamente, com actores de desenvolvimento local e com o mundo do trabalho;
- criar uma estrutura modular flexível quer no desenvolvimento de cada módulo, quer na possibilidade de escolher a respectiva sequência temática.

O programa recolhe inspiração em múltiplas fontes e exemplos de boas práticas nacionais e internacionais identificados nas referências bibliográficas. Merecem especial referência, no enquadramento, na delimitação de temas e conteúdos e na ajuda às práticas a desenvolver nas escolas, os documentos divulgados pelo Conselho da Europa, no âmbito da iniciativa “2005 - Ano Europeu da Cidadania através da Educação”, bem como os textos da UNESCO, no âmbito da “Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável - 2005-2014”.

3. Competências a Desenvolver

A natureza formativa das competências implica objectivos de aprendizagem no domínio dos conhecimentos, das capacidades ou aptidões e das atitudes e valores. No contexto do processo de ensino-aprendizagem, a operacionalização pedagógica de competências específicas mobiliza aprendizagens do domínio cognitivo, afectivo e comportamental.

O esquema que se apresenta em seguida integra os três domínios —cognitivo, afectivo e comportamental — através dos quais opera a dinâmica pedagógica das competências de Cidadania e Mundo Actual.



A operacionalização pedagógica das competências específicas em cada módulo resulta da conjugação dos três domínios considerados. Na base do triângulo encontramos os domínios cognitivos e afectivos entre os quais se estabelece uma relação de interdependência. No domínio cognitivo, podemos incluir competências específicas ligadas à compreensão dos direitos e deveres, ao desenvolvimento do raciocínio moral, à reflexão crítica, à transmissão e à consciência de valores fundamentais. No domínio afectivo, podem incluir-se competências específicas ligadas ao desenvolvimento da auto-estima, dos sentimentos de identidade e lealdade, assim como as atitudes perante os outros e as comunidades de pertença. Os dois domínios considerados convergem para o domínio da acção ou, se quisermos, do comportamento e da expressão. Este último domínio, que considera a concretização dos sentimentos, valores e conhecimentos em comportamentos, traduz-se no exercício da responsabilidade pessoal no confronto com as situações e problemas da vida social e política. Em suma, esta dinâmica culmina no exercício responsável da cidadania face a situações e problemas concretos da sociedade em que vivemos, o que inclui as situações que dizem respeito à inserção no mundo do trabalho.

Neste sentido, as competências gerais a desenvolver, que a seguir se enunciam, consideraram três domínios: cognitivo, instrumental/procedimental e atitudinal/valorativo.

Competências Cognitivas

1. Desenvolver a capacidade de análise crítica de realidades políticas, económicas, sociais, culturais e ambientais diversas.
2. Reconhecer a necessidade da análise a diferentes escalas (da local à global) para compreender os problemas do mundo actual.
3. Compreender a importância da coesão económica e social.
4. Demonstrar conhecimento dos direitos e responsabilidades em situações concretas.
5. Desenvolver a consciência dos direitos e dos deveres dos indivíduos numa sociedade democrática.
6. Reconhecer as mudanças do mundo do trabalho e as exigências da empregabilidade.
7. Compreender a organização e o funcionamento dos diferentes poderes da sociedade democrática.
8. Demonstrar compreensão dos conceitos e valores da cidadania democrática e utilizá-los na discussão e debate de temas de interesse público.
9. Ser capaz de analisar os problemas do mundo actual a partir de diferentes perspectivas.
10. Estar consciente dos desafios do desenvolvimento sustentável nas sociedades contemporâneas.

Competências Instrumentais / Procedimentais

1. Recolher, seleccionar e sistematizar informação, organizando-a em categorias adequadas aos objectivos do estudo.
2. Utilizar Tecnologias da Informação e Comunicação, no âmbito da investigação e comunicação em contexto escolar.
3. Dominar técnicas de trabalho no âmbito das metodologias de estudo de caso, de jogo de papéis, de resolução de problemas e de projecto.
4. Revelar o domínio de expressão e comunicação em língua portuguesa, através de oportunidades para ler, falar e escrever.
5. Demonstrar capacidade de escuta, compreensão e interpretação de diferentes discursos.
6. Demonstrar capacidade de negociação e participação na vida da comunidade, empreendendo acções responsáveis em benefício dos outros e da comunidade.
7. Saber participar de forma responsável nas diferentes comunidades de pertença e nas instituições da sociedade democrática.
8. Cooperar com os outros em tarefas e projectos comuns.
9. Reconhecer as formas de comunicação e a sua importância nas relações interpessoais e na vida profissional.
10. Estar consciente das exigências do mercado de trabalho em diferentes sectores profissionais.

Competências Atitudinais / Valorativas

1. Mostrar autonomia no desenvolvimento de trabalho individual e em grupo.
2. Identificar virtudes e valores cívicos e reflectir sobre a sua importância em situações concretas.
3. Desenvolver a criatividade, a inovação e a abertura à mudança.
4. Evidenciar o sentido de pertença a várias comunidades, equilibrando a identificação cultural e a reflexão crítica.
5. Adoptar atitudes de solidariedade social e cooperação.
6. Demonstrar espírito de tolerância ao valorizar e respeitar as diferenças entre indivíduos e culturas.
7. Fomentar o empenhamento na defesa dos direitos humanos.
8. Assumir responsabilidades partilhadas e respeitar a autoridade legítima.
9. Colaborar e promover a resolução pacífica de conflitos.
10. Relacionar-se com correcção com colegas, professores, funcionários ou outros agentes da comunidade educativa.

4. Orientações Metodológicas / Avaliação

As metodologias participativas e interactivas são cruciais para o desenvolvimento deste programa. O apelo às experiências vividas, ao trabalho de campo, à investigação escolar e o contacto directo com actores sociais são características das metodologias a aplicar. As metodologias activas e, em particular a metodologia de “projecto” apresentam um potencial de enorme interesse no desenvolvimento das competências desta disciplina.

A concretização dos módulos deve apelar às vivências dos alunos e a situações da comunidade local criando um contexto favorável para uma melhor compreensão dos problemas, incentivando a formulação de opiniões críticas próprias e desenvolvendo o gosto pela investigação e formação pessoal. Os alunos devem ser encorajados a apresentarem pontos de vista geradores de discussões centradas em ideias ou posições e não em pessoas. A criação de experiências e situações de aprendizagem deve relacionar as diferentes escalas de análise e integrar os temas estudados em contextos reais, recorrendo a exemplos próximos da realidade dos alunos. No desenho destas situações de aprendizagem cabe ao professor definir objectivos claros de forma a responderem às perguntas: o quê? (o que vamos aprender), como? (como vamos trabalhar), para quê? (qual o sentido do trabalho escolar).

A aprendizagem cooperativa bem como o estabelecimento de parcerias ou intercâmbios com entidades exteriores, outras escolas e até mesmo com turmas da mesma escola, devem ser incentivados uma vez que poderão contribuir para aumentar o respeito pelas opiniões e trabalho dos outros. Sempre que possível, a informação deverá ser recolhida com a participação dos alunos recorrendo: a pesquisas em fontes documentais, existentes nos centros de recursos da escola e da comunidade envolvente; à imprensa regional e nacional; a meios audiovisuais (filmes e documentários televisivos, *cd-rom*) e à *Internet*. Alguns dos temas poderão ser trabalhados com informação resultante de pesquisas feitas pelos próprios alunos junto da comunidade em que estão inseridos recorrendo a pequenos inquéritos e entrevistas e ao trabalho de campo.

A informação recolhida e seleccionada, depois de analisada, pode ser organizada em suportes diversificados que podem passar pela organização de dossiers temáticos, construção de painéis, cartazes ou de um pequeno boletim informativo para a comunidade escolar, construção de um *cd-rom* e publicitação de alguns resultados na página da *Internet* da escola. O recurso à organização de um portfólio, com o trabalho desenvolvido ao longo do ano, pode ser um instrumento de avaliação que fomenta o interesse, a organização e a criatividade dos alunos.

Aconselha-se a organização de debates sobre os temas que interessem mais à comunidade escolar recorrendo à participação de elementos da comunidade, exteriores à escola, ou a simulações de casos reais utilizando a técnica de jogo de papéis. As visitas de estudo são actividades que deverão ser privilegiadas sempre que haja entidades ou acontecimentos, nomeadamente eventos culturais e

exposições, que se relacionem com os temas em estudo. Enquadra-se aqui o contacto directo com as instituições do Estado democrático como as autarquias, os tribunais e outras instituições de serviço público.

A avaliação é inerente às decisões que determinam o como e o quando recolher informação e evidências da aprendizagem, ou seja, recolher evidências do desenvolvimento de competências através do apuramento de níveis de desempenho. A avaliação faz parte do processo de aprendizagem e deve ser integrada no desenvolvimento das actividades em cada módulo sendo essencial que se promovam formas de auto-avaliação e hetero-avaliação dos alunos.

A avaliação é parte integrante do processo de ensino-aprendizagem e deverá assumir as formas de diagnóstico, formativa e sumativa. A avaliação diagnóstica deve informar sobre a diversidade sociocultural dos alunos bem como sobre os diferentes estilos e formas de aprender, pelo que a diferenciação pedagógica constitui uma estratégia central. São necessários instrumentos diferenciados de avaliação que, sem perder de vista os objectivos a alcançar, permitam caminhos diferentes. A avaliação formativa é o suporte da aprendizagem que, uma vez adequada aos contextos, deve dar *feedback* sobre o progresso dos alunos, ajudar a compreender os progressos e as necessidades de cada um e dar tempo para reflectir sobre os progressos no desempenho. A avaliação sumativa deverá resultar da análise dos níveis de desempenho considerando os processos e os produtos decorrentes das experiências de aprendizagem.

Tendo em conta estes princípios, a avaliação deve ser contínua, diversificada e centrar-se, sobretudo, nos processos e não apenas nos produtos. Para além da avaliação de conhecimentos, deve ainda atender-se às mudanças de atitudes e de valores (pontualidade, participação no trabalho individual e de grupo, respeito pelas opiniões dos colegas...) que, esperamos, poderão ocorrer ao longo do trabalho realizado. Deverão ser criados instrumentos que permitam o registo dessas observações em contexto, para poderem ser consideradas na avaliação final.

No início do ano lectivo, devem ser explicitadas as estratégias de ensino-aprendizagem que se irão desenvolver e apresentados os critérios e os instrumentos de avaliação que serão utilizados em interacção com os alunos. O papel activo dos alunos como intervenientes em todo o processo de ensino-aprendizagem, sem esquecer a avaliação, responsabiliza-os, desenvolve o seu espírito reflexivo e crítico e promove a educação para a cidadania. A clarificação dos critérios de avaliação deve ser retomada e ajustada após cada período de aprendizagem ou conjunto de módulos.

5. Elenco Modular

Os módulos apresentam uma estrutura flexível que procura responder à diversidade dos públicos e dos contextos. Cada módulo prevê um tempo médio de concretização de 15 horas (admitindo um aumento ou diminuição de duas horas). Cada temática pode ser objecto de contextualização de conteúdos privilegiando linhas de desenvolvimento e/ou de aprofundamento mais adequadas sem, contudo, perder de vista as competências estabelecidas.

O programa não prescreve uma sequência determinada para desenvolver cada um dos módulos e respectiva temática. Contudo, a natureza deste modelo de formação recomenda a obrigatoriedade da abordagem em cada tipologia de curso de, pelo menos, um módulo da dimensão da empregabilidade. Em função do número de horas disponível e da realidade diagnosticada recomenda-se a selecção de uma sequência adequada de módulos, capaz de equilibrar as várias dimensões consideradas, o que não exclui a possibilidade de integrar módulos afins. No caso das tipologias em que a carga horária é mais reduzida, não permitindo, por isso, a leccionação das várias dimensões, para além da abordagem de um módulo da dimensão da empregabilidade, deve optar-se pela(s) dimensão(ões) mais adequada(s), ajustando-a(s) à carga horária disponível e aos alunos. O professor e a equipa pedagógica devem escolher o percurso mais adequado ao contexto de formação, sem prejuízo do cumprimento deste programa. A avaliação deve ser incluída no tempo de concretização de cada módulo.

Para além do texto de apresentação, que oferece um enquadramento da temática, dos respectivos elencos de competências e de objectivos, todos os módulos apresentam um conjunto de orientações metodológicas que devem ser encaradas como sugestões. Não tendo um carácter prescritivo, as sugestões foram elaboradas de forma a facilitar a operacionalização das competências decorrente da visão geral e da perspectiva metodológica explicitada. Procurou-se, também, apresentar em cada módulo um conjunto de referências bibliográficas de fácil acesso e essenciais ao enquadramento da temática, em regra complementadas com os endereços electrónicos mais significativos.

O Programa oferece 34 módulos distribuídos pelas várias dimensões, perfazendo um total de 510 horas. As temáticas de cada módulo foram agrupadas segundo quatro dimensões.

A – Dimensão da Empregabilidade – Refere-se às várias facetas da integração do indivíduo no mundo do trabalho. Apesar desta temática atravessar as várias dimensões, a especificidade deste modelo de educação e formação conduziu a que fosse trabalhado autonomamente. A vastidão desta dimensão permite considerar quatro módulos que devem ser seleccionados em função do contexto e do percurso dos alunos

B - Dimensão Política e Jurídica – Refere-se aos direitos e deveres políticos, ao sistema político e à lei. O modo de funcionamento do sistema democrático e as formas de participação nas instituições fazem parte dos temas desta dimensão.

C - Dimensão Social e Cultural – Refere-se às relações entre os indivíduos e a sociedade, as quais exigem lealdade e solidariedade, bem como à consciência da herança cultural comum que inclui o respeito pelas diferenças culturais. Estão aqui incluídos alguns dos principais problemas sociais e culturais do mundo actual.

D - Dimensão Económica e Ambiental – Refere-se às relações do indivíduo com a economia e o consumo, o que implica compreensão das actividades económicas e das suas relações com o mundo do trabalho e o ambiente, bem como ao reconhecimento da importância do desenvolvimento sustentável. Os grandes problemas económicos e ambientais do nosso tempo fazem parte das temáticas aqui propostas.

| Número | Designação | Duração de referência (horas) |
|--------|--|-------------------------------|
| A | Dimensão da Empregabilidade | |
| A1 | Empregabilidade I: Comunicação e Relações Interpessoais | 15 |
| A2 | Empregabilidade II: Mudanças Profissionais e Mercado de Trabalho | 15 |
| A3 | Empregabilidade III: Enquadramento Socioprofissional | 15 |
| A4 | Empregabilidade IV: Integração no Mundo do Trabalho | 15 |
| | | |
| B | Dimensão Política e Jurídica | |
| B1 | Organização do Estado Democrático: A Nossa Democracia | 15 |
| B2 | Participação na Democracia I: Para que servem os Partidos | 15 |
| B3 | Participação na Democracia II: Todos somos Fregueses | 15 |
| B4 | Direitos de Cidadania: O Direito de Todos termos Direitos | 15 |
| B5 | Lusofonia: A Língua Portuguesa para além de Portugal | 15 |
| B6 | Funcionamento da UE: A Europa Unida | 15 |
| B7 | Organizações Internacionais: As Nações (Des)Unidas | 15 |
| B8 | Direitos Humanos: A Longa História dos Direitos e Liberdades | 15 |

| | | |
|-----|--|----|
| B9 | Identidade e Democracia: Elementos da História de Portugal | 15 |
| B10 | Guerra e Paz: Da 2ª Guerra Mundial ao 11 de Setembro | 15 |
| | | |
| C | Dimensão Social e Cultural | |
| C1 | Responsabilidade: Responder perante a Responsabilidade | 15 |
| C2 | Discriminação e Racismo: Todos Diferentes, Todos Iguais | 15 |
| C3 | Autoridade: Porque precisamos de Autoridade? | 15 |
| C4 | Compreender os <i>Media</i> I: Os Antigos e os Novos | 15 |
| C5 | Compreender os <i>Media</i> II: Quem faz a Agenda das Notícias? | 15 |
| C6 | Património e Cultura: A Nossa Identidade | 15 |
| C7 | Sociedade Civil: As Múltiplas Pertenças | 15 |
| C8 | Fecundidade e Envelhecimento: Famílias em Mudança | 15 |
| C9 | Género e Igualdade: Todos os Homens são Livres, e as Mulheres? | 15 |
| C10 | Promover a Saúde: As Doenças do Nosso Tempo | 15 |
| | | |
| D | Dimensão Económica e Ambiental | |
| D1 | Ambiente e Desenvolvimento I: Problemas Globais, Soluções Locais | 15 |
| D2 | Ambiente e Desenvolvimento II: Um Mundo de Contrastes | 15 |
| D3 | Coesão Económica e Social: Aproximar as Regiões da Europa | 15 |
| D4 | Consumo Esclarecido: Todos somos Consumidores | 15 |
| D5 | Urbanização Sustentável: Viver (n)as nossas Cidades | 15 |
| D6 | Globalização e Comércio: Actores do Sistema Mundo | 15 |
| D7 | Problemas Globais: Conseguir Água e Alimentos | 15 |
| D8 | Prevenção e Riscos: Desastres e Catástrofes Ambientais | 15 |
| D9 | Redução das Desigualdades: A Luta Contra a Pobreza | 15 |
| D10 | Desenvolvimento Rural: Vida e Paisagem além da Cidade | 15 |

6. Bibliografia

AMNISTIA INTERNACIONAL (1998). *Primeiros Passos: Um Manual de Iniciação à Educação para os Direitos Humanos*. Lisboa : Amnistia Internacional – Secção Portuguesa.

AUDIGIER, François (2000). *Basic Concepts and Core Competencies for Education for Democratic Citizenship*. Council of Europe. http://www.coe.int/T/e/Cultural_Co-operation/Education/E.C.D./Documents_and_pub...

AZEVEDO, J. (1998). *Voos de borboleta: Escola, trabalho e profissão*. Porto: Asa.

BARRETO, António (Org.) (2000). *A Situação Social em Portugal, 1960-1999, volume II. Indicadores Sociais em Portugal e na União Europeia*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais/Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

CABALLO VILLAR M. Belén (2001). *A Cidade Educadora - Nova perspectiva de organização e intervenção municipal*. Lisboa: Instituto Piaget.

CARITA, Ana (2005). *Conflito, Moralidade e Cidadania na Escola*. Porto: Campo das Letras.

CORREA, Dacísio. (2002) *A Construção da Cidadania: Reflexões Histórico-Políticas*. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí (3º Ed.).

COUNCIL OF EUROPE (2005). *Glossary of Terms for Education For Democratic Citizenship*. www.coe.int

DÍAS-AGUADO, Maria José (2000) *Educação Intercultural e Aprendizagem Cooperativa*. Porto: Porto Editora.

EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS (2002). Actas do Encontro Internacional. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional / Ministério da Educação.

FERREIRA, Eugénio C.; RODRIGUES, Eloy (2002). *Fontes de Informação em Ambiente*. Lisboa: Centro Atlântico.

FIGUEREDO, C. Cibele; SILVA, A. Santos (2000). *A Educação para a Cidadania no Sistema Educativo Português – 1974-1999*. Ministério da Educação (GAERI/IIE)

GIDDENS, A. (1999). *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença

HENRIQUES, M.; REIS, J.; RODRIGUES, A., CUNHA, M. F. (1999). *Educação para a Cidadania*. Lisboa: Plátano Editora.

HUDDLESTON, Edward (Ed.) (2004). *Tool on Teacher Training for Education for Democratic Citizenship and Human Rights Education. Education for democratic Citizenship 2001-2004*. Strasbourg. Council of Europe. www.coe.int

MARQUES, Teresa Sá (2004). *Portugal na Transição do Século: Retratos e Dinâmicas Territoriais*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.

MENESES, Isabel (1995). *Educação Cívica em Portugal: Estudo Preliminar*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

MENESES, Isabel; AFONSO, M. Rosa; GIÃO, Joana (2005). *Conhecimentos, Concepções e Práticas de Cidadania na Escola - Um estudo internacional*. Lisboa: Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

MENESES, Isabel; XAVIER, Elizabete; CIBELE, Carla (1997). *Educação Cívica em Portugal nos Programas e Manuais do Ensino Básico*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2001). *Educação para a Cidadania: Cursos Gerais e Tecnológicos 2*. Ministério da Educação. Departamento do Ensino Secundário.

NOVO, M. (1998). *La Educación Ambiental, Bases éticas, conceptuales y metodológicas*. Madrid: Ediciones UNESCO.

O'SHEA, Karen (2003). *Glossário de Termos de Educação para a Cidadania Democrática. Educação para a Cidadania Democrática 2001-2004*. Estrasburgo: Conselho da Europa.

PAIS, José Machado (Coord.) (1998). *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Instituto de Ciências Sociais. Secretaria de Estado da Juventude.

PRAIA, Maria (1999). *Educação para a Cidadania – Teoria e Práticas*. Porto. Asa Editores.

- PERRENOUD, Philippe (2001). *Porquê Construir Competências a partir da Escola*. Porto: Asa Editores.
- PERRENOUD, Philippe (2000). *Dez Novas Competências para Ensinar: Convite à Viagem*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Org.) (2003). *História da Cidadania*. São Paulo: Editora Contexto.
- ROLDÃO, Maria do Céu (Coord.) (2005). *Estudos de Práticas de Gestão do Currículo: Que Qualidade de Ensino e de Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- SAMPAIO, Daniel (2004). *Árvores sem Voz*. Lisboa: Editorial Caminho.
- SAMPAIO, Daniel (1998). *Vivemos Livres numa Prisão*. Lisboa: Editorial Caminho.
- SAMPAIO, Daniel (1996). *Voltei à Escola*. Lisboa: Editorial Caminho.
- SANTOS, Boaventura Sousa (org.) (2001). *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento.
- SANTOS, M.E. Vaz Moniz dos (2005). *Que Cidadania?* (Tomo II). Lisboa: Santos-Edu.
- SEITZ, J. L. (1995). *Questões Globais – Uma Introdução*. Lisboa: Instituto Piaget.
- SELINGER, Michelle (ed.) (2004). *Connected Schools: Essays from International Thought Leaders in Education*. London: Premium Publishing.
- UNESCO (2005). *United Nations Decade of Education for Sustainable Development 2005-2014*. International Implementation Scheme.
- UNESCO (1996). *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. Porto: Edições Asa.
- VALA J. & Brito, R. & LOPES, D. (1999). *Expressões dos Racismos em Portugal*. Lisboa: ICDS.
- VIEGAS, J. M. Leite. & DIAS, E. Costa (Org.) (2000). *Cidadania, Integração, Globalização*. Oeiras: Celta
- VIEIRA, Liszt (2001). *Os Argonautas da Cidadania: A sociedade Civil na Globalização*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- WATERS, M. (1995). *Globalização*. Oeiras: Celta Editora.

Parte II

Módulos

| Índice | | Página |
|------------|--|-----------|
| A | Dimensão da Empregabilidade | |
| A1 | Empregabilidade I: Comunicação e Relações Interpessoais | 18 |
| A2 | Empregabilidade II: Mudanças Profissionais e Mercado de Trabalho | 23 |
| A3 | Empregabilidade III: Enquadramento Socioprofissional | 28 |
| A4 | Empregabilidade IV: Integração no Mundo do Trabalho | 34 |
| B | Dimensão Política e Jurídica | |
| B1 | Organização do Estado Democrático: A Nossa Democracia | 40 |
| B2 | Participação na Democracia I: Para que servem os Partidos | 44 |
| B3 | Participação na Democracia II: Todos somos Fregueses | 50 |
| B4 | Direitos de Cidadania: O Direito de Todos termos Direitos | 55 |
| B5 | Lusofonia: A Língua Portuguesa para além de Portugal | 60 |
| B6 | Funcionamento da UE: A Europa Unida | 65 |
| B7 | Organizações Internacionais: As Nações (Des)Unidas | 71 |
| B8 | Direitos Humanos: A Longa História dos Direitos e Liberdades | 76 |
| B9 | Identidade e Democracia: Elementos da História de Portugal | 82 |
| B10 | Guerra e Paz: Da 2ª Guerra Mundial ao 11 de Setembro | 87 |

| | | |
|------------|--|------------|
| C | Dimensão Social e Cultural | |
| C1 | Responsabilidade: Responder perante a Responsabilidade | 92 |
| C2 | Discriminação e Racismo: Todos Diferentes, Todos Iguais | 96 |
| C3 | Autoridade: Porque precisamos de Autoridade? | 100 |
| C4 | Compreender os <i>media</i> I: Os Antigos e os Novos | 104 |
| C5 | Compreender os <i>media</i> II: Quem faz a Agenda das Notícias? | 108 |
| C6 | Património e Cultura: A Nossa Identidade | 112 |
| C7 | Sociedade Civil: As Múltiplas Pertenças | 117 |
| C8 | Fecundidade e Envelhecimento: Famílias em Mudança | 122 |
| C9 | Género e Igualdade: Todos os Homens são Livres, e as Mulheres? | 128 |
| C10 | Promover a Saúde: As Doenças do Nosso Tempo | 134 |
| | | |
| D | Dimensão Económica e Ambiental | |
| D1 | Ambiente e Desenvolvimento I: Problemas Globais, Soluções Locais | 140 |
| D2 | Ambiente e Desenvolvimento II: Um Mundo de Contrastes | 144 |
| D3 | Coesão Económica e Social: Aproximar as Regiões da Europa | 150 |
| D4 | Consumo Esclarecido: Todos somos Consumidores | 155 |
| D5 | Urbanização Sustentável: Viver (n)as nossas Cidades | 160 |
| D6 | Globalização e Comércio: Actores do Sistema Mundo | 165 |
| D7 | Problemas Globais: Conseguir Água e Alimentos | 172 |
| D8 | Prevenção e Riscos: Desastres e Catástrofes Ambientais | 178 |
| D9 | Redução das Desigualdades: A Luta Contra a Pobreza | 182 |
| D10 | Desenvolvimento Rural: Vida e Paisagem além da Cidade | 189 |

MÓDULO A1

Empregabilidade I: Comunicação e Relações Interpessoais

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

As mudanças constantes no mercado de trabalho e na organização da produção conduzem a novas estratégias de gestão dos recursos humanos. Esta situação cria instabilidade profissional a muitos trabalhadores implicando, muitas vezes, o desempenho de novas tarefas e a adaptação a novas situações. Neste contexto, para além das competências técnicas, valorizam-se, cada vez mais, as competências relacionais e de comunicação, porque facilitam a integração dos trabalhadores em equipas com formações diversificadas e contribuem para assegurar a empregabilidade ao longo da vida.

Na escola, somos confrontados diariamente com a diversidade e a necessidade de trabalhar em equipa. Dentro da sala de aula é fundamental criar um ambiente de bem-estar, de aceitação e respeito pelos outros, de solidariedade e de responsabilidade. É o modo como a aula funciona que reforça, ou não, as aprendizagens que propomos para este módulo. Ao professor cabe essencialmente o papel de promover e facilitar a interacção no e com o grupo para desenvolver o auto-conhecimento, melhorar o auto-controlo e a auto-estima, aumentar a responsabilidade pessoal e o empenhamento, criar empatia para facilitar a gestão de conflitos e a tomada de decisões. É fundamental lançar questões, debater casos concretos, discutir opiniões, promover a auto-reflexão e a auto-avaliação. O bom relacionamento na sala de aula deve constituir um incentivo para a participação activa na vida da escola e a consequente interacção com a comunidade escolar, o meio envolvente e a sociedade em geral.

As actividades a desenvolver devem colocar os alunos em situações de escolha, partilha de opiniões e responsabilizar cada um e o grupo pelas decisões tomadas. Os alunos devem ser encorajados a assumir a responsabilidade pelo que dizem e pelo que fazem e a comprometer-se com a resolução de problemas.

As aprendizagens deste módulo, ao centrarem-se nas regras de comunicação e nos processos de relacionamento interpessoal, devem partir de experiências concretas da vida dos alunos ou da comunidade escolar seguindo estratégias de formação – acção, como sejam, dinâmicas de grupo, jogos de papéis e simulações. Para atingir os objectivos propostos, será importante articular o trabalho com os

Módulo A 1: *Empregabilidade I: Comunicação e Relações Interpessoais*

professores de Língua Portuguesa e de Tecnologias de Informação e Comunicação e com os técnicos dos Serviços de Psicologia e Orientação.

2 | Competências Visadas

- Melhorar a auto-estima e o auto-controlo.
- Definir objectivos pessoais e do grupo.
- Adoptar formas de relacionamento adequadas entre os membros de um grupo, colegas de trabalho, superiores e dentro da cadeia hierárquica.
- Utilizar técnicas e estilos de comunicação adequados, a nível individual e em grupo, face a interlocutores diferenciados.
- Desenvolver a capacidade de interagir com os outros.
- Trabalhar autonomamente.
- Promover o trabalho cooperativo em equipa, com integração de esforços, conjugando sinergias, conhecimentos e experiências.
- Resolver situações de conflito.
- Saber lidar com situações novas.
- Desenvolver a assertividade.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Promover o auto-conhecimento e a auto-estima.
- Estimular a iniciativa e responsabilidade pessoal.
- Incentivar a comunicação e expressão de ideias próprias de modo a assegurar a reflexão crítica.
- Compreender os processos estruturantes das relações interpessoais.
- Criar um clima de confiança e de fácil relacionamento que conduza ao conhecimento da turma e facilite a partilha de experiências e saberes.
- Facilitar o relacionamento interpessoal em diferentes contextos com vista ao desenvolvimento de um bom nível de cooperação.
- Promover atitudes e práticas que contribuam para a formação de cidadãos conscientes e participativos na sociedade.

4 | Conteúdos

- Estratégias de auto-conhecimento e de promoção da auto-estima.
- A Comunicação nas relações interpessoais.
- Tipos de comunicação verbal e não verbal.
- Barreiras ao processo de comunicação.
- Padrões básicos do comportamento relacional: agressividade, passividade, manipulação e assertividade.
- Dinâmicas do relacionamento interpessoal e do trabalho em equipa.
- Tipos de conflitos e sua caracterização.
- Processos de tomada de decisão e de resolução de problemas.
- Estratégias de negociação e de assertividade.

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como Começar?

- a) Construir um *cartão de visita* em que a personalidade de cada um esteja descrita por símbolos, metáforas, cores, viagens, músicas, livros ...
- b) Criar uma ficha de auto-avaliação, de qualidades e competências, que sirva para a apresentação de elementos que promovam o auto-conhecimento. O título pode ser *A minha fotografia, Quem sou eu?* Os alunos identificam as suas características, qualidades, aspirações, expectativas e os aspectos a melhorar.
- c) Utilizar várias dinâmicas de grupo para proporcionar o conhecimento do grupo / turma. Por exemplo, a entrevista dois a dois e a apresentação por pares.

5.2. Sugestões de desenvolvimento

- a) Trabalhar os diferentes tipos de comunicação a partir do visionamento de uma sequência de um filme de ficção ou entrevista ou da recolha de situações reais de trabalho.
 - Registar num suporte escrito, elaborado para o efeito, os tipos de comunicação utilizados.
- b) Utilizar técnicas de dramatização para trabalhar diferentes tipos de comunicação verbal e não verbal. Podem simular-se situações comunicacionais em ambiente de trabalho.
 - Para trabalhar a comunicação não verbal pode dividir-se a turma em dois grupos: um faz as representações e o outro adivinha as posturas e situações representadas.

Módulo A 1: Empregabilidade I: Comunicação e Relações Interpessoais

- c) Analisar *cartoons* ou excertos de bandas desenhadas como a “Mafalda” ou “Calvin e Hobbes” para questionar formas diferentes de comunicação e analisar processos de relacionamento interpessoal.

5.3. Sugestões de aprofundamento

- a) Realizar uma assembleia de turma para definir regras de funcionamento do grupo, nomeadamente a pontualidade, a assiduidade, o respeito pelas opiniões dos outros, as responsabilidades a assumir, as estratégias de partilha de informação e de comunicação na turma e com a comunidade. Uma *Assembleia de turma* é um espaço de debate que envolve o auto-controlo, a empatia, o respeito pela opinião dos outros, saber escutar e tomar decisões. Devem ser seguidas todas as formalidades desde a convocatória, elaboração da agenda de trabalhos, condução das actividades, até à redacção da acta final.
- b) Discutir as regras de organização e elaboração de um trabalho de grupo, analisando com os alunos as etapas do processamento da investigação: determinar o assunto a investigar (o quê?), os objectivos (para quê?) as metodologias a seguir (como fazer?), o tempo de execução e as tarefas específicas para cada elemento do grupo.
- Trabalhar também formas de comunicação dos resultados: relatório, cartaz, apresentação em *slideshow*, artigo de jornal, *cd rom*, página na *Internet*, ou outros meios que se considerem mais adequados.
- O trabalho de grupo pode ser concretizado em qualquer dos módulos seguintes.
- c) As estratégias de assertividade podem ser treinadas a partir de situações do quotidiano (decidir, por exemplo, o local de diversão ao fim de semana ou uma ida ao cinema), organizando para o efeito um *role-playing*. Pode fazer-se o registo em vídeo para trabalhar melhor as competências de assertividade.

6 | Sugestões de avaliação

- A avaliação deve ser contínua e, essencialmente, formativa. Deverá centrar-se na auto e hetero-avaliação do desempenho dos formandos nas actividades desenvolvidas no módulo.
- Podem construir-se instrumentos de observação e de registo do desempenho do aluno e do grupo nas actividades desenvolvidas utilizando, para o efeito, escalas qualitativas. É importante identificar também os factores que influenciaram positivamente ou que dificultaram o trabalho e encontrar estratégias de superação das dificuldades.
- Devem registar-se, ainda, a pontualidade, a assiduidade e a motivação.

Módulo A 1: Empregabilidade I: Comunicação e Relações Interpessoais

- É fundamental que a avaliação valorize os progressos e sucessos, individuais e do grupo, por mais pequenos que sejam, e não estimule a comparação com os outros. Dar feedback positivo reforça o sucesso das aprendizagens.

7 | Bibliografia / Outros recursos

FACHADA, M. Odete (2001), *Psicologia das Relações Interpessoais* - 1º e 2º volumes. Lisboa: Ed. Rumo.

GOFFMAN, E. (1993), *Apresentação do eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Ed. Relógio de Água.

LOPES, Joana et.al. (1999), *Manual de transição para a vida activa*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

NOGUEIRA, C.; SILVA, I (2001), *Cidadania – Construção de novas práticas em contexto educativo*. Porto: Edições Asa.

Recursos na Internet disponíveis em Julho de 2005:

Institutos de Emprego e Formação Profissional - WWW.iefp.pt

Editora de filmes educativos - www.flaminia.pt

Portal da educação Educare - www.educare.pt

Expresso - <http://expressoemprego.clix.pt>

EURES – Portal europeu da mobilidade profissional - <http://europa.eu.int/eures/>

MÓDULO A2

Empregabilidade II: Mudanças Profissionais e Mercado de Trabalho

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

Os desafios da globalização da economia, as constantes mudanças tecnológicas e a crescente competitividade das empresas são responsáveis pela incerteza e instabilidade do mercado de trabalho. Daí resultam novos perfis profissionais, modelos mais flexíveis de organização do trabalho e uma desactualização relativamente rápida das qualificações profissionais. Em muitas situações, o diploma escolar ou o certificado profissional têm prazos de validade cada vez mais breves e, portanto, cada trabalhador tem que construir novos conhecimentos e competências ao longo da vida para manter uma actividade profissional.

A nova organização do trabalho valoriza o espírito de iniciativa, a capacidade de decisão e de inovação, o trabalho em equipa e a polivalência dos trabalhadores. Tendencialmente os “colarinhos azuis” vão sendo substituídos por “colarinhos brancos” e as máquinas robotizadas encarregam-se de assegurar tarefas repetitivas na produção de bens. Os empregadores, para além das qualificações técnicas, valorizam as competências sociais e pessoais dos trabalhadores porque favorecem processos inovadores e de adaptação a situações novas e melhoram a competitividade das empresas.

A capacidade de aceder e tratar a informação, a autonomia na resolução de problemas, o domínio de novas tecnologias e níveis elevados de especialização técnica associados às competências de natureza pessoal e social (saber-ser e saber-estar) e à capacidade de aprender a aprender permanentemente são factores que favorecem o espírito empreendedor e a empregabilidade dos trabalhadores.

A formação que propomos deverá privilegiar o desenvolvimento integral da pessoa e preparar o cidadão para intervir activamente na sociedade. Cada aluno deverá munir-se de ferramentas que lhe permitam construir o seu projecto pessoal e profissional e adaptá-lo constantemente às novas realidades do mundo do trabalho. Os jovens devem estar sensibilizados para o valor do trabalho e para a necessidade de um vai-e-vem entre a formação escolar ou profissional e o emprego, ao longo da vida.

Módulo A 2: *Mudanças Profissionais e Mercado de Trabalho*

Este módulo trata da evolução tecnológica, das mudanças na organização do mercado de trabalho e das novas exigências de qualificação dos trabalhadores.

2 | Competências Visadas

- Relacionar a evolução da organização do trabalho e das profissões com as mudanças científicas e tecnológicas.
- Avaliar os impactos das novas tecnologias no exercício profissional.
- Definir perfis profissionais para profissões diversificadas.
- Demonstrar capacidade de adaptação a novas situações e à mudança.
- Contribuir para solucionar problemas colocados por situações novas.
- Ser capaz de fazer planos e tomar decisões em termos profissionais e sociais.
- Estabelecer objectivos a curto e médio prazo.
- Tomar posição face às oportunidades de emprego e à formação profissional.
- Valorizar a aprendizagem ao longo da vida e reconhecer o valor das aprendizagens através das experiências de vida.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Diferenciar trabalho, emprego e empregabilidade.
- Reflectir sobre as dinâmicas e as exigências do mercado de trabalho.
- Fomentar a criatividade.
- Caracterizar o mercado de trabalho na área profissional do curso de formação.
- Conhecer as exigências para o exercício de profissões antigas e recentes na área do curso de formação.
- Desenvolver a autonomia na aprendizagem individual.
- Conhecer as ofertas formativas do sistema educativo e as do mercado de trabalho.
- Reconhecer a necessidade de aprender em todos os contextos ao longo da vida.

4 | Conteúdos

- Conceitos de trabalho, emprego, empregabilidade.
- Representações sociais das profissões e dos contextos de trabalho.
- Representações profissionais dos alunos.
- Evolução científica e técnica e implicações no mundo do trabalho.
- Novas formas de trabalho associadas às novas tecnologias – o teletrabalho.
- Classificação dos sectores/ramos de actividades económicas e profissões: A classificação das actividades económicas do INE e a Classificação Nacional de Profissões.
- Evolução dos perfis profissionais na área profissional do curso.
- A carreira profissional: integração e progressão.
- Ofertas formativas do sistema educativo e do mercado de trabalho.
- Percursos formais, não formais e informais de aprendizagem ao longo da vida.

5 | Orientações metodológicas

As metodologias podem desenvolver-se a partir de situações concretas e os casos de estudo podem centrar-se numa área profissional (a área do curso). Os alunos podem ser activamente envolvidos em todas as actividades desde o início, colocar-lhes problemas concretos de modo a desenvolverem a autonomia.

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como começar

- a) Identificar as motivações e expectativas dos alunos em relação ao curso que estão a frequentar e comunicar os resultados à turma.
 - Sugerimos estratégias de dinâmica de grupo, como o “jogo dos pares” ou a utilização de fichas individuais para completar frases.
- b) Organizar uma lista de profissões e classificá-las em velhas e novas.
 - Associar uma imagem a cada profissão, recorrendo à pesquisa em jornais, revistas e *Internet*.
- c) Analisar o *curriculum* do curso de formação e justificar as componentes de formação abrangidas.
 - Para humanizar o espaço da sala de aula sugerimos a construção de um painel, com imagens alusivas às diferentes componentes de formação, fotografias dos alunos e professores e a identificação de três grandes objectivos do curso.

Módulo A 2: *Mudanças Profissionais e Mercado de Trabalho*

5.2 . Sugestões de desenvolvimento

- a) Construir um quadro com classificações diferentes das profissões relacionadas com a área profissional do curso. Pode recorrer-se à Classificação das Actividades Económicas do INE, à Classificação Nacional de Profissões ou a Guias de caracterização profissional de Associações Profissionais.
- b) Em pequenos grupos, traçar um perfil profissional dentro da área profissional do curso. Identificar a formação inicial exigida e as necessidades de formação contínua e elaborar um plano de carreira profissional. Esta actividade pode ser desenvolvida com a colaboração dos Serviços de Psicologia e Orientação.
- c) Visionar dois documentários / filmes que mostrem organizações do trabalho e relações laborais diferenciadas. O filme “Tempos Modernos” de Charles Chaplin é um exemplo.

5.3. Sugestões de aprofundamento

- a) Organizar um dossier individual sobre a evolução de uma profissão na área do curso. Pode solicitar-se a colaboração dos serviços de Psicologia e Orientação, consultar material existente em arquivos ou bibliotecas e pesquisar na *Internet*.
- b) Organizar um debate sobre a evolução dos contextos de integração no mercado de emprego e as dinâmicas de progressão na carreira. Sugerimos a presença de um aluno, o técnico dos SPO, um professor da componente de formação tecnológica, um empresário e um trabalhador. O debate pode ser animado com a colocação de questões como: Porque razão o meu avô teve um único emprego e o meu pai já mudou três vezes de profissão? Porque está a aumentar o desemprego? Porque acabaram algumas profissões?

5.4. Sugestões de trabalho de campo

Organizar uma visita de estudo a uma empresa relacionada com a área de formação.

- Pretende-se melhorar a representação dos alunos acerca da profissão, apreciar a organização do trabalho, identificar as mudanças tecnológicas introduzidas, bem como as adequações profissionais realizadas e a formação ministrada aos trabalhadores.
- A construção de guiões para a visita deve ser feita com o apoio do técnico dos SPO e de um professor da componente de formação tecnológica.
- Durante a visita será de aproveitar o contacto directo com os trabalhadores para registar as suas opiniões sobre as questões enunciadas.

6 | Sugestões de avaliação

A avaliação deve ser contínua e, essencialmente, formativa. A auto e hetero-avaliação da participação dos formandos nas actividades desenvolvidas no módulo integra o processo de avaliação.

Deve observar-se e registar-se o desempenho dos alunos, nomeadamente as capacidades de comunicação, a reflexão crítica, a autonomia, a capacidade de decisão e a utilização de novas tecnologias de informação e comunicação. Avaliar a capacidade de pesquisar, seleccionar e tratar a informação. A construção dos guiões de visionamento dos documentários ou filmes e da visita de estudo deve ser objecto de avaliação.

7 | Bibliografia / Outros recursos

CASTELLS, Manuel (2002), *A Era da Informação: economia, sociedade e Cultura Vol. I – A sociedade em rede*. LISBOA: Fund Calouste Gulbenkian.

KOVÁCS, Ilona ; CASTILHO, Juan José (1998), *Novos Modelos de Produção: Trabalho e Pessoas*. Oeiras: Celta Editora.

Ministério da Educação (2000). *Desenvolvimento Pessoal e Profissional – Contextos e Processos de Formação das Novas Competências Profissionais*. Coleção Pensar Educação nº 19. Lisboa: Departamento da Educação Básica.

RODRIGUES, Maria João et al. (2000), *Para uma Europa da Inovação e do Conhecimento – Emprego, Reformas Económicas e Coesão Social*. Oeiras: Celta Editora.

TRIGO M. Márcia et. al. (2002), *Educação e Formação de Adultos – Factor de Desenvolvimento, Inovação e Competitividade*. Lisboa: ANEFA.

Recursos na Internet disponíveis em Julho de 2005:

Instituto de Emprego e Formação Profissional – <http://portal.iefp.pt/pnrq/index.html>

Serviço de Informação e Orientação Escolar e Profissional – <http://www.edunau.net/bussola>

EURES – Portal europeu da mobilidade profissional – <http://europa.eu.int/eures/>

Editora de filmes educativos – www.flaminia.pt

Portal da educação Educare – www.educare.pt

Expresso – <http://expressoemprego.clix.pt>

MÓDULO A3

Empregabilidade III: Enquadramento Socioprofissional

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

O trabalho é um dos direitos fundamentais do homem e um dos meios para a socialização do indivíduo e para a sua integração social. O trabalho e as suas exigências pode assegurar a valorização pessoal e facilitar a mobilidade social. O local de trabalho fomenta, ainda, a prática de uma cidadania activa através do aprofundamento das relações interpessoais e da aplicação do direito do trabalho.

As relações laborais entre a entidade empregadora e o trabalhador pressupõem direitos e deveres de parte a parte que se têm alterado ao longo do tempo, muitas vezes na sequência de conflitos sociais que reflectem os interesses, por vezes antagónicos, das partes envolvidas. Por um lado pretende-se melhorar as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, por outro lado a lógica empresarial pretende aumentar a produtividade e a competitividade através da flexibilização das leis laborais e da polivalência dos trabalhadores. Nesta luta de interesses, os sindicatos e associações profissionais têm desenvolvido esforços para garantir medidas de protecção dos trabalhadores e manter direitos adquiridos de modo a manter e a melhorar os níveis de qualidade de vida considerados aceitáveis nas sociedades ocidentais.

As alterações do mercado de trabalho nos últimos anos parecem exigir a maior flexibilização das leis laborais. O debate em torno desta questão tem confrontado duas posições: uma defende que a flexibilização é condição fundamental para o dinamismo do mercado e a criação de empregos, a outra considera que a flexibilização aumenta a precariedade do emprego e cria dificuldades acrescidas de inserção profissional. Qualquer que seja a posição neste debate, o desemprego é sempre preocupante porque conduz a fenómenos de exclusão social. Os novos desafios do mercado de trabalho exigem um constante desenvolvimento de competências sócio-profissionais e de adaptação a situações novas para manter a empregabilidade ao longo da vida.

O Código do Trabalho em Portugal faz o enquadramento de diferentes dimensões do trabalho, nomeadamente, do contrato de trabalho, da duração e organização do tempo de trabalho, das

Módulo A 3: Empregabilidade III: Enquadramento Socioprofissional

retribuições, das normas de segurança higiene e saúde no trabalho e das estruturas de representação colectiva dos trabalhadores e dos empregadores.

Com este módulo pretende-se fazer o enquadramento socioprofissional através do conhecimento de normativos que regulam as relações laborais e de formas de associativismo dos trabalhadores e das entidades empregadoras.

2 | Competências Visadas

- Explicitar as funções principais de profissões diversificadas.
- Compreender a importância do trabalho como factor de integração social.
 - Ser capaz de identificar diferentes formas de organização do trabalho.
- Tomar consciência de direitos e deveres dos trabalhadores e das entidades empregadoras.
- Diferenciar as modalidades de contrato previstas no código do Trabalho.
 - Explicar o papel dos parceiros sociais na regulação do trabalho.
- Valorizar a não discriminação no desempenho profissional.
- Analisar criticamente situações de conflito laboral.
- Relacionar o trabalho ilegal com fenómenos de exclusão social.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Identificar as fontes do direito do trabalho.
- Conhecer diferentes tipos de organizações do trabalho à escala nacional.
- Descrever sumariamente alguns direitos e deveres dos trabalhadores.
- Identificar modalidades contratuais previstas no Código do Trabalho.
- Conhecer associações profissionais representativas das entidades patronais e dos trabalhadores.
- Sensibilizar para a defesa do direito à igualdade no trabalho.
- Identificar formas de trabalho ilegal.
- Reconhecer a importância da competitividade e produtividade na organização do trabalho.

4 | Conteúdos

- Fontes do direito do trabalho: Declaração Universal dos Direitos do Homem, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Direito Comunitário, Constituição da República Portuguesa.
- Estruturas de representação dos interesses dos trabalhadores: sindicatos, associações profissionais e ordens.
- Tipos e funções de associações patronais.
- Concertação social: o papel dos diferentes parceiros.
- Igualdades de tratamento no acesso ao emprego e no trabalho.
- O Código do trabalho:
 - Direitos e deveres dos trabalhadores.
 - Contratos de trabalho e prestação de serviços.
 - Duração e organização do tempo de trabalho.
 - Suspensão e cessação da relação de trabalho.
- Formas de trabalho ilegal e processos de exclusão social.
- Relações entre a actividade laboral e a vida familiar.

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como Começar?

- a) Seleccionar profissões diversificadas e reconstruir a rotina de trabalho diário de cada uma.
 - A actividade pode ser desenvolvida em grupo e os alunos poderão investigar para cada profissão o horário de trabalho, os possíveis locais de trabalho, as tarefas principais desempenhadas, ou outras questões que sejam consideradas relevantes.
 - A investigação podia partir de entrevistas a pessoas conhecidas ou familiares dos alunos.
 - No final da actividade a turma pode elaborar um painel com o título “Um dia de trabalho de um ... “
- b) Identificar, em grupo, as profissões existentes na escola e para cada uma analisar a paridade de mulheres e de homens, o horário de trabalho, as tarefas desempenhadas, os vínculos contratuais e os direitos e deveres que estão consagrados no Regulamento Interno da Escola e na legislação que regulamenta cada uma das profissões.
 - Pode aproveitar-se a actividade para avaliar e debater as regras de funcionamento da sala de aula.

Módulo A 3: Empregabilidade III: Enquadramento Socioprofissional

- c) Recolher notícias nos jornais, durante uma semana, que estejam relacionadas com questões laborais: alterações nos direitos e deveres, negociações em curso, reivindicações, formas de discriminação, conflitos ou outras.
- Dividir a turma em grupos de acordo com as temáticas a analisar.
 - Cada grupo elaborará um pequeno resumo das notícias e apresentará à turma a notícia que considerou mais relevante da semana, justificando a escolha feita.
 - Pode, ainda organizar-se um pequeno debate em torno de cada notícia escolhida, promovendo a análise crítica das notícias.

5.2. Sugestões de desenvolvimento

- a) Consultar, na Internet, a página de uma associação profissional e/ou sindicato e explorar o seu conteúdo.
- Entre outros assuntos será de consultar a agenda: quais os temas que estão a ser discutidos e as iniciativas marcadas.
 - Pesquisar a sua história, os objectivos, a estrutura funcional, onde estão a sede e as delegações, as notícias publicadas, as ligações com outras organizações nacionais e internacionais, os links com outras páginas.
 - A actividade pode ser desenvolvida em grupo e comunicar à turma os resultados da pesquisa.
- b) Consultar o Código de Trabalho e analisar os tipos de contrato de trabalho previstos, os direitos e deveres fundamentais dos trabalhadores e as condições de suspensão ou cessação do contrato de trabalho.
- Independentemente de cada aluno organizar a informação recolhida num pequeno dossiê, pode constituir-se um dossier colectivo para ser actualizado e constituir material de consulta para a própria turma.

5.3. Sugestões de aprofundamento

- a) Utilizar técnicas de dramatização para simular situações de trabalho onde estejam presentes interesses divergentes ou conflitos entre a entidade empregadora e o trabalhador.
- O guião pode ser preparado com a colaboração dos professores de Língua Portuguesa e das disciplinas da Área de Formação Tecnológica.
 - Debater com os alunos as consequências das situações criadas, face ao Código do Trabalho e as acções que podiam ser desencadeadas para solucionar os conflitos.
- b) Convidar um técnico do Centro de Emprego, um empresário, um representante dos trabalhadores (associação ou sindicato) e organizar um debate sobre as condições de trabalho de profissões específicas, relacionadas com a área de formação do curso.

Módulo A 3: Empregabilidade III: Enquadramento Socioprofissional

c) Redigir um contrato de trabalho fictício para um trabalhador da área profissional do curso. Pode solicitar-se a colaboração dos professores de Língua Portuguesa e da Área de Formação Tecnológica.

6 | Sugestões de avaliação

- A avaliação deve incidir sobre o processo e os produtos de aprendizagem e assentar em critérios previamente definidos.
- No âmbito de uma avaliação contínua e formativa deve promover-se a auto e hetero-avaliação do desempenho dos formandos nas actividades desenvolvidas ao longo do módulo.
- As actividades desenvolvidas durante as aulas, como por exemplo a organização do *dossier* pessoal, são evidências que devem ser consideradas para avaliação.

7 | Bibliografia / Outros recursos

CARVALHO, Nuno (2004), *As leis do trabalho: do primeiro emprego à reforma* (2ª ed.). Lisboa: EDIDECO.

CERDEIRA, Maria Conceição (2004), *Dinâmicas de transformação das relações laborais em Portugal*. Lisboa: Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.

FREIRE, João (2002), *Sociologia do trabalho: uma introdução*, 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento.

FREIRE, João (coord.) (2000), *Atitudes face ao emprego, trabalho e tempo livre – os processos de motivação para o trabalho, a formação e a iniciativa*. Estudos e Análises – 13. Lisboa: IEFP.

REBELO, G. (2003), *Emprego e contratação laboral em Portugal – Uma análise sócio-económica e jurídica*. R H Editora: Lisboa

SANDRA, Horne (1993), *Relações Laborais*. Lisboa. Gradiva.

Documentos:

Código do Trabalho: Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto

Recursos na Internet disponíveis em Novembro de 2005:

Organização Internacional do Trabalho (OIT) www.ilo.org

Legislação da União Europeia http://europa.eu.int/eur-lex/pt/lif/ind/pt_analytical_index_05.html

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social <http://www.mts.gov.pt>

Módulo A 3: Empregabilidade III: Enquadramento Socioprofissional

Inspecção Geral do Trabalho www.igt.idict.gov.pt

Comissão para a igualdade no trabalho e no emprego www.cite.gov.pt

Instituto de Emprego e Formação Profissional WWW.iefp.pt

Intersindical Nacional <http://www.cgtp.pt/index.php>

União Geral dos Trabalhadores (UGT) www.ugt.pt

Associação Empresarial de Portugal www.aeportugal.pt

Expresso <http://expressoemprego.clix.pt>

MÓDULO A4

Empregabilidade IV: Integração no Mundo do Trabalho

Duração de Referência: **15horas**

1 | Apresentação

Os cursos de educação formação são uma via privilegiada de apoio à transição dos alunos para a vida activa, por proporcionarem uma qualificação profissional e contribuírem para preparar os jovens para os desafios e exigências do mercado de trabalho.

O recrutamento de mão-de-obra ainda é feito, por vezes, com base em conhecimentos pessoais, sobretudo nas pequenas empresas familiares, mas o mercado de trabalho está cada vez mais exigente nos processos de selecção e admissão de novos trabalhadores. É importante que os jovens apostem em técnicas activas de procura de emprego e encontrem as melhores estratégias e os instrumentos mais adequados à sua inserção profissional, em especial numa situação de primeiro emprego.

Ao abrigo do princípio de livre circulação dos cidadãos da União Europeia, os trabalhadores do Espaço Económico Europeu (o EEE abrange os 25 Estados-Membros da União, a Noruega, a Islândia e o Listenstaine) têm o direito de trabalhar em qualquer outro país do EEE sem uma autorização de trabalho. Foi criada uma rede constituída pela Comissão Europeia e pelos Serviços Públicos de Emprego dos países pertencentes ao Espaço Económico Europeu, rede EURES, para prestar serviços de informação e aconselhamento a trabalhadores, candidatos a emprego e empregadores, sobre oportunidades do mercado europeu.

Com este módulo pretende-se dar a conhecer instrumentos e técnicas que possam ser construídos pelos alunos durante as aulas, de modo a facilitar-lhes a procura do primeiro emprego e a integração no mundo do trabalho. Pretende-se ainda apoiar a organização da formação em contexto de trabalho e contribuir para que o estágio seja uma experiência formativa de sucesso. Sugere-se que o módulo seja trabalhado no período que antecede a formação em contexto de trabalho.

As actividades deste módulo, ao centrarem-se na construção de instrumentos de apresentação do candidato a um emprego, como sejam diferentes tipos de *curriculum vitae*, cartas de candidatura ou a entrevista, devem ser articuladas com o trabalho desenvolvido pelo professor de Língua Portuguesa e com o técnico do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO). Do mesmo modo, deve haver articulação

Módulo A 4: Empregabilidade IV: Integração no Mundo do Trabalho

com os professores da Área de Formação Tecnológica para preparar a formação em contexto de trabalho.

2 | Competências Visadas

- Compreender as exigências do mercado de trabalho em termos de inserção profissional.
- Identificar e consultar fontes diversificadas de oferta de emprego.
- Efectuar pesquisas de oferta de acordo com o perfil e as características do emprego pretendido ou do candidato.
- Construir instrumentos adequados a uma candidatura a um emprego.
- Explicitar as finalidades dos diferentes instrumentos de candidatura ao emprego.
- Distinguir comportamentos e posturas ajustados e desajustados durante os processos de selecção para um emprego.
- Reconhecer a importância da formação em contexto de trabalho.
- Problematizar atitudes face à inserção no mundo do trabalho: dos requisitos burocráticos à atitude empreendedora.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Conhecer regras básicas de funcionamento do mercado de trabalho.
- Sensibilizar para uma procura activa de emprego.
- Seleccionar instrumentos e técnicas necessários à candidatura a um emprego.
- Conhecer modalidades de formação em contexto de trabalho.
- Facilitar a inserção no mercado de trabalho.
- Identificar programas e medidas de apoio à inserção profissional.
- Conhecer a existência de formalidades para a criação de uma empresa.
- Estimular a iniciativa e responsabilidade pessoal.

4 | Conteúdos

- Conceitos de mercado de trabalho.
- Oferta e procura de emprego: rede de relações pessoais, anúncios, Centro de Emprego, empresas de recrutamento, Internet.

Módulo A 4: Empregabilidade IV: Integração no Mundo do Trabalho

- Técnicas e instrumentos de candidatura a um emprego: *curriculum vitae*, carta de apresentação, carta de candidatura, carta de recomendação, entrevista, testes de selecção.
- Recrutamento e mobilidade de trabalhadores na União Europeia.
- Importância do trabalho na integração de estrangeiros.
- Modalidades e finalidades da formação em contexto de trabalho.
- Programas e medidas de apoio à inserção profissional e à criação de empresas.

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como Começar?

- a) Fornecer um conjunto de anúncios diversificados de ofertas de emprego na área profissional do curso.
 - Solicitar a análise dos anúncios para identificar as modalidades de recrutamento e os requisitos da candidatura.
 - Os alunos, divididos por grupos, podem fazer uma listagem dos requisitos exigidos por profissão, a quantificação das ofertas por profissão e por tipo de entidades empregadoras.
- b) Analisar dois tipos diferentes de *curriculum vitae* (um pode ser o modelo europeu de *curriculum vitae*), e duas cartas de apresentação para o aluno identificar aqueles que são mais compatíveis com a sua situação.
 - A análise poderá ser realizada com a colaboração do professor de Língua Portuguesa.
 - O objectivo desta tarefa é que cada aluno construa o seu *curriculum vitae* e uma carta de apresentação.
 - A actividade pode ser complementada na aula de Inglês com a tradução do *curriculum*.

5.2. Sugestões de desenvolvimento

- a) Construir uma carteira pessoal de competências / *portfolio* individual com trabalhos desenvolvidos pelos alunos ao longo do curso, sem esquecer os desenvolvidos na formação em contexto de trabalho, que possam ser relevantes numa candidatura a um emprego.
 - O *portfolio* pode ser enriquecido com formulários, informações e documentos necessários para apresentar uma candidatura.
 - Pode ser útil realizar consultas nos centros de documentação do IEFP ou de associações profissionais e efectuar pesquisas na *Internet*.

Módulo A 4: *Empregabilidade IV: Integração no Mundo do Trabalho*

- O técnico do serviço de Psicologia e Orientação pode apoiar estas tarefas.
- Deve trabalhar-se com os alunos a escolha do suporte de arquivo da informação, as vantagens da construção de um portfolio, a organização dos documentos e o interesse da actualização da informação.

b) Convidar um ex-aluno da Escola, de preferência que tenha concluído um curso de educação formação ou de âmbito profissional, com uma inserção profissional bem sucedida, para apresentar e debater com a turma o seu processo de integração no mundo do trabalho e o seu percurso profissional.

- Pode também convidar-se um técnico de uma empresa de recrutamento de pessoal ou um empresário para explicitar algumas normas e técnicas de recrutamento de trabalhadores bem como o processo de acolhimento e integração de um novo trabalhador na empresa.

5.3. Sugestões de aprofundamento

- a) Utilizar técnicas de dramatização para simular uma entrevista com um candidato a um emprego.
- Na preparação da entrevista, para além do guião, deve recolher-se informação sobre a “empresa”, o tipo de funções a desempenhar, preparar o curriculum e toda a documentação que seja conveniente apresentar na entrevista.
 - Deverá ainda atender-se às questões da comunicação verbal, aos comportamentos e cuidar da apresentação do candidato.
- b) Conjuntamente com os professores de Língua Portuguesa, com o técnico do Serviço de Psicologia e Orientação e com os professores da área de formação tecnológica pode-se desenvolver um projecto para criar uma empresa virtual seguindo todos as fases do processo, desde a definição do ramo de actividade e do estatuto jurídico até aos diferentes registos nas entidades da administração pública.
- Sugere-se que se organize uma visita à loja do cidadão ou a um centro de apoio à criação de empresas, no caso de existirem próximo da escola, para verificar, junto das entidades competentes, as formalidades necessárias.
 - A consulta da *Internet*, nomeadamente as páginas do IAPMEI e da Direcção Geral dos Registos e do Notariado, pode ajudar ao desenvolvimento do projecto.

5.4. Sugestões de trabalho de campo

- a) Organizar uma visita de estudo a uma empresa relacionada com a área de formação, onde possa ser desenvolvida a formação em contexto de trabalho.

Módulo A 4: Empregabilidade IV: Integração no Mundo do Trabalho

- Com a visita pretende-se aproximar os alunos do mundo do trabalho, proporcionar-lhes o conhecimento real de um local de trabalho relacionado com a área profissional do curso e sensibilizá-los para a importância da auto-informação no que respeita ao mundo do trabalho.
- A construção de guiões para a visita deve ser feita com o apoio do técnico dos SPO e de um professor da componente de formação tecnológica.
- Durante a visita será de aproveitar o contacto directo com os trabalhadores para registar as suas opiniões sobre o processo de integração na empresa e o desenvolvimento da carreira profissional.
- É conveniente que a visita assuma o carácter de visita interdisciplinar com a colaboração das diferentes disciplinas: desde a preparação de guiões, materiais de apoio até à elaboração do relatório.

6 | Sugestões de avaliação

- A avaliação deve incidir sobre o processo e os produtos de aprendizagem e assentar em critérios previamente definidos.
- No âmbito de uma avaliação contínua e formativa deve promover-se a auto e hetero-avaliação do desempenho dos formandos nas actividades desenvolvidas ao longo do módulo. A constituição de um *dossier* pessoal com os instrumentos necessários à candidatura a um emprego, o relatório da visita de estudo, bem como os registos da observação do trabalho desenvolvido pelos alunos durante as actividades, devem integrar o processo de avaliação.

7 | Bibliografia / Outros recursos

AZEVEDO, J. (1999), *Voos de Borboleta*. Porto: Edições Asa .

IAPMEI (2001), *Guia de Aspectos Legais para PME*. Lisboa: IAPMEI.

IEFP (2002), *Como procurar emprego. Guia prático (6ª ed.)*. Lisboa: I.E.F.P.

LOPES, Joana et.al. (1999), *Manual de transição para a vida activa*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

MÃO-DE-FERRO, António; FERNANDES, Viriato. (2000), *Os Jovens e a vida activa*. Lisboa: IEFP.

MCKIBBEN, Jennifer (1993), *Inserção dos jovens na vida activa*. Lisboa: Gradiva.

Módulo A 4: Empregabilidade IV: Integração no Mundo do Trabalho

Recursos na Internet disponíveis em Novembro de 2005:

Instituto de Emprego e Formação Profissional - WWW.iefp.pt

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - <http://www.mts.gov.pt>

Expresso - <http://expressoemprego.clix.pt>

EURES – Portal europeu da mobilidade profissional - <http://europa.eu.int/eures/>

Portal do Cidadão - <http://www.portaldocidadao.pt>

Associação Nacional de Jovens Empresários - <http://www.anje.pt/new/default.asp>

Instituto de Apoio às pequenas e médias empresas e ao Investimento - www.iapmei.pt

Centro de formalidades das empresas - www.cfe.iapmei.pt

Direcção Geral dos Registos e do Notariado - www.dgrn.mj.pt

MÓDULO B1

Organização do Estado Democrático: A Nossa Democracia

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

A política respeita ao governo das pessoas e à administração dos bens comuns, conjugando a análise dos meios face à persecução dos fins. Deste modo, estabelece-se uma relação interdependente entre os governantes e a comunidade que é governada. Numa sociedade democrática, assente num Estado de Direito, é essencial que nenhum dos termos da relação se sobreponha ao outro, sob pena de se instituir ou um regime autoritário ou um regime anárquico.

Uma das dimensões mais importantes que enquadram a aprendizagem da cidadania é a dimensão política. Do mesmo modo, uma das principais competências inerentes ao exercício da cidadania resulta da literacia política, isto é, da capacidade para desempenhar um papel activo, participativo e responsável, na construção da sociedade em que vivemos. Trata-se de ser capaz de promover os valores e as práticas inerentes à democracia como sejam, entre outras, a liberdade, a justiça, a participação e a representatividade e o respeito pelo exercício do poder conferido pela maioria.

Existem modos diferentes de exercer as nossas competências cívicas e fazê-lo implica ser politicamente literado. A literacia política implica o conhecimento dos mecanismos e das regras do exercício político que competem, quer aos titulares de órgãos políticos, quer aos cidadãos interessados em participar na melhoria da organização da sociedade democrática.

Quando se fala em dimensão política da vida humana, partindo do pressuposto que se vive numa sociedade democrática como a portuguesa, é importante compreender os valores, as regras e os mecanismos que enquadram essa relação entre governantes e governados. Este módulo trata da forma como está organizado o Estado português o que também implica tratar da forma como se organiza a nossa democracia.

2 | Competências Visadas

- Reconhecer a Constituição como a Lei Fundamental do Estado de Direito português.
- Demonstrar o conhecimento da hierarquia e das competências dos órgãos de soberania.
- Conseguir explicitar a interdependência entre governantes e governados no contexto das sociedades democráticas.
- Demonstrar o respeito pelas regras e mecanismos que enquadram a relação entre governantes e governados.
- Lidar de forma cooperante com os outros, assumindo as regras do jogo democrático, em debates ou discussões.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Enunciar o significado e o objecto da Constituição da República Portuguesa.
- Distinguir os diferentes órgãos de soberania.
- Identificar os titulares e algumas competências dos diferentes órgãos de soberania.
- Caracterizar a organização do Estado português.
- Relacionar uma das competências da Administração Central com as da Administração Regional ou Local.
- Enumerar alguns órgãos que compõem a Administração Pública.
- Exemplificar tipos de responsabilidades inerentes quer a eleitos, quer a eleitores.

4 | Conteúdos

- O Estado de Direito – a Constituição.
 - A génese da nossa Constituição.
 - A prevalência da Lei Fundamental face a outras normas ou leis.
 - Princípios, direitos, deveres e garantias e organização política.
- Os Órgãos de Soberania – sua composição e competências.
 - Presidência da República, Assembleia da República, Governo e Tribunais.
- A Administração Pública: Algumas competências.
 - Central, regional e local.

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como Começar?

- a) Quem são os nossos políticos?
 - Construir um painel com imagens, retiradas da imprensa, dos principais políticos portugueses da actualidade.
 - Identificar o cargo de cada um e elaborar o organograma das instituições / órgãos a que pertencem e suas competências.
- b) Confirmar através da consulta da Constituição da República Portuguesa o organograma do Estado Português, comparando-o com o painel inicialmente elaborado
- c) Identificar e analisar os artigos da Constituição que respeitem à composição e às competências dos órgãos da administração local e regional.
- d) Seleccionar e atribuir um artigo da constituição a cada aluno e promover a sua ilustração em imagens, no âmbito dos órgãos de soberania

5.2. Sugestões de desenvolvimento

- a) Explorar, em grupos, os sites oficiais da Presidência e da Assembleia da República, do Governo, de Câmaras Municipais e de outros órgãos e instituições do Estado português.
- b) Visionamento televisivo de um debate parlamentar, descodificando as regras, as linguagens e os protagonistas.
- c) Debate a partir do visionamento do filme “Manobras na Casa Branca” de Barry Levinson, 1998, (ou outro considerado relevante) acerca das relações entre o poder político e os media na manipulação da opinião pública, ilustradas no filme.

5.3. Sugestões de trabalho de campo

Preparação de uma entrevista a realizar numa visita a uma autarquia, procurando identificar organização e composição desse órgão de poder local; as relações que estabelece com a administração central e respectivas competências.

- Produção do relatório esquemático que ilustre os resultados obtidos com a entrevista.

6 | Sugestões de avaliação

- Recolher evidências dos níveis de desempenho das competências visadas através de intervenções orais ou escritas.
-

Módulo B1: *Organização do Estado Democrático: A Nossa Democracia*

- Avaliar as aptidões de pesquisa na *internet* e a amplitude de recursos a que se recorre, bem como qualidade de apresentação dos materiais produzidos (painel, organograma e ilustrações);
- Auto e hetero-avaliação, onde os alunos recebam o *feedback* do professor, a partir dos materiais produzidos.

7 | Bibliografia / Outros recursos

Constituição da República Portuguesa. (2004), VI Revisão Constitucional.

A Constituição da República Portuguesa Trocada por (para) Miúdos. (2001), Lisboa, Edição Assembleia da República e Ministério da Educação.

LANGLOIS, Denis (2001), *A política Explicada às Crianças... e aos Outros.* Lisboa: Terramar Editores

MAGALHÃES, Ana Maria; ALÇADA, Isabel (2003), *A Longa História do Poder.* Edição Assembleia da República.

MIRANDA, Jorge (2002), *Teoria do Estado e da Constituição.* Coimbra Editora, Coimbra.

PINTO, Ricardo Leite; ALMEIDA, José Mário Ferreira (2001), *O Sistema Político-Administrativo Português.* Lisboa, INA - Instituto Nacional de Administração.

DEBRAY, Régis (1999), *A República Explicada à Minha Filha.* Oeiras, Celta Editora

Recursos na Internet disponíveis em Julho de 2005:

Sítios e portais relacionados com a Constituição da República Portuguesa e com os órgãos de soberania.

http://www.parlamento.pt/const_leg/crp_port/ (CRP) http://www.cne.pt/_x.cfm?sec=06010000 (CRP)

<http://www.presidenciarepublica.pt/> (PR)

<http://www.parlamento.pt/> (AR)

<http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT> (Governo)

MÓDULO B2

Participação na Democracia I: Para que Servem os Partidos

Duração de Referência: 15 horas

1 | Apresentação

Os partidos políticos são associações de cidadãos organizados para intervirem no exercício do poder político. São constituídos por dirigentes, militantes e simpatizantes que partilham uma ideologia e um plano de acção pelo qual procuram conquistar ou, pelo menos, exercer a sua influência no governo do país.

De um modo geral, possuem uma organização articulada desde o nível nacional até ao nível local, procurando o apoio popular que é manifesto através de eleições. Neste sentido, podemos dizer que a existência de um partido político depende do apoio popular – eleitoral – que conseguir alcançar. De qualquer forma, a sua instituição carece da inscrição no Tribunal Constitucional segundo os condicionalismos impostos pela lei.

A sua acção traduz-se nas seguintes actividades: formulação dos seus programas, que reflectem a ideologia que perfilham; escolha dos seus candidatos, que serão aqueles que estarão melhor colocados para fazerem cumprir esses programas; propaganda dos programas e dos candidatos; submissão a eleições e defesa das suas opções programáticas, no âmbito do mandato para o qual foram eleitos – quer seja no exercício do poder, quer seja na oposição. Neste sentido, podemos dizer que os partidos são essenciais à existência de uma sociedade democrática e pluralista como a nossa, e isto porque garantem a possibilidade de escolha entre diferentes políticas, representando e expressando os interesses, os valores e a solidariedade entre os cidadãos que votam.

Na sequência do 25 de Abril de 1974 foram criadas as condições para a legalização e criação dos partidos políticos, bem como de um sistema eleitoral que pela primeira vez consagrou o sufrágio universal. Os quatro partidos políticos portugueses que desde a implementação do regime democrático têm assegurado, nas sucessivas eleições legislativas, uma representação parlamentar são: o Partido Comunista Português (PCP); o Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS/PP); o Partido Social Democrático (PPD/PSD), que se denominava Partido Popular Democrático aquando da sua fundação em 1974, e o Partido Socialista (PS). Hoje em dia também têm assento na Assembleia da República o Bloco de Esquerda (BE) que é uma coligação de partidos de orientação marxista-leninista e o Partido

Módulo B2: *Participação na Democracia I: Para que servem os Partidos*

Ecologista “Os Verdes” (PEV), mediante a sua participação na coligação com o PCP denominada CDU – Coligação Democrática Unitária.

Os partidos políticos portugueses encontram-se representados no Parlamento Europeu desde a adesão de Portugal à União Europeia em 1986, (então denominada Comunidade Económica Europeia – CEE) defendendo, ao mesmo tempo, os interesses de Portugal e da União. Depois de 1993, com a assinatura do Tratado da União Europeia, qualquer pessoa que tenha nacionalidade de um Estado-membro é cidadão da União, gozando assim o direito de eleger e ser eleito para o Parlamento Europeu. No entanto, as listas de candidatos a deputados são exclusivamente apresentadas por partidos políticos, isoladamente ou em coligação.

Existem sete grupos políticos no Parlamento Europeu, que têm a sua origem numa centena de partidos nacionais e regionais. São: o grupo do Partido Popular Europeu e dos Democratas Europeus (PPE-DE); o Grupo Socialista no Parlamento Europeu (PSE); o grupo do Partido Europeu dos Liberais, Democratas e Reformistas (ELDR); o grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia (Verdes/ALE); o grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica (CEUE/EVN); o grupo União para a Europa das Nações (UEN) e o grupo para a Europa das Democracias e das Diferenças (EDD).

Apesar de serem organizações cujos membros se devem mover pelo interesse público, a acção dos partidos políticos comporta, para além de vantagens, algumas limitações. Ao necessitarem de fundos para pagar as suas sedes, os seus funcionários, as campanhas eleitorais e outras despesas decorrentes das suas actividades, e sabendo-se que esses fundos resultam de receitas próprias, de subsídios estatais, mas também donativos privados, é importante evitar que não ocorram benefícios ilegítimos àqueles que financiam o partido, sob pena de entrarmos no domínio do tráfico de influências ou até mesmo – ao extremo – da corrupção. Do mesmo modo, sabendo-se que a profissionalização da política pode conduzir à afirmação de oligarquias que colocam os interesses daqueles que compõem as máquinas partidárias à frente do interesse público, podemos assistir à deformação do mandato representativo, pela subversão do espaço que existe entre representantes e representados.

Existem diferentes partidos políticos representados na Assembleia da República e nos demais órgãos do Poder Local. Este módulo visa conhecer os partidos políticos portugueses, saber das vantagens e inconvenientes das suas práticas e evidenciar a sua importância para a consolidação da democracia.

2 | Competências Visadas

- Reconhecer que a adesão a um partido político representa uma escolha ideológica sobre o modo como a vida deve ser vivida em sociedade.

Módulo B2: *Participação na Democracia I: Para que servem os Partidos*

- Demonstrar compreensão pela existência de vários partidos políticos numa sociedade democrática pluralista.
- Saber justificar a existência de partidos políticos como relação intermédia entre representados e representantes.
- Enumerar partidos políticos ou coligações e eleições às quais podem concorrer.
- Esclarecer como os partidos políticos influenciam as eleições às quais podem concorrer cidadãos independentes.
- Conseguir nomear vantagens e limitações na acção dos partidos políticos.
- Saber avaliar a acção dos partidos políticos, quer no desempenho de cargos para os quais os seus candidatos foram eleitos, quer no governo, quer na oposição.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Indicar os diferentes partidos políticos que existem em Portugal.
- Identificar as principais características de um partido político.
- Nomear os partidos políticos com assento parlamentar.
- Relacionar a actividade dos partidos políticos com os vários actos eleitorais.
- Especificar algumas diferenças entre os partidos políticos com assento parlamentar e no Poder Local.
- Esclarecer a importância da existência dos partidos políticos para o funcionamento de uma sociedade democrática.
- Apontar possíveis vantagens e limitações na acção dos partidos.

4 | Conteúdos

- Partidos Políticos Portugueses:
 - Breve história;
 - Instituição;
 - Composição – organização interna;
 - Representatividade;
 - Recrutamento.
- Composição da Assembleia da República.
- Composição do Parlamento Europeu.
- Partidos e eleições.
- Vantagens e limitações dos partidos políticos.

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1 Como começar

Pedir aos alunos que enumerem todos os partidos políticos portugueses que já tenham ouvido falar.

- Fazer uma lista no quadro dos partidos referidos e, em seguida, identificar quais os que, presentemente, têm assento parlamentar, bem como algumas das suas características distintivas, como por exemplo, cores, símbolos, slogans, figuras relevantes, etc.
- Construir um painel que ilustre um mosaico da vida partidária portuguesa.

5.2. Sugestões de desenvolvimento

- a) Identificados os partidos com assento parlamentar, elaborar um guião de pesquisa das principais características e história de cada um desses partidos: ideologia perfilhada, órgãos nacionais e regionais, objectivos, distribuição de poderes e funções, eleições a que concorreram, dirigentes e cargos que ocupam e sua expressividade e quantidade de militantes filiados.
 - b) Fazer uma busca aos sítios desses partidos com o objectivo de responder ao guião anteriormente elaborado, concretizando o trabalho com a construção de um cartaz partidário identificativo de cada um dos partidos políticos.
- Poder-se-á dividir a turma em grupos para otimizar as condições de trabalho.
- c) Analisar cada um dos cartazes e elaborar, individualmente, um relatório final que explice as diferenças e semelhanças, bem como as virtudes e os defeitos, entre os diversos partidos políticos.

5.3. Sugestões de Aprofundamento

- a) Construir, numa página A3, um quadro que oponha vantagens e limitações da acção política dos partidos, seja ela fruto de fundada opinião dos alunos, quer seja por *inputs* que tenham recebido pela comunicação social ou outras correntes de opinião.
 - Pedir aos alunos que apontem e registem possíveis soluções para ultrapassar os defeitos da acção partidária identificados e, do mesmo modo, façam realçar as vantagens da existência de partidos políticos.
- b) Elaborar um guião de entrevista e procurar encontrar dois protagonistas de diferentes partidos, possivelmente através das respectivas delegações locais, com o objectivo de auscultar o que esses membros esperam da acção dos seus partidos.

Módulo B2: Participação na Democracia I: Para que servem os Partidos

- Confrontar esses depoimentos com as tomadas de posições assumidas por esses partidos nos órgãos de comunicação social. Justificar se existe uma grande diferença entre representados e representantes da opinião.
- c) Solicitar uma redacção em resposta à seguinte questão: Para que servem os partidos políticos?
- Encontrar diferenças significativas entre as respostas dos alunos e promover o debate procurando chegar a um consenso, o mais alargado possível, em torno da questão.
- Construir um *slogan* que resuma esse consenso alcançado e sobrepô-lo sobre os *posters* criados. Promover uma exposição na escola de todos os materiais elaborados no estudo deste módulo.

5.4. Sugestões de trabalho de campo

- a) Visita a uma sessão plenária da Assembleia da República ou uma sessão pública de uma Câmara Municipal, de uma Assembleia Municipal ou de uma Assembleia de Freguesia, com o objectivo de identificar os temas em discussão e as posições, eventualmente diferentes, que os diversos partidos políticos adoptam face a um mesmo tema.
- Elaborar um relatório que fundamente a tomada de posição de um dado partido face à ideologia perfilhada que foi identificada anteriormente.
- Justificar se essa tomada de posição corresponde aos interesses que os cidadãos filiados nesse partido defendem.

6 | Sugestões de avaliação

- Com base em critérios estabelecidos, recolher evidências dos níveis de desempenho das competências visadas através de intervenções orais ou escritas e dos materiais produzidos.
- Considerar as aptidões de pesquisa na Internet e a diversidade de recursos a que se recorre, bem como qualidade dos materiais produzidos (cartazes, relatórios, guiões);
- A auto e hetero-avaliação integra este processo de avaliação.

7 | Bibliografia / Outros recursos

LOPES, Fernando Farelo e Freire, André, (2002), Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais — Uma Introdução, Oeiras, Celta.

STOCK, Maria José, (1985), O Centristo Político em Portugal: evolução do sistema de partidos, génese do Bloco Central e análise dos partidos da coligação, *Análise Social*, n.º 85, pp. 45-81.

Módulo B2: *Participação na Democracia I: Para que servem os Partidos*

STOCK, Maria José, (1988), A Imagem dos Partidos e a Consolidação Democrática em Portugal - resultados dum inquérito, , *Análise Social*, n.º 100, pp. 151-161.

Documentos:

- Lei dos Partidos Políticos, Dec.-Lei n.º 595/74, de 07.11.

Recursos na Internet disponíveis em Novembro de 2005:

Assembleia da República - <http://www.parlamento.pt/>

CDS-PP - <http://www.partido-popular.pt/>

PSD - <http://www.psd.pt/>

PS - <http://www.ps.pt/main.php>

PCP - <http://www.pcp.pt/>

BE - <http://www.bloco.org/>

Partido Ecologista Os Verdes - <http://www.osverdes.pt/>

Partidos Políticos Portugueses - <http://pesquisa.bn.pt/PartidosPoliticoss/>

Comissão nacional de Eleições - <http://www.cne.pt/index.cfm>

Parlamento Europeu em Portugal - <http://www.parleurop.pt/parleurop/>

Associação Nacional de Municípios Portugueses - <http://www.anmp.pt/>

MÓDULO B3

Participação na democracia II: Todos somos Fregueses

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

A vida pública dos cidadãos relaciona-se com as estruturas políticas que enquadram a vida em sociedade, de forma mais próxima, ao nível do Poder Local. O Poder Local é exercido autonomamente pelas Autarquias que são compostas por Freguesias, Municípios. No caso dos Açores e da Madeira, as autarquias locais são as freguesias e os municípios.

As Freguesias são territórios cujos órgãos administrativos são a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia. Os Municípios são constituídos pela Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal. A Constituição da República Portuguesa prevê ainda a existência de Regiões Administrativas mediante a eventual criação de uma lei que divida o país em regiões, configurando, nesse caso, como órgãos, uma Assembleia Regional e uma Junta Regional.

Uma vez que a acção destes órgãos abrange todo o território nacional, a vida pública dos cidadãos está enquadrada nestas estruturas de poder. A Freguesia é um território que possui os órgãos representativos que nos são mais próximos, quer pela sua dimensão (inferior ao município), quer pela proximidade na gestão dos problemas que nos afectam e para os quais somos convocados a participar, quer seja pelo voto, quer seja directamente em colaboração com os seus órgãos.

Como a própria palavra indica, ser freguês é pertencer a uma determinada freguesia, no entanto, o termo também é utilizado para identificar aquele que tem por hábito frequentar um determinado local ou estabelecimento, neste sentido, podemos afirmar que a freguesia é o local habitual em que o indivíduo estabelece a sua relação mais próxima com a administração pública. A Freguesia é historicamente e em primeiro lugar, uma associação de um conjunto pequeno de famílias com o objectivo da satisfação de necessidades comuns que individualmente não conseguiriam alcançar. Neste sentido e desde sempre, todos somos fregueses.

Numa sociedade democrática, quanto mais fortes forem os laços comunitários que se estabelecem, em primeiro lugar, ao nível das freguesias, mais forte será a coesão nacional em torno de uma herança comum e de um propósito de realização futuro. É por isso importante estar informado sobre os problemas que directamente afectam as comunidades onde residimos e onde trabalhamos.

Módulo B3: Participação na Democracia II: Todos somos Fregueses

A proximidade reforça a nossa capacidade de participar e colaborar activamente na resolução de problemas locais. A nossa participação quando enquadrada nas estruturas políticas locais, contribui para o reforço dos laços de pertença na comunidade. O objectivo deste módulo é conhecer os órgãos do poder local e a nossa capacidade de acção na resolução dos problemas da nossa comunidade.

2 | Competências Visadas

- Reconhecer a importância das Freguesias e dos Municípios como órgãos do Poder Local.
- Indicar a composição e os membros dos diferentes órgãos da autarquia a que se pertence.
- Identificar as funções dos diferentes órgãos autárquicos na resolução de problemas concretos da vida pública.
- Estabelecer relações entre competências da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal.
- Compreender a especificidade do processo eleitoral autárquico e as suas consequências na composição desses órgãos.
- Evidenciar comportamentos e atitudes que reflectam o interesse em participar na vida e na resolução dos problemas da Freguesia.
- Reconhecer os aspectos positivos e menos positivos da acção de titulares de cargos políticos autárquicos.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Distinguir Poder Local de Autarquia.
- Distinguir Autarquia de Município.
- Distinguir Câmara Municipal de Junta de Freguesia.
- Referir os órgãos que compõem a Freguesia e o Município.
- Enumerar algumas das competências dos órgãos do Poder Local.
- Conhecer algumas relações entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia.
- Explicitar o processo eleitoral autárquico.
- Especificar algumas formas de participação cívica na resolução de problemas da respectiva área de residência.

4 | Conteúdos

- Constituição do Poder Local.
- Conceito de Autarquia.
- Conceito de Freguesia e Município.
- Composição dos órgãos das autarquias locais: Junta de Freguesia; Assembleia de Freguesia; Câmara Municipal e Assembleia Municipal.
- Relações entre o Município e a Freguesia.
- Formas de participação política e cívica na vida das autarquias.

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como começar.

- a) Discutir com os alunos o significado do termo freguês.
 - Relacionar o termo freguês com Freguesia e finalmente com Poder Local. Analisar a relação desses termos com pertença e presença.
- b) Pedir aos alunos para referirem exemplos de órgãos, cargos ou titulares do Poder Local.
 - Construir no quadro uma grelha que permita, ao mesmo tempo, identificá-los e fazer a respectiva correspondência entre eles.
 - Completar o quadro com os elementos em falta que os alunos possam não ter referido. Pretende-se identificar todos os órgãos autárquicos.

5.2. Sugestões de desenvolvimento

Em pequenos grupos, fazer uma pesquisa na Internet para compreender como se concretiza o processo eleitoral para os diversos órgãos autárquicos, analisando quem foi eleito e com que resultados.

- Fazer um relatório que explicita quem se pode candidatar a esses cargos e em que condições; se individualmente ou com que apoios.
- Relacionar os titulares identificados no ponto anterior com as conclusões do relatório.

5.3. Sugestões de Aprofundamento

Identificar um problema local que necessite de uma resolução por parte do poder político.

- Investigar junto dos titulares de órgãos do poder local a respectiva competência de acção para a resolução do problema detectado.

Módulo B3: Participação na Democracia II: Todos somos Fregueses

- Elaborar um guião para uma entrevista a um presidente de Câmara e a um Presidente de Junta de Freguesia no sentido de perceber algumas das competências do órgão do Poder Local que tutelam. Individualmente, cada aluno deve retirar os apontamentos necessários para elaborar um pequeno relatório caracterizando as competências referidas nas entrevistas.
- Discutir se os poderes dos autarcas são suficientes para a resolução do problema inicialmente identificado.
- Sugerir alguns modos de como os cidadãos podem agir para resolver esse problema.

5.4. Sugestões de trabalho de campo.

Assistir a uma sessão de uma assembleia municipal ou de uma assembleia de freguesia.

- Estudar antecipadamente o seu tipo de funcionamento e as suas tarefas e preparar questões, sobre os problemas de interesse local anteriormente identificados, para a eventualidade de contacto directo com os respectivos representantes locais nesse órgão.
- Recolher informação e elaborar pequenos comentários que possam servir de base a uma discussão posterior sobre o trabalho dos autarcas e as responsabilidades quer dos eleitos locais perante os seus concidadãos, quer dos cidadãos perante os problemas locais.

6 | Sugestões de avaliação

A avaliação deve incidir sobre o processo e produtos devendo o professor definir critérios para ambos. Os critérios para além de adequados aos público e ao contexto deverão permitir registar os níveis de desempenho dos diferentes alunos. O trabalho final poderá revestir a forma de um portefólio ou de um relatório de evidências das tarefas realizadas e dos objectivos atingidos. As actividades de auto e hetero-avaliação devem integrar este processo.

7 | Bibliografia / Outros recursos

BRAVO, Ana Bela e Jorge Vasconcelos e Sá, (2000), *Autarquias Locais: Descentralização e Melhor Gesta*. Lisboa: Verbo.

OLIVEIRA, César; (ed.), (1996), *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa: Temas e Debates.

RUIVO, Fernando, (2002), *Poder Local e Exclusão Social*, 2.^a ed..Coimbra: Quarteto Editora.

Módulo B3: *Participação na Democracia II: Todos somos Fregueses*

Documentos:

Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, Anotada e Comentada, (2001): Maria de Fátima Abrantes Mendes e Jorge Miguéis, Edição C.N.E..

Recursos na Internet disponíveis em Novembro de 2005:

Associação Nacional de Freguesias - <http://www.anafre.pt/>

Associação Nacional de Municípios Portugueses - <http://www.anmp.pt/index.html>

Governo Regional dos Açores - <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/temas/cidadao>

Governo Regional da Madeira - <http://www.gov-madeira.pt/madeira/elect/drpf.do2>

Ministério da Administração Interna - <http://www.mai.gov.pt/main.php>

Direcção Geral das Autarquias Locais - <http://www.dgaa.pt/>

MÓDULO B4

Direitos de Cidadania: O Direito de Todos termos Direitos

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

Em termos gerais, podemos falar de direitos de cidadania como os que estão prescritos nas diferentes Leis Constitucionais que regem a vida dos países caracterizados como Estados de direito democrático, como é o caso de Portugal. Importa também saber que existem direitos e deveres de cidadania que conferem o enquadramento pelo qual se deve reger a nossa vida em sociedade, sabendo que podem ocorrer conflitos quando se considera que os direitos de uma pessoa acabam ao começar os direitos de outra.

Os direitos e deveres de cidadania concretizam-se, em primeiro lugar, na regulação da vida social e política de Estados soberanos e, depois, na vida dos espaços supra-estaduais a que esses Estados se aliam, como é o caso da União Europeia. O artigo 4.º da Constituição da República Portuguesa consagra que “são cidadãos portugueses todos aqueles que como tal sejam considerados pela lei ou por convenção internacional”. É neste sentido que podemos falar, ao mesmo tempo, de uma cidadania portuguesa e de uma cidadania europeia reconhecendo, também, que somos cidadãos do mundo.

Os direitos foram-se instituindo na história do desenvolvimento das sociedades, alcançando o seu apogeu com a consolidação da democracia e, continuamente, abarcando novas dimensões e aspectos particulares da pessoa e da sua vida em sociedade.

Esta progressiva amplitude de aplicação dos direitos permite-nos falar de gerações de direitos. Acompanhando o próprio desenvolvimento histórico das sociedades, a primeira geração de direitos respeita aos direitos civis e políticos que acentuam o valor da liberdade individual face ao Estado. À segunda geração de direitos correspondem os direitos sociais que valorizam a igualdade entre os indivíduos. A terceira geração de direitos enuncia os direitos culturais baseados na equidade e na qualidade de vida dos cidadãos.

Estas sucessivas gerações de direitos estão consagradas em diferentes documentos e abarcam diferentes dimensões e aspectos inerentes à dignidade e integridade da vida humana. É importante conhecê-los não só para podermos denunciar as situações em que não são aplicados, mas também para

Módulo B4: Direitos de cidadania: O direito de todos termos direitos

podermos agir em conformidade com os outros na construção de uma sociedade mais justa e livre. O direito de todos termos direitos é uma das principais formulações da nossa condição cívica.

2 | Competências Visadas

- Reconhecer a existência de várias gerações de direitos: políticos, sociais, económicos, culturais e ambientais.
- Demonstrar conhecimento dos direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa.
- Relacionar direitos de cidadania com democracia.
- Propor medidas que contribuam para minorar conflitos de direitos.
- Esclarecer como a cada direito de cidadania corresponde um dever cívico.
- Apontar situações de incumprimento de deveres de cidadania.
- Avaliar situações de desrespeito pelos direitos fundamentais.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Nomear os princípios fundamentais da Constituição da República Portuguesa.
- Identificar direitos de cidadania na Constituição da República Portuguesa.
- Justificar a importância dos direitos de cidadania num Estado democrático.
- Indicar as sucessivas gerações de direitos.
- Esclarecer a relação entre direitos e deveres de cidadania.
- Reconhecer organizações de defesa de direitos humanos.
- Indicar direitos fundamentais que resultam da dignidade da pessoa humana.

4 | Conteúdos

- Gerações de direitos.
 - Direitos Cívicos e Políticos.
 - Direitos Sociais e Económicos.
 - Direitos Culturais e Ambientais.
- Constituição da República Portuguesa: direitos, liberdades e garantias.
- Direitos fundamentais consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem
- Outras declarações de direitos, nacionais e internacionais.

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1 Como começar.

Debater com os alunos o significado de “direitos humanos”.

- Pedir que enunciem direitos fundamentais dos cidadãos consagrados na Constituição da República Portuguesa.
- Registar as respostas dadas e distinguir os vários tipos de direitos enunciados (direitos fundamentais, sociais, políticos, económicos, etc.).
- Dar exemplos de outros tipos de direitos que eventualmente não tenham sido enunciados registando no quadro as diferentes gerações de direitos.

5.2. Sugestões de desenvolvimento.

a) Utilizar pequenas narrativas que ilustrem situações de conflito entre direitos.

- Fazer corresponder os direitos em causa à sua tipificação nas declarações onde os mesmos estão consignados.
- Debater com os alunos as possíveis soluções para ultrapassar esses conflitos.

b) Dividir a turma em pequenos grupos e ilustrar os principais direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa recorrendo a textos, imagens, recortes de imprensa, colagens, etc.

- Organizar um painel, a partir dos materiais produzidos, sobre os direitos consignados na Constituição da República Portuguesa.
- Expor os materiais produzidos, num local adequado do espaço escolar, sob o título “O Direito de Todos termos Direitos”.

5.3. Sugestões de aprofundamento.

a) Direitos, liberdades e garantias.

- Seleccionar uma situação em que esteja patente o exercício de um direito, liberdade ou garantia consignados na nossa Constituição.
- Através da gravação de depoimentos ou da produção de um pequeno filme, evidenciar o seu cumprimento ou incumprimento.

b) Apresentar os materiais produzidos como motivo para a realização de um debate que coloque em evidência os progressos e as dificuldades de implementação dos direitos humanos.

6 | Sugestões de avaliação

A avaliação deve incidir sobre o processo e produtos devendo o professor definir critérios para ambos. Os critérios, para além de adequados ao público e ao contexto, deverão permitir registar os níveis de desempenho dos diferentes alunos. O trabalho final poderá revestir a forma de um portefólio ou de um relatório de evidências das tarefas realizadas e dos objectivos atingidos. As actividades de auto e hetero-avaliação devem integrar este processo.

7 | Bibliografia / Outros recursos

AA., VV. (1998), *Repensar a cidadania: nos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Lisboa : Editorial Notícias.

(2001), *A Constituição da República Portuguesa trocada por (para) miúdos*. Lisboa: Assembleia da República / Ministério da Educação / Instituto de Inovação Educacional.

CABRAL, Manuel Villaverde (1997), *Cidadania política e equidade social em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

ESPADA, João Carlos (1997), *Direitos Sociais de Cidadania*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

FERNANDES, António Teixeira (1998), *O Estado Democrático e a Cidadania*. Porto: Edições Afrontamento.

LETRIA, José Jorge (2000), *A Cidadania Explicada aos Jovens... e aos Outros*. Lisboa: Terramar.

SILVA, Jorge Pereira da (2004), *Direitos de cidadania e direito à cidadania: princípio da equiparação, novas cidadanias e direito à cidadania portuguesa como instrumentos de uma comunidade constitucional inclusiva*. Lisboa: ACIME.

Documentos:

Constituição da República Portuguesa, VII Revisão Constitucional, 2005.

Carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco a 26 de Junho de 1945, entrou em vigor na ordem internacional a 24 de Outubro de 1945.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de Dezembro de 1948.

Declaração dos Direitos da Criança, adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de 20 de Novembro de 1959.

Módulo B4: *Direitos de cidadania: O direito de todos termos direitos*

Recursos na Internet disponíveis em Novembro de 2005:

Constituição da República Portuguesa - http://www.parlamento.pt/const_leg/crp_port/

Gabinete de Documentação e Direito Comparado:

<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/universais.html> (textos internacionais de direitos humanos universais).

Centro de Informação Europeia Jacques Delors - <http://www.cijdelors.pt/>

Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas - <http://www.acime.gov.pt/>

MÓDULO B5

Lusofonia: A Língua Portuguesa para além de Portugal

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

A Língua é uma das principais características identificadoras de uma cultura. No caso de Portugal a Língua Portuguesa representa um património que ultrapassa em muito as fronteiras territoriais do país. Como reflexo da nossa própria história enquanto nação de descobrimentos, a língua portuguesa é hoje falada nos quatro cantos do mundo. De Portugal ao Brasil, de Angola a Timor, a Língua Portuguesa é Língua Oficial de oito países em quatro continentes, sendo por isso congregadora de diferentes culturas.

Compreender os Descobrimentos como condição da expansão da Língua Portuguesa e a descolonização como factor que permitiu que novos Estados adoptassem a Língua Portuguesa como língua oficial, é essencial para perceber a dimensão e a importância do português no mundo.

Para além de marca histórica da nossa presença no mundo, a Língua Portuguesa é hoje difundida, também, pelos portugueses e luso-descendentes residentes no estrangeiro, que se estima serem 4,5 milhões. A nossa presença emigrante em França, na Alemanha, na Suíça, no Brasil, no Canadá, nos Estados Unidos da América e na África do Sul ou Macau faz com que a Língua Portuguesa seja a quinta mais falada em todo o mundo

Fruto deste património comum, na defesa de interesses partilhados e como afirmação desta identidade no mundo, foi instituída, em 17 de Julho de 1996, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), de que fizeram parte, desde o seu início, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe e a que, posteriormente, em 2002, aderiu Timor-leste. Presentemente, a Comunidade representa 200 milhões de falantes de Língua Portuguesa em todo o mundo.

Num mundo globalizado como o nosso, a afirmação, a defesa e a promoção deste património é essencial, tanto para a preservação da nossa identidade, como para o desenvolvimento social, económico e cultural de Portugal.

A afirmação da nossa identidade no mundo é uma condição indispensável ao exercício de uma cidadania plena. Este módulo visa reforçar o sentido de pertença comum que nos é dado pela língua e

Módulo B5: Lusofonia: A Língua Portuguesa para além de Portugal

pode permitir a abordagem de dois dos momentos mais significativos da História de Portugal – os Descobrimentos e a descolonização.

2 | Competências Visadas

- Reconhecer a língua como característica de uma cultura.
- Compreender a importância da língua como forma de afirmação de Portugal no mundo.
- Relacionar a criação de novos Estados com a afirmação da Língua Portuguesa no mundo.
- Explicar os antecedentes da constituição da CPLP.
- Identificar alguns aspectos culturais dos países pertencentes à CPLP.
- Relacionar os objectivos da CPLP com objectivos da política externa portuguesa.
- Descrever como a dinâmica da língua pode contribuir para vencer alguns desafios da globalização.
- Reconhecer a língua como um factor de união entre os povos.
- Relacionar momentos da História de Portugal com a expansão da Língua Portuguesa.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Referir a importância dos Descobrimentos na expansão da Língua Portuguesa.
- Nomear os países que têm como Língua Oficial o português.
- Conhecer a Declaração e os Estatutos da CPLP.
- Referir algumas das competências e actividades da CPLP.
- Especificar alguns traços distintivos da cultura dos países de língua oficial portuguesa.
- Indicar os países onde residem comunidades portuguesas mais significativas.
- Nomear vantagens da presença significativa de portugueses noutros países.

4 | Conteúdos

- Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP):
 - Antecedentes e Declaração
 - Estatutos
 - Estados-Membros

Módulo B 5: Lusofonia: A Língua Portuguesa para além de Portugal

- Órgãos e Objectivos
- Expansão da Língua Portuguesa no mundo: Descobrimentos e descolonização
- Diáspora portuguesa: As comunidades portuguesas no mundo
- Política externa e defesa da Língua Portuguesa

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como começar.

a) A Lusofonia no mundo.

- Pedir aos alunos que nomeiem países onde se fala português, quer aqueles em que é língua oficial, quer os países com comunidades de emigrantes portugueses significativas.
- Debater as diferentes razões de se falar a mesma língua em diversas partes do mundo, nomeadamente, os descobrimentos, a colonialização e a emigração.

b) O mundo lusófono.

- Identificar num planisfério os países em que se fala português, quer aqueles em que é língua oficial, quer os países com comunidades de emigrantes portugueses significativas.
- Registrar as respostas colocando marcadores/pins nos locais indicados. Eventualmente, poder-se-á completar as respostas suprimindo lacunas evidentes.
- Unir os marcadores com uma linha evidenciando a rede de possibilidades de comunicação que a Língua Portuguesa potencia a nível mundial.

5.2. Sugestões de desenvolvimento

a) Os países da CPLP.

- Dividir a turma em oito grupos e atribuir a cada um a caracterização de um país membro da CPLP.
- Referenciar aspectos históricos, geográficos, sistema de governo, economia, demografia, principais cidades, recursos, figuras da cultura, gastronomia, música.
- Pedir que utilizem materiais diversificados para a elaboração de um painel composto pelos trabalhos dos diferentes grupos.

b) A CPLP.

- Fazer um estudo individual sobre os principais aspectos da Declaração e os objectivos da CPLP.

Módulo B 5: Lusofonia: A Língua Portuguesa para além de Portugal

- Elaborar um relatório individual que evidencie as vantagens da existência da Comunidade para os países que a compõem. A informação poderá ser recolhida através de uma pesquisa na Internet.

5.3. Sugestões de Aprofundamento

- a) Os Descobrimentos e a descolonização.
 - Investigar a importância da Língua Portuguesa no mundo relacionado-a com os Descobrimentos e com a descolonização.
 - Construir um quadro esquemático que referencie as principais datas das descobertas e da independência dos povos.
- b) Através de filmes documentais ou de ficção, da imprensa e de depoimentos pessoais, os alunos podem produzir uma composição que relacione os descobrimentos e a descolonização com a expansão da língua portuguesa.

6 | Sugestões de avaliação

A avaliação deve incidir sobre o processo e produtos, devendo o professor definir critérios para ambos. Os critérios para além de adequados ao público e ao contexto deverão permitir registar os níveis de desempenho dos diferentes alunos. O trabalho final poderá revestir a forma de um portefólio ou de um relatório de evidências das tarefas realizadas e dos objectivos atingidos. As actividades de auto e hetero-avaliação devem integrar este processo.

7 | Bibliografia / Outros recursos

AA., VV. (2005), *Visões de Política Externa Portuguesa*. Lisboa: Sociedade de Geografia; Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005.

CHACON, Vamirech (2002), *O futuro político da lusofonia*. Lisboa: Editorial Verbo.

CRISTÓVÃO, Fernando (dir. e coord.) (2005), *Dicionário temático de lusofonia*. Lisboa: Texto Editores.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (Coord.) (1996), *Interculturalismo e cidadania em espaços lusófonos*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

TORRES, Adelino, FERREIRA, Manuel Ennes (2001), *CPLP: globalização e identidades nacionais*, in "Política Internacional", Vol. 3, no 24, Outono-Inverno.

Módulo B 5: Lusofonia: A Língua Portuguesa para além de Portugal

Recursos na Internet disponíveis em Novembro de 2005:

Ministério dos Negócios Estrangeiros - <http://www.min-nestrangeiros.pt/mne/>

Ministério da Educação – GAERI - <http://www.gaeri.min-edu.pt/index.asp>

Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) - <http://www.cplp.org/>

Fórum da Juventude da CPLP - http://www.cnj.pt/forum_juve_accao.asp

Conselho Empresarial da CPLP - <http://www.elo-online.org/>

Associação das Universidades de Língua Portuguesa - <http://www.aulp.org/>

Instituto Camões - <http://www.instituto-camoes.pt/index.htm>

MÓDULO B6

Funcionamento da UE: A Europa Unida

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

A União Europeia (UE) é uma comunidade de Estados dotada de instituições próprias estabelecidas por tratados, de personalidade jurídica e de capacidade de representação internacional. Os seus símbolos são a bandeira de fundo azul com 12 estrelas douradas em círculo que simbolizam os princípios da unidade, solidariedade e harmonia entre os povos da Europa e o Hino europeu que, não tendo letra, tem a música da nona sinfonia de Beethoven. O dia da Europa é 9 de Maio, data da apresentação da ideia de União Europeia por Robert Schuman, em 1950.

A génese da UE remonta a 1951, com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), instituída pelo Tratado de Paris, através da iniciativa da França e da Alemanha a que aderiram a Itália, a Bélgica, o Luxemburgo e os Países Baixos. Pelo Tratado de Roma, de 1957, é instituída a Comunidade Económica Europeia (CEE), sendo ao mesmo tempo criada a Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEa ou Euratom). Em 1973, aderem à comunidade a Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido e em 1978 o Parlamento Europeu aprova uma resolução que passa a designar as três comunidades – CECA, CEE e CEEa – pela expressão Comunidade Europeia (CE). Em 1981, a Grécia adere à Comunidade, em 1986 é a vez de Portugal e de Espanha. Com a entrada em vigor do Tratado da União Europeia (Maastricht), a comunidade assume a denominação de União Europeia (UE). No ano seguinte, aderem à UE a Áustria, a Finlândia e a Suécia. Em 2004, deu-se o maior alargamento com a adesão de Chipre, República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Eslováquia e Eslovénia. Está prevista a adesão da Bulgária e da Roménia e, em estudo, estão as candidaturas da Croácia, da República da Macedónia e da Turquia.

Torna-se importante conhecer as principais instituições e funções que suportam o exercício desta cidadania comum:

- O Parlamento Europeu é uma assembleia de deputados eleitos directamente, dotada de poder político, co-legislativo e orçamental. Exerce um controlo político sobre o conjunto das instituições; em conjunto com o Conselho, adopta a legislação comunitária como regulamentos, directivas, decisões, pareceres e aprova o orçamento da UE, podendo alterar as despesas comunitárias.

Módulo B 6: Funcionamento da UE: A Europa Unida

- A Comissão Europeia é o órgão que detém o poder executivo, tem direito de iniciativa, é a guardiã dos Tratados. Assegura a execução da legislação europeia, do orçamento e das políticas da União; apresenta propostas de legislação; zela pelo respeito do direito comunitário e negocia acordos internacionais.
- O Conselho de Ministros é o principal órgão de decisão da UE. Como órgão co-legislativo, assegura a coordenação das políticas económicas gerais dos Estados-Membros; partilha a autoridade orçamental com o Parlamento e tem funções executivas no domínio da Política Externa de Segurança Comum (PESC).
- O Conselho da União Europeia assume a forma de Conselho Europeu quando se reúnem os Chefes de Estado e de Governo. Define as principais linhas de orientação política da UE e aborda as questões de actualidade internacional.
- O Tribunal de Justiça garante o respeito e a interpretação uniforme do direito comunitário. É assistido, desde 1989, pelo *Tribunal de Primeira Instância*, com o objectivo de melhorar a protecção judicial dos cidadãos e pode ser chamado a decidir em processos instaurados pelos países membros, instituições comunitárias, empresas ou particulares.
- O Tribunal de Contas fiscaliza a legalidade e a regularidade das receitas e despesas da União e garante a correcta gestão financeira do orçamento comunitário.

Pelo facto de fazermos parte da UE, a cidadania portuguesa é complementada com a cidadania europeia. Para podermos participar, informada e activamente nesta comunidade, é importante compreender a sua génese, os seus sucessivos alargamentos e os tratados que estabelecem as competências e as regras de funcionamento das suas instituições. Estes são os objectivos deste módulo.

2 | Competências Visadas

- Referenciar factores da génese da UE.
- Explicar o processo de adesão de Portugal à UE.
- Compreender a importância da integração de Portugal à UE.
- Ser capaz de identificar as competências das principais instituições da UE.
- Reconhecer o impacto de decisões de órgãos da UE no quotidiano dos cidadãos.
- Tomar consciência de políticas europeias comuns.
- Indicar o conteúdo da cidadania europeia.
- Valorizar a acção dos cidadãos no fortalecimento das instituições da UE.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Justificar a criação da UE.
- Referir as diferentes etapas da construção europeia: sucessivos alargamentos.
- Nomear os Estados-Membros da UE.
- Distinguir diferentes tratados da UE.
- Caracterizar as principais instituições da UE.
- Conhecer os símbolos da UE.
- Indicar objectivos da adesão de Portugal à UE.
- Estimular a participação cívica no contexto europeu.

4 | Conteúdos

- Génese e evolução da União Europeia.
- Estados-Membros: sucessivos alargamentos.
- Principais Tratados da União Europeia:
 - Roma
 - Maastricht
 - Amsterdão
 - Nice.
- Principais instituições comunitárias: órgãos e competências.
- Símbolos da União Europeia.
- Cidadania europeia.

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como Começar?

a) Os Estados-Membros da UE.

- Pedir aos alunos a indicação de nomes de países que pertencem à UE.
- Registar no quadro as respostas e completar a lista com os países que, eventualmente, possam não ter sido nomeados pelos alunos.

Módulo B 6: *Funcionamento da UE: A Europa Unida*

- Pedir aos alunos que desenhem a bandeira da UE e as bandeiras dos 25 países membros.
 - Pedir aos alunos que identifiquem outros símbolos, lugares e pessoas que associam à UE como, por exemplo, Bruxelas, Euro, Comissário Europeu, etc....
- b) Roteiro histórico ou geográfico.
- Distribuir a cada aluno a base do mapa da Europa.
 - Estimular a pesquisa bibliográfica ou na *Internet* de modo a que cada aluno possa colorir o mapa de acordo com os sucessivos alargamentos, organizando uma legenda de cores e datas correspondentes.
 - Este trabalho pode evoluir para um roteiro de viagem que ilustre a evolução histórica da UE. Este pode iniciar-se em Itália, em 1957, e terminar num dos Estados que aderiram à UE em Maio de 2004, assinalando as datas do itinerário de acordo com os sucessivos alargamentos.

5.2. Sugestões de desenvolvimento

a) As instituições da UE.

- Distribuir os alunos por grupos e atribuir a cada um o estudo de uma das principais instituições da UE: Parlamento Europeu, Comissão Europeia, Conselho de Ministros, Conselho da União, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas.
- Pedir aos alunos que consultem o Centro de Documentação Europeia (CDE), mais próximo da sua área de residência, pessoalmente ou através da *Internet*, e produzam um relatório onde conste a composição, as funções e competências da respectiva instituição. O relatório pode ser produzido com o recurso a diversos suportes: texto impresso, informático, cartaz, etc.
- No final, cada grupo deverá fazer uma revisão dos trabalhos realizados pelos outros colegas (a mesma actividade pode ser realizada em relação aos tratados da UE, promovendo a caracterização simplificada das principais medidas adoptadas em cada um).

5.3. Sugestões de aprofundamento

a) O Hino da UE.

- Promover a audição do Hino da UE e, dividindo os alunos em grupos, pedir-lhes que façam uma letra para o Hino. A letra deverá incluir os princípios fundamentais da UE: unidade, solidariedade e harmonia entre os povos da Europa.
- Fazer a apresentação das diferentes letras produzidas e votar a mais adequada à sinfonia de Beethoven e aos princípios da UE.
- No final, a turma poderá interpretar o Hino, com a letra e música e, eventualmente, apresentá-lo à escola no âmbito da comemoração de datas significativas, como por exemplo, o dia 9 de Maio.

Módulo B 6: Funcionamento da UE: A Europa Unida

5.4. Sugestões de trabalho de campo.

- a) Promover uma visita de estudo ao Centro de Documentação Europeia (CDE) mais próximo (normalmente localizado numa das Universidades das capitais de distrito), ou pela exploração do sítio na *Internet*, para recolha de informação e elementos bibliográficos acerca das condições para estudar, trabalhar ou participar numa actividade de juventude ou de voluntariado, num outro país da União Europeia.
- De acordo com os seus interesses pessoais, os alunos, podem seleccionar a actividade preferida a concretizar noutro país europeu e elaborar uma ficha com os primeiros passos a desenvolver para a persecução desse objectivo, designadamente, os modos de preenchimento e envio do modelo de *Curriculum Vitae* europeu.

6 | Sugestões de avaliação

- A avaliação deve incidir sobre o processo e os produtos de aprendizagem e assentar em critérios previamente definidos.
- No âmbito de uma avaliação contínua e formativa deve promover-se a auto e hetero-avaliação de desempenho dos formandos nas actividades desenvolvidas, ao longo do módulo.
- As actividades desenvolvidas durante as aulas, como por exemplo, a organização do *dossier* pessoal, são evidências que devem ser consideradas para avaliação.

7 | Bibliografia / Outros recursos

ALVES, Jorge de Jesus, (1992), *Tratados que instituem a Comunidade Europeia e a União Europeia*. Coimbra: Coimbra Editores.

FONTAINE, Pascal (1998), *A construção europeia de 1945 aos nossos dias*. Ed. revista e actualizada por Barros Moura, Lisboa: Gradiva.

FONTAINE, Pascal (2003), *A Europa em Doze Lições*. Documentação Europeia: Comissão Europeia.

LE GOFF, Jacques (1997), *A Europa contada aos jovens*. Lisboa: Gradiva.

SANDE, Paulo de Almeida, (1994), *Fundamentos da União Europeia*, Lisboa: Arco-Íris.

Documentos:

Tratado de Paris, 1951.

Tratado de Roma, 1956.

Tratado de Maastricht, 1992.

Tratado de Amsterdão, 1997.

Tratado de Nice, 2003.

Módulo B 6: *Funcionamento da UE: A Europa Unida*

Recursos na Internet disponíveis em Novembro de 2005:

Centro de Informação Europeia Jacques Delors - www.cijdelors.pt

Portal da União Europeia - http://europa.eu.int/index_pt.htm

Comissão Europeia – Representação em Portugal - <http://europa.eu.int/portugal/index.htm>

Parlamento Europeu – Gabinete em Portugal - <http://www.parleurop.pt/parleurop/>

Euro – Lex (legislação comunitária) - <http://europa.eu.int/eur-lex/pt/>

Portal Europeu da Mobilidade Profissional - <http://europa.eu.int/eures/>

Provedor de Justiça Europeu - <http://www.euro-ombudsman.eu.int/home/pt/>

Portal “A Vossa Europa” - http://europa.eu.int/youreurope/index_pt.html

MÓDULO B7

As Organizações Internacionais: As Nações (Des)Unidas

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

As organizações internacionais procuram responder a problemas e necessidades globais que se colocam aos Estados e, aos quais, estes não conseguem responder isoladamente. A associação dos Estados em Organizações Intergovernamentais facilita a concretização de objectivos comuns quer seja no domínio social e político, quer nos domínios económicos ou de defesa.

Organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) ilustram a cooperação entre os Estados para a resolução de problemas que podem ser locais ou regionais mas que têm um efeito global.

Outro tipo de organizações internacionais são as Organizações Não-Governamentais (ONGs). Como instituições supraestaduais a sua acção tem um âmbito global, desenvolvendo-se em torno dos mais diversos propósitos, como sejam, a assistência na fome e na saúde, a defesa do ambiente e dos direitos humanos, na educação, no diálogo ecuménico e inter-religioso.

As ONGs internacionais beneficiam do apoio de Estados mas são emanadas, directamente, da sociedade civil de um determinado Estado. Tendo uma natureza e um propósito de acção internacional, congregam os esforços de cidadãos empenhados na resolução de problemas globais. A Cruz Vermelha Internacional, a Assistência Médica Internacional (AMI), o Greenpeace ou a Amnistia Internacional são exemplos de ONGs que têm desenvolvido uma acção eficaz a nível mundial.

Como organizações internacionais quer as Organizações Intergovernamentais, quer as ONGs dirigem a sua acção para a resolução de problemas que podem ser regionais e temporalmente localizados, como são o caso de conflitos entre Estados ou catástrofes naturais, mas também para a resolução de problemas permanentes como sejam a defesa do ambiente e dos direitos humanos.

Módulo B 7: As Organizações Internacionais: As Nações (Des)Unidas

A integração de Portugal em Organizações Intergovernamentais é decisiva para assegurar a consecução dos seus objectivos, em termos de política externa. Um desses objectivos prioritários é a manutenção e o aprofundamento da integração de Portugal na OTAN, de que é membro fundador.

Neste quadro, assume também particular importância a ONU. Sendo composta por 191 Estados, promove a cooperação internacional nos sectores económico, social, cultural e humanitário. Portugal, como membro da ONU desde 1955, tem beneficiado e participado activamente nas actividades que a Organização tem desenvolvido em todo o mundo. A integração na ONU constitui um modo de afirmação de Portugal no mundo, quer pela participação na resolução de diferendos políticos, quer pela participação militar em missões para a paz.

Considerando que ser português é também ser europeu e, neste mundo globalizado, um cidadão do mundo, é importante conhecer as principais organizações internacionais em que o Estado Português se integra, bem como algumas ONGs em que os portugueses podem participar directamente, empenhando-se na construção de um mundo melhor. São esses os objectivos deste módulo.

2 | Competências Visadas

- Compreender a importância de organizações internacionais na resolução de problemas globais.
- Ser capaz de identificar diferentes tipos de organizações internacionais.
- Explicitar as funções principais da ONU ou da OTAN.
- Explicar o papel de agências especializadas da ONU na defesa dos direitos humanos.
- Relacionar a acção da OTAN com a promoção da paz a nível mundial.
- Distinguir diferentes propósitos de acção de diversas ONGs.
- Tomar consciência de direitos e deveres dos cidadãos face ao meio ambiente mundial.
- Valorizar a participação voluntária em ONGs
- Diferenciar a acção dos Estados da acção das ONGs na resolução de problemas mundiais.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Distinguir diferentes tipos de organizações internacionais.
- Indicar as principais Organizações Intergovernamentais de que Portugal faz parte.
- Identificar algumas das causas que motivaram a criação da ONU e da OTAN.
- Conhecer a natureza e os objectivos da ONU e da OTAN.

Módulo B 7: *As Organizações Internacionais: As Nações (Des)Unidas*

- Nomear Organizações Não-Governamentais relevantes, mundialmente.
- Referir problemas mundiais com que lidam as ONGs.
- Enunciar formas de participação dos cidadãos na resolução de problemas globais.

4 | Conteúdos

- Conceito de Organização Intergovernamental
- Organização das Nações Unidas
 - Antecedentes e composição
 - Objectivos e agências especializadas
- Organização do Tratado do Atlântico Norte
 - Natureza e Missão
 - Estados-Membros e Parceiros
- Conceito de Organização Não-Governamental
 - Âmbitos e exemplos de acção
 - Objectivos e Competências
- Formas de participação cívica na resolução de problemas mundiais.

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como começar

- a) Pedir aos alunos que indiquem conflitos ou problemas mundiais actuais.
 - Registar as respostas no quadro e, em seguida, pedir que identifiquem organizações ou instituições que lidam com esses problemas.
 - Fazer a correspondência entre problemas e organizações/instituições, completando com a indicação dos seus âmbitos de acção: ambientais, sócio-económicas, políticas, de defesa e segurança, etc....
- b) Explicar a os motivos que levaram à criação da ONU e da OTAN e promover uma pesquisa bibliográfica, ou através do recurso à *Internet*, como meio de produção de um relatório que indique a natureza e objectivos dessas organizações.

Módulo B 7: *As Organizações Internacionais: As Nações (Des)Unidas*

5.2. Sugestões de desenvolvimento

- a) Pedir aos alunos que indiquem os locais onde, actualmente, existem conflitos armados.
 - Com o recurso à *Internet* ou outros suportes de informação, identificar os locais no mundo onde decorrem missões da OTAN e presença de Capacetes Azuis da ONU.
 - Marcar num Planisfério, os dados recolhidos, construindo um mapa mundial dos conflitos armados.
- b) Identificar uma crise ambiental recente que tenha motivado a acção de ONGs.
 - Fazer uma pesquisa através da imprensa, de filmes documentais, *Internet* ou outros suportes documentais, com o objectivo de identificar quais as ONGs que intervieram na minimização dos diversos problemas resultantes dessa crise.
 - Dividir a turma em grupos e atribuir a cada um o estudo de uma ONG que interveio nessa crise. Os diferentes trabalhos dos grupos visam a construção de um dossiê composto pela caracterização, missão, actividades e resultados da intervenção das diferentes ONGs, no local da crise.

5.3. Sugestões de aprofundamento

Identificar a participação de Portugal em operações militares de manutenção da Paz, feitas no âmbito da sua participação em organizações internacionais.

- Construir um quadro que apresente as datas, locais, número de militares e tipo de forças portuguesas que participaram nessas missões.
- Elaborar um relatório final que indique vantagens e inconvenientes da participação portuguesa, neste tipo de missões.

6 | Sugestões de avaliação

A avaliação deve incidir sobre o processo e produtos, devendo o professor definir critérios para ambos. Os critérios, para além de adequados ao público e ao contexto, deverão permitir registar os níveis de desempenho dos diferentes alunos. O trabalho final poderá revestir a forma de um portefólio ou de um relatório de evidências das tarefas realizadas e dos objectivos atingidos. As actividades de auto e hetero-avaliação devem integrar este processo.

7 | Bibliografia / Outros recursos

BERTRAND, Maurice (2004), *O essencial sobre a ONU*. Lisboa: Editorial Bizâncio.

MARQUES, Viriato Soromenho, (1998), *O Futuro frágil: os desafios da crise global do ambiente*. Lisboa: Publicações Europa-América.

MATOS, Rui Pedro Paula de, (1995), *As ONG(D) e a crise do Estado soberano*. Lisboa: Universidade Lusíada.

SANTOS, José Alberto Loureiro dos, (2001), *Segurança e defesa na viragem do milénio: Reflexões sobre estratégia – II*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. (2004), *Portugal e as Operações de Paz. In Nova História Militar de Portugal, Vol. 4*. Lisboa: Circulo de Leitores.

Documentos:

Carta das Nações Unidas, 1945.

Tratado de Washington, 1949 (OTAN).

Recursos na Internet disponíveis em Outubro de 2005

Ministério dos Negócios Estrangeiros - <http://www.min-nestrangeiros.pt/mne/>

Centro Regional de Informação da ONU (Português) - <http://www.runic-europe.org/portuguese/> (sugere-se a aplicação dos materiais pedagógicos disponíveis neste sítio).

Organização do Tratado do Atlântico Norte - <http://www.nato.int/home.htm>

ONG's Portuguesas - <http://www.inde.pt/Ligacoes/OngPort.htm>

Portal para a Cooperação para o Desenvolvimento, Ajuda Humanitária e Educação para o Desenvolvimento - <http://www.plataformaongd.pt>

JANUS - Observatório das Relações Exteriores da UAL - <http://www.janusonline.pt/index1.html>

MÓDULO B8

Direitos Humanos: A Longa História dos Direitos e Liberdades

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

Os direitos humanos representam os padrões de uma vida humana digna e apoiam-se nos princípios da liberdade, da justiça e da solidariedade. O respeito pelos direitos humanos permite a realização plena das pessoas e das comunidades. Estando presentes nas principais religiões e fundamentados em diversas correntes filosóficas, os direitos humanos estão consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, em diversos Pactos Internacionais e nas Constituições dos Estados de direito democráticos.

Os direitos humanos são inerentes ao ser humano, nesse sentido, são também denominados por direitos naturais. Sendo iguais para todos, independentemente do género, raça, religião, ideologia ou nacionalidade, os direitos humanos são universais.

Gradualmente, os direitos humanos têm vindo a abranger mais dimensões da vida humana. Se a primeira grande conquista foram os chamados direitos civis e políticos dos cidadãos, como o direito à vida, à segurança, à participação política, à liberdade de opinião, expressão, reunião pensamento, consciência e religião, a segunda aquisição foi o reconhecimento dos direitos económicos e sociais, como o direito ao trabalho, à educação, à alimentação, à habitação e aos cuidados de saúde. Os chamados direitos de terceira geração incluem o direito de viver num ambiente sadio e protegido de destruição e o direito ao desenvolvimento cultural, político e económico.

O principal instrumento de direitos humanos aceite em quase todo o mundo é a Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), adoptada em 10 de Dezembro de 1948 pelas Nações Unidas. Em 1993, 171 Estados reafirmaram o seu compromisso com a defesa e garantia de respeito pelos direitos humanos. Estes Estados representam 99% da população mundial o que faz com que a DUDH seja o padrão internacional dos direitos humanos.

Embora sem força jurídica, os princípios da DUDH ganharam o seu estatuto legal no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e no Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais. Uma vez que metade dos países do mundo ainda não ratificou estes pactos, a luta pela defesa e a

Módulo B 8: *Direitos Humanos: A Longa História dos Direitos e Liberdades*

promoção dos direitos humanos no mundo continua a ser uma tarefa urgente. A finalidade deste módulo é dar a conhecer a natureza e importância dos direitos humanos e consciencializar para o seu respeito e defesa.

2 | Competências Visadas

- Compreender o significado das diferentes gerações de direitos humanos no mundo actual.
- Relacionar a evolução dos direitos humanos com as condições de vida das pessoas ao longo dos tempos.
- Reflectir criticamente sobre casos de respeito e desrespeito dos direitos humanos em diferentes escalas.
- Reconhecer a importância do respeito e da defesa dos direitos humanos para o funcionamento de uma sociedade democrática
- Tomar posição face a situações de desrespeito pelos direitos humanos.
- Contribuir para solucionar situações de conflito entre direitos humanos.
- Reconhecer o valor dos direitos humanos na relação entre as pessoas e os povos.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Definir direitos humanos.
- Distinguir direitos humanos de outro tipo de direitos.
- Conhecer a Declaração Universal dos Direitos do Homem.
- Indicar as diferentes gerações de direitos humanos.
- Nomear os principais pactos internacionais de direitos humanos.
- Identificar princípios subjacentes a diferentes direitos humanos consignados na DUDH.
- Identificar situações de desrespeito pelos direitos humanos em Portugal.
- Nomear organismos de defesa dos direitos humanos: nacionais e internacionais.
- Reconhecer a necessidade de respeitar os direitos humanos em todos os contextos e ao longo da vida.

4 | Conteúdos

- Direitos Humanos: princípios e características.
- Breve história da evolução e aplicação dos direitos humanos.
 - Gerações de direitos:
 - Cíveis e políticos
 - Sociais e económicos
 - Culturais e ambientais
- Declaração Universal dos Direitos Homem.
 - Génese e conteúdo
 - Estatuto legal e aplicabilidade
- Pactos Internacionais de Direitos Humanos.
- Formas de respeito e meios de defesa dos Direitos Humanos.

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como Começar?

a) De que falamos quando falamos de direitos humanos.

- Colocar a seguinte questão à turma: O que são os direitos humanos? Registrar as ideias principais das respostas dadas, no quadro.
- Dividir a turma em grupos e pedir a cada um que elabore uma definição de direitos humanos.
- Registrar as respostas no quadro e discutir com a turma as diferenças entre as definições, de modo a alcançar uma definição de direitos humanos com que todos concordem.
- Concluir com a ligação dessa definição a casos concretos: emprego, trabalho, liberdade.

b) Desrespeito pelos Direitos Humanos.

- Analisar uma tira de banda desenhada retirada de jornais ou revistas, que ilustre uma situação de desrespeito pelos Direitos Humanos e promover a discussão, colocando questões, como: Qual é a mensagem principal da banda desenhada? As imagens são apropriadas para ilustrar essa mensagem? A mensagem provoca a reflexão sobre o tema ilustrado? Quais os estereótipos ou preconceitos em causa?
- Depois da discussão pode pedir-se aos alunos que escolham um tema relacionado com os direitos humanos e, em grupos, elaborem as suas próprias tiras.
- Os trabalhos podem ser expostos na sala de aula.

Módulo B 8: *Direitos Humanos: A Longa História dos Direitos e Liberdades*

5.2. Sugestões de desenvolvimento

a) Datas significativas para os direitos humanos.

- Fazer um levantamento de datas comemorativas de temas relacionados com os direitos humanos: Dia Mundial contra a Pena de Morte (10 de Outubro); Dia Mundial da Alimentação / Contra a Fome (16 de Outubro); Dia dos Direitos Humanos (10 de Dezembro); Dia Internacional para a Abolição da Escravatura (2 de Dezembro); Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza (17 de Outubro), etc....
- Dividir a turma em grupos e atribuir a cada um o estudo de um desses temas. Recolher notícias ou fotografias na imprensa e elaborar uma ilustração.
- Construir um painel composto pelas ilustrações que os diversos grupos realizaram afixando-o na sala de aula ou num local de exposições da escola.

b) Princípios da DUDH.

- Registar a seguinte lista de princípios no quadro: responsabilidade, igualdade, segurança, justiça tolerância, identidade, solidariedade, liberdade e paz.
- Dividir a turma em grupos e atribuir a cada um conjunto de artigos da DUDH. Os alunos devem identificar os princípios que sustentam cada artigo em estudo.
- Após a apresentação dos resultados dos trabalhos de cada grupo, discutir a importância destes princípios e a sua aplicação em Portugal e no mundo.
- No final, toda a turma deve registar as conclusões da discussão.

5.3. Sugestões de aprofundamento

a) Jornal de parede sobre direitos humanos.

- Seleccionar um local na escola onde seja possível afixar e manter actualizadas notícias sobre os direitos humanos.
- Recolher anúncios, notícias, fotografias, textos ou banda desenhada relacionados com os direitos humanos e compor o quadro, tendo em atenção o equilíbrio entre notícias de pendor positivo e negativo.

b) Dividir a turma em grupos e pedir que façam uma recolha de narrativas, romances, contos ou biografias que coloquem em evidência a luta pelo respeito dos direitos humanos ou as situações de desrespeito que ainda persistem hoje em dia.

- Os grupos devem apresentar oralmente os estudos efectuados, ilustrando as suas histórias em suportes diversos.
- Esta actividade também pode ser realizada com o recurso ao estudo de biografias de personalidades que se distinguiram na luta pelos direitos humanos.

6 | Sugestões de avaliação

A avaliação deve incidir sobre o processo e produtos, devendo o professor definir critérios para ambos. Os critérios para além de adequados ao público e ao contexto deverão permitir registar os níveis de desempenho dos diferentes alunos. O trabalho final poderá revestir a forma de um portefólio ou de um relatório de evidências das tarefas realizadas e dos objectivos atingidos. As actividades de auto e hetero-avaliação devem integrar este processo.

7 | Bibliografia / Outros recursos

AMNISTIA INTERNACIONAL (1997), *Primeiros Passos: Um Manual de iniciação à educação para os Direitos Humanos*. Lisboa: Amnistia Internacional – Secção Portuguesa.

AMNISTIA INTERNACIONAL: *Relatório Anual 2003*. Lisboa: Amnistia Internacional – Secção Portuguesa.

AA., VV. (1989), *O Ensino dos Direitos do Homem: Actividades práticas para os ensinos básico e secundário*. Genebra: Centro das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

FÓRUM JUSTIÇA E LIBERDADE (1997), *Guia dos direitos do cidadão*. Lisboa, Contexto.

UNESCO (1998), *Todos os seres humanos... Manual de Educação para os direitos do Homem*. Comissão Nacional da UNESCO : Ministério da Educação.

Documentos:

Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos – Lei n.º 29/78, de 12 de Junho.

Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais – Lei n.º 45/78, de 11 de Julho.

Declaração dos Direitos da Criança, 1959.

Convenção Europeia dos Direitos do Homem, 1950.

Filmes:

“A Lista de Shindler”, de Steven Spielberg, 1993.

“Ghandi”, de Richard Attenborough, 1982.

“A vida é bela”, de Roberto Benigni, 1997.

Módulo B 8: *Direitos Humanos: A Longa História dos Direitos e Liberdades*

Recursos na Internet disponíveis em Dezembro de 2005:

Direitos Humanos: Instrumentos e Textos Internacionais - <http://www.gddc.pt/>

Direitos Humanos: Sítios/contactos úteis - <http://www.dgidc.min-edu.pt/inovbasic/rec/dudh/sites/www.hrea.net>

UNESCO - <http://www.unesco.pt/>

Amnistia Internacional – Secção Portuguesa - <http://www.amnistia-internacional.pt/>

MÓDULO B9

Identidade e Democracia: Elementos da História de Portugal

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

“Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.” **(Art. 1.º da CRP).**

“A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.” **(Art. 2.º da CRP).**

Estes dois artigos da Constituição da República Portuguesa caracterizam Portugal como sendo uma República e um Estado de direito democrático. No entanto, nem sempre foi assim. Uma longa história e uma tradição rica compõem a identidade nacional e fundamentam a democracia portuguesa dos nossos dias. Compreender a República e o Estado de direito democrático passa por compreender a nossa identidade nacional que se foi construindo desde a fundação da nacionalidade, em 1143.

O reconhecimento da unidade territorial, étnica e linguística da nação portuguesa permite ter consciência da sua identidade e esta é reforçada com um património histórico e com um projecto de futuro, comuns aos cidadãos portugueses. Os momentos significativos da nossa história, como a fundação da nacionalidade, os Descobrimentos, a implantação da República, a vigência do Estado Novo, a descolonização e o 25 de Abril, a democratização e a integração na União Europeia, permitem caracterizar-nos como país, como Estado politicamente organizado e como povo. Por isso, são elementos de identidade nacional.

Portugal viveu sob o regime monárquico durante mais de 700 anos. Ao longo desse período foi-se firmando uma forte tradição do poder local, alimentada pelo papel das Cortes e, mais tarde, por alguns textos constitucionais de raiz liberal, como a Constituição de 1822. Também estes elementos contribuíram significativamente para a nossa identidade como povo e para a nossa consciência democrática.

Módulo B 9: Identidade e Democracia: Elementos da História de Portugal

Compreender as características e os elementos mais significativos da construção da nossa identidade nacional, desde a fundação, em 1143, até aos nossos dias, em que nos definimos como uma república que é um Estado de direito democrático, é o objectivo deste módulo.

Nota: Os Descobrimentos e a descolonização, como momentos significativos da construção da identidade nacional, são objecto de estudo no Módulo B 5 – Lusofonia: A Língua Portuguesa para além de Portugal.

2 | Competências Visadas

- Relacionar aspectos da história de Portugal com a identidade nacional.
- Identificar momentos significativos da história social e política portuguesa.
- Compreender as características fundamentais da identidade nacional.
- Reconhecer a unidade territorial como elemento importante da identidade nacional.
- Indicar a importância da unidade étnica e linguística para a coesão nacional.
- Indicar características específicas da identidade nacional.
- Explicitar o sentido dos dois primeiros artigos da Constituição da República Portuguesa.
- Reconhecer Portugal como uma República e um Estado de direito democrático.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Indicar datas de momentos significativos da construção da identidade nacional.
- Conhecer factos e figuras relacionados com a implementação da nacionalidade.
- Identificar as diferentes dinastias reais portuguesas.
- Distinguir Monarquia de República.
- Referir causas que levaram à implementação da República.
- Conhecer características do regime político do Estado-Novo.
- Relacionar a Revolução de 25 de Abril de 1974 com a implementação de um regime social e político democrático.
- Sensibilizar para a importância dos valores da democracia portuguesa.
- Conhecer os dois primeiros artigos da Constituição da República Portuguesa.

Módulo B 9: Identidade e Democracia: Elementos da História de Portugal

4 | Conteúdos

- Fundação da Nacionalidade: factos e figuras
- Monarquia Portuguesa: diferentes dinastias
- Implementação da República: causas e consequências
- A 1.ª República: breve caracterização social e política
- O Estado-Novo: breve caracterização social e política
- O 25 de Abril de 1974: causas e consequências

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como começar?

- a) Colocar as seguintes questões à turma: O que é ser português? O que é Portugal?
 - Os alunos devem responder referindo apenas um termo, considerado adequado, que deverá ser registado no quadro.
 - Promover o debate em torno das respostas dadas de modo a seleccionar um conjunto de termos significativos em relação às questões colocadas.
 - Pedir que os alunos façam um pequeno ensaio que contenha, obrigatoriamente, os termos seleccionados. A apresentação dos trabalhos pode ser feita oralmente.
- b) Pedir aos alunos que nomeiem portugueses considerados importantes.
 - Registar as respostas no quadro e discutir: por que são importantes, em que actividades se distinguiram, quais os benefícios da actividade dessas personalidades para Portugal.
 - Seleccionar algumas das personalidades referidas e atribuir o seu estudo a diferentes grupos da turma.
 - Cada grupo deverá ilustrar a vida e obra de cada personalidade e expor os seus trabalhos na sala de aula.

Módulo B 9: Identidade e Democracia: Elementos da História de Portugal

5.2. Sugestões de desenvolvimento

a) Reis e Presidentes.

- Com o recurso a toponímia da freguesia ou do município de residência, identificar as ruas ou monumentos que evoquem Reis, Presidentes ou acontecimentos significativos da história de Portugal.
- Atribuir a cada aluno o estudo de um desses elementos identificados, visando a sua caracterização.
- Promover a apresentação oral dos trabalhos realizados. A actividade pode ser concluída com a elaboração de um *dossier* sobre a história de Portugal que possa servir para futuras consultas e outros complementos.

b) Feriados civis.

- Identificar num calendário os feriados civis que se comemoram em Portugal.
- Dividir a turma em grupos e atribuir a cada um o estudo de um desses feriados. Cada grupo deve produzir um cartaz ilustrado com elementos que permitam caracterizar o evento que se comemora nessa data.
- Os cartazes devem ser apresentados à turma por cada grupo e, posteriormente, deverão ser apresentados à comunidade escolar por ocasião da comemoração do feriado respectivo.

5.3. Sugestões de aprofundamento

a) O dia de Portugal de Camões e das Comunidades Portuguesas.

- Dividir a turma em três grupos e atribuir a cada um o estudo de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. Fornecer elementos de pesquisa sobre cada tema, nomeadamente, factos e números no que se refere a Portugal e às Comunidades Portuguesas e vida e obra no que se refere a Camões.
- Cada grupo deverá fazer a sua pesquisa e preparar uma apresentação do seu estudo.

b) O 25 de Abril.

- Dividir a turma em dois grupos e atribuir a um o estudo do Estado-Novo e ao outro o estudo do regime democrático português depois da revolução de 25 de Abril. Os trabalhos dos grupos devem centrar-se em elementos que permitam uma breve caracterização social e política de Portugal, mediante indicadores fornecidos pelo professor.
- Depois de cada grupo fazer a apresentação dos seus trabalhos, os alunos, individualmente, devem produzir um breve ensaio sob o seguinte título: “Porque foi importante o 25 de Abril”.

6 | Sugestões de avaliação

A avaliação deve incidir sobre o processo e produtos, devendo o professor definir critérios para ambos. Os critérios para além de adequados ao público e ao contexto deverão permitir registar os níveis de desempenho dos diferentes alunos. O trabalho final poderá revestir a forma de um portefólio ou de um relatório de evidências das tarefas realizadas e dos objectivos atingidos. As actividades de auto e hetero-avaliação devem integrar este processo.

7 | Bibliografia / Outros recursos

CORTESÃO, Jaime (1974), *Factores democráticos na formação de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

HENRIQUES, Mendo Castro, MACEDO, Jorge Braga de, MALTEZ, José, A., (1999), *Bem comum dos portugueses*. Lisboa: Vega

MARTINS, Guilherme de Oliveira, (1991), *Portugal: instituições e factos*. Lisboa: IN-CM.

MATTOSO, José (1998), *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva.

SERRÃO, Joel (dir.) (1989), *Dicionário de história de Portugal*, 6 vols. Porto: Livraria Figueirinhas.

Documentos:

Constituição da República Portuguesa, 1976.
Lei da Nacionalidade – Lei n.º 37/81.

Recursos na Internet disponíveis em Dezembro de 2005:

Portal do Governo – <http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT>
Presidência da República – <http://www.presidencia-republica.pt/>
Assembleia da República – <http://www.parlamento.pt/>

MÓDULO B10

Guerra e Paz: Da 2.ª Guerra Mundial ao 11 de Setembro

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

A história da humanidade é também a história dos conflitos e das guerras entre os homens. A dimensão dos conflitos e das guerras é directamente proporcional às suas consequências. Embora os conflitos possam ser de vária ordem e de várias dimensões, com consequências mais ou menos quantificáveis, as guerras, enquanto conflitos armados, são sempre devastadoras, quer para vencedores, quer para vencidos. O exemplo é o número de vidas humanas que se perderam durante a 2.ª Guerra Mundial.

As grandes potências emergentes da 2.ª Guerra Mundial projectaram a sua influência no concerto mundial das nações. Formaram-se dois grandes blocos de países que contrastavam ideologias e regimes políticos procurando, cada um, afirmar a supremacia do seu estilo de vida. Liderados pelos Estados Unidos da América (EUA) e pela Rússia, estes blocos promoveram conflitos políticos, económicos, tecnológicos e de poderio militar, numa época que ficou conhecida como Guerra Fria.

A queda do Muro de Berlim, que simbolizava a divisão entre estes dois blocos, significou o fim da Guerra Fria, na medida em que ditou a implosão de um desses blocos, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A nova ordem mundial que daí resultou levou à consolidação de uma grande potência mundial, os EUA.

Apesar de tudo continuam a ocorrer conflitos regionais em diversas partes do mundo. À guerra nos Balcãs e no Ruanda seguiram-se outros conflitos como o do Afeganistão e do Iraque, outros ainda permanecem sem resolução à vista como é o caso de Caxemira e da Palestina.

Nesta nova ordem mundial, outros actores e factores compõem uma realidade dificilmente enquadrável pelos esquemas tradicionais de luta pelo poder. Novas reivindicações e novos objectivos de actores da cena mundial, que já não são apenas Estados, fizeram surgir novos conflitos, em particular, o terrorismo.

O terrorismo, não sendo um fenómeno novo nem isolado, ganhou uma nova dimensão. Acompanhando a própria evolução das sociedades cada vez mais globalizadas, o terrorismo deixou de ser regional e de

Módulo B 10: Guerra e Paz: Da 2.ª Guerra Mundial ao 11 de Setembro

lutar por objectivos particulares, para se afirmar também como um fenómeno global, com objectivos civilizacionais, isto é, a afirmação de uma cultura *versus* o enfraquecimento ou destruição de outra.

O ataque de 11 de Setembro de 2001, aos EUA, reivindicado pela organização terrorista transnacional al-Qaeda, é, pelas suas consequências, pela sua dimensão e pelo seu impacto mediático, um exemplo paradigmático dos novos conflitos que hoje em dia emergem no mundo.

O século XX foi pródigo em conflitos armados com consequências devastadoras para a humanidade. A compreensão da natureza dos novos conflitos do século XXI é decisiva para minorar e combater as suas consequências e promover uma paz duradoura. O objectivo deste módulo é duplo: por um lado, dar a conhecer a natureza e os horrores das guerras, por outro, promover uma cultura da paz, humanista e universal, cívica e participativa.

2 | Competências Visadas

- Identificar as partes em conflito na 2.ª Guerra Mundial.
- Compreender as consequências da 2.ª Guerra Mundial.
- Identificar as partes em conflito durante a Guerra Fria.
- Reconhecer a diferença entre conflito armado e conflito não armado.
- Relacionar a queda do Muro de Berlim com a nova ordem mundial.
- Reconhecer a especificidade do terrorismo no contexto da guerra.
- Tomar consciência das motivações de ataques terroristas.
- Caracterizar ataques terroristas.
- Inventariar conflitos regionais recentes em diversas partes do mundo.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Nomear os principais conflitos bélicos desde a 2.ª Guerra Mundial até aos nossos dias.
- Distinguir os países em conflito na 2.ª Guerra Mundial.
- Referir causas que conduzem às guerras.
- Nomear os blocos de países em conflito durante a Guerra-fria.
- Referir motivações dos ataques terroristas.
- Indicar datas e locais de ataques terroristas.
- Especificar a diferença entre guerra convencional e terrorismo.
- Indicar meios de defesa e prevenção face ao terrorismo.

4 | Conteúdos

- A 2.ª Grande Guerra Mundial
 - Causas e consequências
 - Países em conflito
 - Os países aliados e o Pacto de Varsóvia
- A Guerra-fria: bipolarização mundial
- A queda do Muro de Berlim: nova ordem mundial
- Conflitos regionais no mundo actual
- Terrorismo
 - Ataques – locais e datas
 - Motivações: religiosas e políticas; regionais e globais
 - Estratégias e meios de combate: defesa e ataque

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como começar?

- a) Pedir aos alunos que refiram o significado de guerra, como conflito bélico, e de paz.
 - Registrar as respostas no quadro e confrontá-las com definições de estudiosos do tema.
 - Debater as seguintes questões: O que são as guerras? O que é a Paz? O que pode originar uma guerra? Como se pode resolver um conflito armado entre países?
 - Concluir com a inventariação das guerras que ocorreram ao longo do século XX.
- b) Pedir aos alunos que reflectam no sentido dos termos Terror e Terrorismo.
 - Numa folha de papel os alunos devem escrever, em duas colunas, palavras associadas a cada um dos termos.
 - Fazer uma identificação individual dessas palavras registando-as no quadro de modo a esgotar as diferentes associações referidas, sem duplicações.
 - Debater as relações possíveis entre as duas palavras, procurando chegar a uma definição, comum à turma, de terrorismo.
 - Esta actividade pode ser complementada com o visionamento e análise crítica de um documentário ou filme ficcional centrado na temática do terrorismo.

Módulo B 10: Guerra e Paz: Da 2.ª Guerra Mundial ao 11 de Setembro

5.2. Sugestões de desenvolvimento

- a) A 2.ª Guerra Mundial. Fazer uma pesquisa bibliográfica de modo a identificar as principais motivações e os países em conflito na 2.ª Guerra Mundial.
- Registrar num planisfério a expansão militar da Alemanha na Europa, colorindo os países conquistados com a mesma cor.
- Fazer o levantamento das causas que determinaram, quer a derrota da Alemanha, quer o fim da 2.ª Guerra Mundial e, noutro planisfério, identificar com cores os dois grandes blocos de países que emergiram como forças vencedoras e depois conflituosas após a 2.ª Guerra Mundial.
- Afixar os planisférios na sala de aula.
- b) O terrorismo no Mundo.
- Promover uma pesquisa bibliográfica ou na Internet para identificar ataques terroristas de âmbito global que tenham ocorrido nos últimos anos.
- Dividir a turma em grupos e atribuir a cada grupo o estudo de um ataque terrorista visando os locais, as datas, as organizações que reivindicaram esses atentados e as consequências dos mesmos.
- Cada grupo deverá produzir um documento ilustrado que contribua para a construção de um painel intitulado “O terrorismo no Mundo”.

5.3. Sugestões de aprofundamento

- a) O 11 de Setembro.
- Fornecer à turma a seguinte lista de questões sobre o ataque terrorista de 11 de Setembro de 2001: Quem cometeu os ataques? Como foram planeados e executados? Com que motivações? Quais os objectivos? Quais os alvos e consequências? Qual o número e nacionalidade das vítimas? Que tipo de resposta foi dada?
- Dividir pela turma o estudo destas ou de outras questões relevantes. Em grupos, conjunto de pares ou individualmente os alunos devem produzir um dossier sobre o tema terrorismo: “O que é o terrorismo: o exemplo do 11 de Setembro”.
- b) Conflitos Regionais.
- Investigar conflitos regionais que tenham ocorrido no passado recente ou que estejam a decorrer, como, por exemplo, no Ruanda, no Afeganistão ou nos países dos Balcãs. Fazer um mapa dos conflitos identificados, explicitando a sua natureza, principais causas e consequências. - Debater medidas preventivas da ocorrência de conflitos armados. O sítio do Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança pode ser um bom recurso para a realização desta actividade.

6 | Sugestões de avaliação

A avaliação deve incidir sobre o processo e produtos, devendo o professor definir critérios para ambos. Os critérios para além de adequados ao público e ao contexto deverão permitir registar os níveis de desempenho dos diferentes alunos. O trabalho final poderá revestir a forma de um portefólio ou de um relatório de evidências das tarefas realizadas e dos objectivos atingidos. As actividades de auto e hetero-avaliação devem integrar este processo.

7 | Bibliografia / Outros recursos

MIRANDA, Jorge, (2003), *Os direitos fundamentais e o terrorismo: os fins nunca justificam os meios, nem para um lado, nem para o outro*. Coimbra: Coimbra Editora.

McRAE, Hamish, (1999); *O Mundo em 2020*. Lisboa. Europa-América.

MOREIRA, Adriano, (2004), *Terrorismo*. Lisboa. Almedina.

RAMOS, António F., (Set. 2004), *“Do 11 de Setembro ao 11 de Março: Duas Agendas em Debate”* in *Relações Internacionais*. Lisboa: IPRI-UNL.

Filmes:

“O Resgate do Soldado Ryan”, de Steven Spielberg, 1998.

“Jarhead” – “Máquina Zero”, de Sam Mendes, 2005.

“Munique”, de Steven Spielberg, 2005.

Recursos na Internet disponíveis em Dezembro de 2005:

Ministério da Defesa de Portugal - <http://www.mdn.gov.pt/primeira.asp>

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança - <http://www.ipris.org/index.php>

MÓDULO C1

Responsabilidade: Responder perante a Responsabilidade

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

O exercício responsável de cidadania é uma exigência central nas sociedades democráticas do nosso tempo e, se a raiz etimológica do termo responsabilidade remete para o termo responder, temos que ser capazes de dar a nossa resposta, o nosso contributo para a construção dessa sociedade.

A responsabilidade tem duas características fundamentais, por um lado, pode falar-se da responsabilidade individual que cada assume ou lhe é conferida por outros, mediante atitudes, intenções ou comportamentos identificados e, por outro lado, a responsabilidade partilhada ou colectiva que decorre do enraizamento do indivíduo numa comunidade, isto é, numa sociedade politicamente organizada. Em ambos os sentidos, a responsabilidade manifesta-se nos mais diversos contextos. Ao nível individual, na responsabilidade pela própria integridade da pessoa, pelo modo correcto de concretizar os seus objectivos e responder pelas suas acções. Ao nível colectivo, a responsabilidade partilhada é possível através da acção concertada das pessoas que compõem a sociedade. A consciência de cidadania e o reconhecimento do bem comum são facilitadoras da acção responsável, que é essencial para o funcionamento pacífico e regular das instituições que compõem essa mesma sociedade.

Para compreender a responsabilidade é importante identificar com precisão os contextos em que se enquadra. Não é o mesmo falar da responsabilidade que uma pessoa tem na vida familiar, ou da responsabilidade inerente a um estudante no contexto escolar, ou da responsabilidade que um cidadão de um determinado Estado de direito democrático tem perante os seus concidadãos, ou ainda, da responsabilidade que todos temos enquanto cidadãos do mundo.

Para os nossos propósitos, para além da responsabilidade do aluno em formação, importa destacar a responsabilidade civil que é inerente às acções públicas dos indivíduos. Neste sentido, a acção responsável é uma exigência da condição de cidadania para que se promova o bem comum.

Este módulo trata da responsabilidade enquanto qualidade de responder perante os próprios actos ou por aqueles que são impostos pelas regras inerentes à convivência democrática e, neste sentido, pode falar-se de responsabilidade pessoal, civil, criminal ou moral.

2 | Competências Visadas

- Identificar as responsabilidades inerentes à condição de cidadão de uma sociedade democrática.
- Evidenciar a assunção de responsabilidades perante as situações do quotidiano.
- Assumir comportamentos que demonstrem a responsabilidade e a responsabilização.
- Mostrar respeito pelas consequências da falta de responsabilidade em actos praticados.
- Identificar os recursos disponíveis (processos e instituições) para a responsabilização dos agentes sociais incumpridores das suas responsabilidades.
- Reconhecer que a acção humana responsável é um contributo decisivo para o bem comum.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Caracterizar o conceito de Responsabilidade.
- Reconhecer a importância da responsabilidade na acção humana.
- Identificar os diferentes tipos de responsabilidades inerentes a contextos diferenciados.
- Distinguir responsabilidade pessoal, civil, criminal, ambiental e moral.
- Denunciar a falta de assunção de responsabilidades.
- Identificar as instituições sociais a que se pode recorrer para denunciar o incumprimento de responsabilidades por parte dos agentes sociais.
- Enunciar em que medida a irresponsabilidade afecta o bem comum.

4 | Conteúdos

- Conceito de Responsabilidade – dimensão relacional da obrigação, isto é, o estar obrigado, perante algo ou alguém, o que implica o mérito ou a sanção da acção tomada.
- Aceções do conceito – ponto de vista religioso, moral, jurídico, sociológico, psicológico.
- Tipos de responsabilidades:
 - pessoal, da privacidade e da integridade da pessoa para consigo;
 - civil, resultante das obrigações (direitos e deveres) da vida numa sociedade politicamente organizada;
 - criminal, decorrente das acções que violam a lei e que implicam a sujeição à pena estabelecida;
 - moral, a obrigação perante o outro, resultante dos princípios e valores morais que são partilhados;

Módulo C1: *Responsabilidade: Responder perante a Responsabilidade*

- ambiental, que ressalta das normas do direito geracional que a todos implica.
- Consequências da acção irresponsável – as práticas, os contextos e as sanções respectivas.

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como Começar?

- a) Pedir aos alunos que contem histórias onde a responsabilidade ou a falta dela esteja em evidência.
- b) Discutir as histórias visando a definição do conceito de responsabilidade.
- c) Consolidar os conceitos e as suas implicações com jogos, pequenas narrativas ou notícias de casos reais.

5.2. Sugestões de Desenvolvimento

- a) Elaborar dois conjuntos de pósteres com ilustrações que oponham exemplos de acções responsáveis, e respectivos benefícios, a exemplos de acções irresponsáveis, e os danos causados, nos mais variados contextos e escalas de análise, e infligir e determinar as consequências.
- b) Aproveitar a reflexão neste módulo para discutir a importância e o significado da responsabilidade na escola.
- c) No fim deste ou de outros módulos, discutir o peso deste item na avaliação. Os conhecimentos e competências deste módulo podem ser retomados sempre que o contexto de trabalho o justifique.

5.3. Sugestões de trabalho de campo

- a) Preparar, em grupos, uma entrevista a eleitos locais, de três órgãos de soberania (Junta, Assembleia e Câmaras municipais), que vise identificar as responsabilidades destes perante os seus munícipes.
- b) Elaborar uma reportagem sobre a entrevista realizada que contraste as responsabilidades identificadas na entrevista com as responsabilidades do aluno enquanto cidadão.

Módulo C1: *Responsabilidade: Responder perante a Responsabilidade*

5.4. Sugestões de aprofundamento

Seleccionar, para visionamento, um filme (ficção ou comentário) ou uma narrativa que ilustrem as consequências de acções responsáveis ou irresponsáveis, individuais ou colectivas.

- Apresentar o guião de exploração do filme ou da narrativa e preparar, em pequenos grupos, um quadro onde se possa registar as acções e respectivas consequências positivas e negativas.
- Apresentar e debater os registos dos vários grupos, fazendo realçar que a acção pública responsável contribui para o bem comum.

6 | Sugestões de avaliação

- Construir um quadro com duas colunas que permita registar, num lado e noutro, a avaliação do desempenho no cumprimento e nas faltas de responsabilidade, imputadas aos alunos.
- Pedir que os alunos sugiram alternativas às consequências que advêm de práticas irresponsáveis e que sugiram formas de obviar tais consequências no futuro.
- Avaliar competências comunicacionais a partir de critérios previamente dados, na elaboração e na apresentação das diferentes tarefas.
- Auto e hetero-avaliação, onde os alunos recebam o *feedback* do professor, a partir do resultados das tarefas produzidas.

7 | Bibliografia / Outros recursos

AMINISTIA INTERNACIONAL - SECÇÃO PORTUGUESA (2001), *O nosso mundo, os nossos direitos : ensino de direitos e responsabilidades no ensino básico : um manual de aprendizagem da declaração universal dos direitos humanos*. Lisboa, A.I. - S.P.

COMISSÃO EUROPEIA (2000), *Livro Branco da Comissão Europeia sobre Responsabilidade Ambiental*.

ETCHEGOYEN, Alain (1995), *A Era dos Responsáveis*. Lisboa, Difel.

HENRIQUES, Mendo Castro (1995), *Formação para a Cidadania, Formação para a Responsabilidade*, in Nação e Defesa.

MÓDULO C2

Discriminação e Racismo: Todos Diferentes, Todos Iguais

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

Crescemos com mitos e ideias feitas sobre as mais variadas áreas da nossa sociedade. O racismo é um desses mitos e foi construído por conveniência de grupos dominantes em relação a grupos mais frágeis, mais indefesos ou mais pobres. A ciência e a antropologia modernas demonstraram, por exemplo, que a biologia e o clima não são factores determinantes no desenvolvimento da identidade e da cultura de um povo. Podemos destruir o racismo através da consciência do processo que há centenas de anos produz falsos mitos e cria bodes expiatórios. A tendência para associar os estrangeiros a uma inferioridade hereditária terá estado na origem da discriminação racial moderna. Nas relações raciais e étnicas, as pessoas transferem frequentemente as responsabilidades pelos seus infortúnios e frustrações para outros grupos que, em geral, costumam ser minorias como os imigrantes.

Em torno da imigração há uma série de “verdades” que se criam a partir de ideias feitas e aparentemente coerentes que, no entanto, são profundamente erradas. Importa enfrentar os mitos sobre a imigração a partir do conhecimento científico adquirido e da discussão e interpretação rigorosa dos factos.

A defesa de teorias de superioridade entre seres humanos já não é aceitáveis. Quando alguém, ou um grupo, julga uma pessoa não pelo que ela é, mas pela sua nacionalidade, cor, género ou orientação sexual, está a discriminar.

A emergência das sociedades multiculturais, isto é, a crescente diversidade étnica e cultural das nossas sociedades ocidentais comporta implicações várias designadamente no domínio da formação dos cidadãos. Este módulo trata das competências para enfrentar as situações de discriminação e racismo nas nossas sociedades.

2 | Competências Visadas

- Demonstrar compreensão e respeito pela diversidade social, cultural e étnica.
- Identificar as nacionalidades e os grupos étnicos e culturais presentes no território português.
- Apreciar o contributo dos imigrantes no desenvolvimento económico, político e social.
- Caracterizar os principais grupos de imigrantes presentes em Portugal no âmbito económico, social e cultural.
- Compreender a importância da emigração portuguesa no mundo ao longo do último século.
- Reconhecer as principais linhas do debate europeu sobre a imigração.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Identificar tipos e situações de discriminação e racismo.
- Reconhecer as especificidades culturais dos principais grupos étnicos representados na sociedade portuguesa.
- Localizar os territórios e os principais aspectos da história e da cultura de origem dos imigrantes.
- Desmontar mitos e ideias feitas sobre a imigração.
- Identificar os grandes fluxos de emigração portuguesa no último século.
- Conhecer a dispositivos legais e institucionais de promoção da igualdade étnico-cultural.
- Contribuir para a alteração das situações baseadas em preconceitos e na discriminação étnica e cultural.

4 | Conteúdos

- A emigração portuguesa no século XX.
- Identidade cultural das comunidades de imigrantes.
- Os fenómenos de racismo e xenofobia associados à imigração.
- Importância da imigração em Portugal e na Europa da actualidade.
- Formas de discriminação: nacionalidade, cor, género, orientação sexual.
- As associações de cidadãos e a luta contra racismo e a discriminação.
- Momentos históricos, personalidades e organizações determinantes na luta contra as diferentes formas de discriminação.
- Legislação de promoção da igualdade entre grupos sociais e étnicos.

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como começar

O levantamento e discussão das ideias feitas que correm sobre a imigração e os estrangeiros pode ser um ponto de partida motivador para a abordagem das temáticas em causa. Muitas vezes essas ideias estão presentes em provérbios e aforismos, estereótipos, etc. A desmontagem dessas ideias e mitos face aos factos deve constituir uma tarefa a desenvolver com a ajuda dos dados disponíveis designadamente nos *sites* e publicações dos organismos neste domínio.

5.2. Sugestões de desenvolvimento

Caracterização dos diferentes grupos de imigrantes em Portugal, em termos económicos, sociais e culturais. Esta actividade constitui uma oportunidade para aplicar a metodologia de estudo de caso. A investigação a desenvolver em pequenos grupos pode envolver o contacto directo com imigrantes. As várias histórias obtidas devem ajudar a compreender o fenómeno, conhecer a situação que motivou a saída e as condições de acolhimento que encontraram entre nós. O recurso aos *media* é útil na recolha de informação sobre casos cuja mediatização tenha colocado em evidência situações de discriminação e de integração.

- Em paralelo, ou em alternativa, os alunos podem desenvolver uma pesquisa que permita inventariar as diferentes formas de discriminação, descrevendo a respectiva evolução e caracterizando a situação actual.
- Em qualquer das opções, os produtos resultantes do trabalho desenvolvido e respectivos suportes de comunicação deverão ser objecto de apresentação e discussão.

5.3. Sugestões de aprofundamento

Na história da luta contra o racismo e pela emancipação dos povos distinguiram-se personalidades que todos devem conhecer e apreciar. Martin Luther King, Malcom X e Jane Elliot são alguns desses casos cuja acção está amplamente documentada. A discussão e reflexão a partir de documentos cinematográficos e literários surgem como estratégia a privilegiar na abordagem desta temática.

- A recolha de experiências junto de actuais ou antigos emigrantes portugueses em diversos países e continentes pode ser o ponto de partida para caracterizar a diáspora portuguesa. Também aqui as obras

Módulo C2: Discriminação e Racismo: Todos Diferentes, Todos Iguais

de ficção na literatura e no cinema constituem recursos a mobilizar, tal como o desenvolvimento de actividades em conjunto com a disciplina de Língua Portuguesa.

6 | Sugestões de avaliação

A avaliação deve incidir sobre o processo e produtos devendo o professor definir critérios para ambos que sejam do conhecimento de todos desde o início. Os critérios para além de adequados ao público e ao contexto deverão permitir registar os níveis de desempenho dos diferentes alunos. O trabalho final deverá funcionar como evidência dos objectivos atingidos e das competências desenvolvidas. As actividades de auto e hetero-avaliação devem integrar este processo.

7 | Bibliografia / Outros recursos

ALMEIDA, Miguel Vale de (2000), *Um Mapa Cor de Terra: Raça, Política, e Cultura de Identidade*. Oeiras: Celta Editora.

CONTADOR, A. Concorde (2001), *Cultura Juvenil Negra em Portugal*. Oeiras. Celta Editora.

GARCIA, Soledad; FAINSTEIN, Norman e Susan (1999), *Minorias Urbanas: Que Direitos?* Lisboa. Edições João Sá da Costa.

JEAN, Georges (2001), *O Racismo Contado às Crianças*. Lisboa: Terramar Editores.

RUGY, A. (2000), *Dimensão Económica e Demográfica das Migrações na Europa Multicultural*. Oeiras: Celta Editora.

SOUTA, Luís. (1997), *Multiculturalidade e Educação*. Porto: Profedições.

VALA, Jorge (1999), *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oeiras: Celta Editora.

Recursos na Internet disponíveis em Julho de 2005:

Sítios e portais relacionados com racismo, minorias étnicas e imigração .

Exemplo: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. www.acime.gov.pt

MÓDULO C3

Autoridade: Porque precisamos de Autoridade?

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

Estamos envolvidos com a autoridade, de uma forma ou de outra, desde que nascemos, mas, muitas vezes, as pessoas consideram-se acima das regras e fora da alçada da autoridade. A atitude “quero, posso e mando” é muitas vezes contrária ao respeito pela autoridade. O melhor exercício da autoridade é aquele que é naturalmente aceite, por isso, é importante compreender a autoridade e tomar decisões informadas sobre a sua prática.

A autoridade significa o poder combinado com o direito de mandar, enquanto que o autoritarismo se traduz num tipo de abuso da autoridade que a torna impositiva e fechada ao diálogo. Podemos falar de ‘autoridade com poder’ e ‘autoridade sem poder’, isto é, temos poder porque temos autoridade ou exercemos a autoridade de modo abusivo quando não temos o poder para tal.

A vida em comunidade, a vida em sociedade, implica a existência de regras ou leis, com reconhecida autoridade, para que a liberdade de cada um possa ser exercida e respeitada. A autoridade de um pai é diferente da de um polícia; a de um professor, diferente da de um juiz. Os seus limites estão balizados em função desse contexto social.

As sociedades democráticas tendem a organizar-se de forma a evitarem crises de autoridade, isto é, por defeito, o desrespeito generalizado de diversas fontes e tipos de autoridade legítimos e, por excesso o exercício também generalizado do autoritarismo. Reconhecer a autoridade legítima e limitar a possibilidade do exercício do autoritarismo são condições essenciais ao exercício da cidadania democrática.

Este módulo trata do conceito de Autoridade, das suas fontes, dos seus tipos e usos, dos seus limites, das posições e instituições de autoridade e é atravessado pela interrogação: Porque precisamos de autoridade?

2 | Competências Visadas

- Ser capaz de integrar a autoridade como um dos elementos essenciais à organização da vida colectiva.

Módulo C3: *Autoridade: Porque precisamos de Autoridade?*

- Lidar convenientemente com questões de autoridade que surjam na vida diária do cidadão numa sociedade livre.
- Compreender os diferentes tipos de autoridade através da representação de posturas de autoridade em contextos variados.
- Saber reconhecer os limites e combater os abusos da autoridade, assumindo uma postura responsável e crítica nas situações do quotidiano em que a autoridade está presente.
- Ser capaz de identificar as fontes de autoridade, compreendendo que existe uma hierarquia que deve ser tida em conta para a justificação de comportamentos e atitudes.
- Inventariar os atributos pessoais essenciais ao bom exercício da autoridade.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Definir o conceito de autoridade.
- Distinguir autoridade de autoritarismo.
- Identificar a fonte de autoridade em contextos diversos em que esta é exercida.
- Reconhecer os diferentes usos e tipos de autoridade na vivência diária em que esta se manifesta.
- Assumir uma posição crítica e denunciadora face aos abusos da autoridade.
- Caracterizar as diferentes profissões, posições e instituições de autoridade.
- Relacionar autoridade e poder.
- Exemplificar situações em que ocorre a 'autoridade com poder' e a 'autoridade sem poder'.

4 | Conteúdos

- Conceito de Autoridade - o poder combinado com o direito de usar esse poder.
- Fontes da Autoridade - conhecer a fonte da autoridade para determinar se o direito associado implica um poder justo ou não.
 - A hierarquia das fontes de autoridade.
 - As fontes de autoridade mais comuns: regras, instituições, leis, costumes, princípios morais.
- Tipos de Autoridade – a autoridade difere em função do contexto social em que é exercida.
 - Autoridade paternal, policial, judicial, moral, profissional, religiosa, militar, etc.
- Usos da Autoridade – garantia de ordem e a segurança na vida das pessoas.
 - Gestão de conflitos de forma justa e pacífica.
 - Protecção de direitos e liberdades importantes.

- Profissões, Posições e Instituições de Autoridade – natureza, justificação e contexto dos diferentes usos da autoridade.
 - O que é? (natureza das profissões, posições e instituições)
 - Para que serve? (justificação das profissões, posições e instituições)
 - Situações em que se manifesta? (exercício da autoridade pelas profissões, posições e instituições)

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como Começar?

- a) Encontrar uma situação próxima dos alunos para iniciar um o debate. Ex: Quem tem autoridade nesta escola? Que tipo de autoridade? Qual a fonte? Que profissões e posições têm autoridade? Continuar o debate aplicando-o à vida familiar e às instituições do Estado. Rematar com questões como: Porque desafiamos a autoridade? Porque precisamos de autoridade?
- b) Discutir o uso da autoridade a partir de textos ou imagens que ilustrem um ou vários casos da actualidade nacional ou internacional, onde se manifesta o uso da autoridade.

5.2. Sugestões de desenvolvimento

- a) Em pequenos grupos estudar a autoridade de diferentes actores sociais: polícia, família, escola, tribunais, serviços governamentais, autarquias.
- b) Entrevistar pessoas cujas profissões e posições obriguem ao uso sistemático de autoridade. As entrevistas podem ajudar a esclarecer os diferentes usos e os limites da autoridade. O envolvimento de pessoas da comunidade que possuam experiências apropriadas ou conhecimentos adequados pode aumentar a compreensão dos alunos sobre o conceito de autoridade. Desenvolver / caracterizar, os conteúdos enunciados, na preparação de entrevistas e na recolha de depoimentos. Exemplos de possíveis entrevistados: polícia, advogado, juiz, agente poder central ou local, professor, pai.
- c) Dinamizar na sala de aula uma actividade de jogo de papéis. Fazer com que os alunos possam representar profissões e posições de autoridade, bem como posturas desafiantes à autoridade, designadamente, evidenciando os melhores e piores atributos pessoais para o exercício da autoridade. O jogo deve terminar com a reflexão em torno das conclusões a extrair da actividade.

- d) Fazer participar nesses papéis as instituições e organizações a que se deve recorrer de acordo com casos, concretos e diferenciados, de abuso de autoridade.

5.4. Sugestões de trabalho de campo

Preparar um guião, para uma visita a uma esquadra de polícia ou a um quartel, que permita identificar as dificuldades do exercício da autoridade, ou a um tribunal para assistência a uma audiência recolhendo exemplos das práticas do exercício da autoridade.

5.5. Sugestões de aprofundamento

Seleccionar um filme ou narrativa cujo tema seja atravessado pela problemática da autoridade. Promover a discussão em torno de atitudes e comportamentos que denunciem o bom uso da autoridade, o autoritarismo, a falta de autoridade e a hierarquia das fontes de autoridade.

6 | Sugestões de avaliação

- Recolher evidências dos níveis de desempenho das competências visadas, designadamente, através do dossier de imprensa, de intervenções orais e escritas.
- Avaliar o processo e o produto, combinando capacidades de leitura, pesquisa, escrita, oralidade e pensamento crítico.
- Criar oportunidades de auto e hetero-avaliação onde os alunos recebam o *feedback* do professor, dos seus colegas e dos recursos humanos da comunidade que participam em actividades da turma.
- Valorizar a efectiva mudança de comportamentos e atitudes em face da aprendizagem efectuada.

7 | Bibliografia / Outros recursos

CUNHA, Pedro d'Orey da (1996), *Ética e Educação*. Lisboa, Universidade Católica Portuguesa.

MAIA, Maria José (2000,. *A Autoridade do Professor - O que pensam Alunos, Pais e Professores*. Lisboa, Texto Editora.

MÓDULO C4

Compreender os *Media* I: Os Antigos e os Novos

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

A comunicação constitui uma das necessidades primárias da vida em sociedade. A história da humanidade confunde-se com a evolução das formas e meios de comunicação entre as pessoas. A comunicação entre as pessoas evita o isolamento e constitui o suporte da vida em sociedade. A evolução científica e tecnológica trouxe novas possibilidades à comunicação e à informação tornando estes processos cada vez mais centrais na vida das sociedades contemporâneas.

A evolução dos meios de comunicação social (*media*) e o desenvolvimento das técnicas de comunicação de massa tiveram um papel determinante na transformação da nossa civilização. Através dos trabalhos desenvolvidos nesta área por nomes como Marshal McLuhan e Jean Cloutier podemos caracterizar as diferentes etapas da história da comunicação. O conhecimento da evolução dos meios de comunicação ajuda-nos a compreender as sociedades em que vivemos, cuja história foi fortemente marcada pelos efeitos da imprensa, rádio, cinema e televisão.

Os *media* ocupam um lugar de extrema importância nas sociedades democráticas do nosso tempo, levando alguns a designá-las por democracias mediáticas. Com efeito, quer os *media* tradicionais — imprensa, cinema, rádio e televisão — quer os novos *media* assentes na comunicação por redes telemáticas mediadas por computador, dão corpo à liberdade de informação e expressão.

As grandes inovações tecnológicas e científicas que se verificaram nas últimas décadas transformaram o quotidiano das sociedades em que vivemos. As redes de comunicação assentes nos satélites e nas fibras ópticas, aliadas à informática e generalização do uso dos computadores, desencadearam o processo de globalização da comunicação. A transmissão de imagens e som em tempo real, ou seja, a instantaneidade da informação constitui a característica decisiva no fascínio e submissão que provocam nas pessoas.

A compreensão do sistema mediático e a decodificação das suas imagens e mensagens constitui um importante desafio para os cidadãos do nosso tempo. Observar a paisagem mediática e compreender as lógicas da sua organização e funcionamento é a proposta central neste módulo.

2 | Competências Visadas

- Reconhecer a importância da evolução dos meios de comunicação e difusão na transformação da sociedade
- Inventariar a diversidade de produtos mediáticos disponíveis e ensaiar a definição de meios de difusão colectiva
- Caracterizar as principais etapas da história da comunicação
- Reconhecer o papel desempenhado pela rádio na aproximação dos povos
- Explicar a influência da televisão nas diferentes esferas da vida das sociedades actuais
- Identificar as funções e os vários tipos de media: imprensa, rádio, cinema e televisão.
- Avaliar as potencialidades dos novos *media*

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Distinguir comunicação e informação
- Enumerar os principais meios de comunicação e difusão
- Conhecer a cronologia das etapas mais significativas dos media
- Referir os principais momentos de evolução da imprensa e da rádio e da televisão
- Caracterizar os momentos mais relevantes da evolução do cinema
- Especificar as características da imprensa da rádio e da televisão
- Caracterizar os novos *media*
- Indicar critérios de utilização e as funções dos *media*

4 | Conteúdos

- Conceitos de comunicação, informação e *media*
- Funções e potencialidades dos diferentes *media*.
- Componentes do sistema mediático: profissionais, empresas, tecnologias, conteúdos, audiências e políticas de comunicação
- Condicionantes da produção mediática: audiências, programação e publicidade.
- Breve história dos meios de comunicação e difusão: imprensa, rádio, cinema e televisão
- Diferenças entre a imprensa, a rádio, a televisão e o cinema.

Módulo C4: *Compreender os Media I: Os Antigos e os Novos*

- A lógica do desenvolvimento dos media em rede ou fluxo (rádio, televisão e Internet) e em cópia ou edição (imprensa, cinema, disco)
- Os novos *media* e a centralidade da Internet.

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como Começar

- a) Debater o significado e a importância dos diferentes tipos de media na vida quotidiana. Partindo deste debate inicial pode chegar-se aos principais conceitos deste módulo: comunicação, informação, meios de comunicação, media, difusão, comunicação de massas e outros considerados pertinentes
- b) Com base em fontes diversificadas construir uma cronologia para os diferentes media. O trabalho pode ser desenvolvido em pequenos grupos e deve permitir aos alunos perceber o carácter recente do fenómeno dos grandes meios de comunicação bem como o contexto espaço-temporal que determina a sua evolução. A apresentação da cronologia dos diferentes média pode assumir como suporte os recursos inerentes ao próprio média estudado tal como o vídeo, o áudio e a escrita.

5.2. Sugestões de desenvolvimento

- a) Acompanhar o tratamento de um tema ou assunto na imprensa permite a realização de um *dossier* de Imprensa com a aprendizagem de todos os requisitos que tal documento implica. Os *dossiers* de imprensa uma vez monitorizados e devidamente organizados, podem passar a fazer parte da biblioteca ou do Centro de Recursos da escola.
- b) Analisar a programação televisiva durante uma semana. A análise da programação televisiva e a compreensão das lógicas associadas a essa oferta, constitui um trabalho de enorme valor na formação de públicos esclarecidos.
 - Nas grelhas de programação diárias deve poder identificar a tipologia de programas a sua relação com os horários e audiências.
 - O trabalho pode envolver a comparação entre estações televisivas.
- c) Visionamento de um filme de ficção ou documentário sobre as temáticas em estudo. A análise e discussão do filme deve ter em conta a necessidade de atingir os objectivos deste módulo.

5.3. Sugestões de aprofundamento

Visita a uma empresa de comunicação. O conhecimento em directo de empresas de comunicação pode surgir como aprofundamento deste módulo, embora também possa ser o ponto de partida para a abordagem dos conteúdos previstos. A preparação da saída de estudo, a sua realização e os produtos a elaborar em sala de aula e a avaliação terão que ser planeados em função dos objectivos deste módulo. Nesta matéria podem sempre aproveitar os recursos esporádicos como visitas a exposições temporárias ou visionamento de programas televisivos adequados aos conteúdos previstos.

6 | Sugestões de avaliação

A avaliação deve incidir sobre o processo e produtos devendo o professor definir critérios para ambos. Os critérios, para além de adequados ao público e ao contexto, deverão permitir registar os níveis de desempenho dos diferentes alunos. O trabalho final poderá revestir a forma de um portefólio ou de um relatório de evidências das tarefas realizadas e dos objectivos atingidos. As actividades de auto e hetero-avaliação devem integrar este processo.

7 | Bibliografia / Outros recursos

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – Primeira Página 1864-1994 (1994, Lisboa, Editorial Notícias)

EXPRESSO – Primeiras Páginas 25 Anos (1998), Lisboa, Ed. Expresso

FERREIRA, Sara; COSTA, Ana Paula (1998), Comunicando – Comunicação e Difusão 10º ano. Porto, Asa Editores.

LIVRO DE ESTILO – PÚBLICO (2004), Lisboa, Ed. Público Comunicação Social SA

PINTO, Manuel; SANTOS, António (1991), A Imprensa na Escola – Guia do Professor. Cadernos Público na Escola/1.

PINTO, Manuel; SANTOS, António (1994), Utilizar Criticamente a Imprensa na Escola – Fichas de Trabalho. Cadernos Público na Escola/4.

PINTO, Manuel; SANTOS, António (1996), O Cinema e A Escola – Guia do Professor. Cadernos Público na Escola/6.

Sugere-se o visionamento de um dos seguintes filmes:

- “Os Dias da Rádio” de Woody Allen, 1987
- “Escândalo na Televisão” de Sidney Lumet, 1990
- “As Vozes da Ira” de Oliver Stone, 1988

Recursos na Internet disponíveis em Outubro de 2005:

Aconselha-se a consulta dos sítios das principais empresas de comunicação nacionais

MÓDULO C5

Compreender os *Media* II: Quem faz a Agenda das Notícias?

Duração de Referência: 15 horas

1 | Apresentação

Habitualmente designados pelo termo anglo-americano *media*, os meios de comunicação e difusão ocupam um lugar incontornável na expressão e formação da opinião pública das sociedades democráticas do nosso tempo. A discussão e o debate públicos que caracterizam o processo de decisão e o funcionamento das instituições democráticas estão cada vez mais marcados pela influência dos *media*. A agenda dos *media* é assim determinante para a formação da opinião pública e simultaneamente induz essa mesma agenda, num jogo de influências mútuas.

A enorme quantidade de informação que, nas sociedades abertas, está disponível para o público, torna impossível a qualquer pessoa estar a par de tudo o que se passa. Mesmo o cidadão mais atento necessita dos *media* para seleccionar e analisar a informação disponível. Este facto atribui aos profissionais dos *media* a responsabilidade de transmitir diariamente, de forma justa e compreensível, a informação considerada de interesse público. O cumprimento desta missão implica independência dos *media* face ao poder político. Esta é uma condição necessária para que os *media* possam exercer vigilância sobre os detentores de cargos públicos.

Quando o direito à informação não está efectivamente protegido, diminui a liberdade das pessoas para responder às iniciativas políticas. Daí resulta um clima político desencorajador da confiança dos cidadãos nos governantes. A censura e o secretismo impedem a educação política da comunidade acabando por gerar opções, nomeadamente eleitorais, pouco informadas.

Nas sociedades livres onde coexiste uma pluralidade de meios de comunicação é também importante a existência de mecanismos reguladores para protecção dos consumidores e para salvaguarda da qualidade dos produtos mediáticos. O desenvolvimento da consciência de novos direitos dos cidadãos face aos *media* tornou-se num imperativo de formação cultural e cívica na sociedade de informação e do conhecimento em que vivemos.

Compreender de que são feitas as notícias e como se faz a agenda noticiosa veiculada pelos meios de comunicação, constitui um requisito fundamental para um consumo mediático esclarecido. Este módulo propõe a análise dos conteúdos noticiosos que diariamente preenchem o universo dos *media*.

2 | Competências Visadas

- Explicar a influência dos *media* na formação da opinião pública.
- Reconhecer a importância do direito à informação traduzido na liberdade de informar e direito a ser informado.
- Identificar e caracterizar os vários tipos de fontes de informação jornalística
- Demonstrar a importância da hierarquização das notícias na difusão de factos noticiosos nos principais meios de comunicação
- Evidenciar a importância da inter-relação entre as audiências/público a programação/conteúdos e a publicidade na produção mediática
- Identificar novas formas de informação e de comunicação resultantes evolução tecnológica

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Reconhecer as componentes do direito à informação
- Conhecer os meios de formação da opinião pública
- Reconhecer a importância das audiências na definição da oferta mediática
- Explicitar a importância da publicidade nas empresas de comunicação
- Compreender em que consiste a actividade jornalística
- Avaliar a importância da recolha de informação na actividade jornalística
- Caracterizar os vários tipos de oferta mediática
- Relacionar a evolução tecnológica com as novas técnicas de informação e de comunicação
- Analisar o conteúdo dos principais *media*, imprensa rádio e televisão

4 | Conteúdos

- A informação como veículo do conhecimento
- Meios de formação da opinião pública
- Importância dos *media* na formação da opinião pública
- A hierarquização das notícias: factores que influenciam a agenda dos media
- A recolha de Informação e os tipos de fontes
- Condicionantes da produção mediática: audiências, programação e publicidade
- Componentes do direito à informação: liberdade de informar e direito a ser informado
- Obstáculos ao direito à informação: a censura
- Relação entre as novas tecnologias e a comunicação

Módulo C5: *Compreender os Media II: Quem faz a Agenda das Notícias*

- Novas formas de comunicação e informação

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como Começar

a) Importância e significado da opinião pública.

- Fazer com os alunos uma lista dos principais meios de formação da opinião pública. Televisão, eventos, campanhas políticas, dirigentes políticos, professores, família, experiências pessoais. Propor a reflexão acerca do modo como cada um forma as suas convicções e opiniões.

- Partindo de um caso concreto, identificar os meios que mais influenciaram a opinião pessoal acerca desse caso.

- Analisar o conteúdo de uma sondagem de opinião e identificar quer os passos para a sua elaboração e a forma como foram obtidos.

b) A primeira página dos jornais.

- Analisar com os alunos as primeiras páginas de vários jornais com o objectivo de perceber como são escolhidas as notícias que aí aparecem e quais as fontes usadas para a sua obtenção. Relacionar a forma e conteúdo das primeiras páginas com a noção de notícia de actualidade.

- Investigar a forma como os profissionais da informação hierarquizam as notícias e as consequências desse processo na paginação dos jornais.

- O mesmo tipo de análise pode ser feito em relação aos jornais televisivos e radiofónicos, comparando as respectivas aberturas, tempo e tipo de notícias. Naturalmente que estes noticiários terão que ser previamente gravados para depois poderem ser exibidos na sala de aula.

5.2. Sugestões de desenvolvimento

Fazer um jornal de jornais.

- Recolher diferentes jornais e analisa-los segundo a periodicidade, o conteúdo e o público destinatário.

- A partir da selecção de notícias em diferentes jornais, elaborar painéis temáticos que possam ser expostos na sala de aula.

- Visita a uma empresa de comunicação.

5.3. Sugestões de aprofundamento

Realizar uma sondagem na comunidade escolar.

- Escolher um tema, de preferência controverso, com interesse para escola e para os alunos, sobre o qual se possa fazer uma sondagem.

Módulo C5: Compreender os Media II: Quem faz a Agenda das Notícias

- Planear e realizar a sondagem seguindo os requisitos técnicos necessários.
- Após a recolha e respectivo tratamento da informação os resultados devem ser divulgados da forma considerada mais eficaz pela turma. Esta actividade deve ser desenvolvida em articulação com outras disciplinas, designadamente, a Matemática.

6 | Sugestões de avaliação

A avaliação deve incidir sobre o processo e produtos devendo o professor definir critérios para ambos. Os critérios, para além de adequados ao público e ao contexto, deverão permitir registar os níveis de desempenho dos diferentes alunos. O trabalho final poderá revestir a forma de um portefólio ou de um relatório de evidências das tarefas realizadas e dos objectivos atingidos. As actividades de auto e hetero-avaliação devem integrar este processo.

7 | Bibliografia / Outros recursos

BRETON, Philipe; PROUXL, Serge (1997), *A Explosão da Comunicação*. Lisboa, Bizâncio Ed.
CAZENEUVE, Jean (1996), *Guia Alfabético das Comunicações de Massas*. Lisboa, Ed. Presença.
CORREIA, J. M. Nobre (1996), *A Cidade dos Media*. Porto, Campo das Letras.
LAMPREIA, J. Martins (1992), *A Publicidade Moderna*. Lisboa, Ed. Presença.
TRAQUINA, Nelson (1997), *Big Show Media. Viagem ao Mundo do Audiovisual Português*. Lisboa, Editorial Notícias.

Sugere-se o visionamento de um dos seguintes filmes:

- “City Hall - A Sombra da Corrupção” de Harold Becker, 1996
- “Manobras na Casa Branca” de Barry Levinson, 1998
- “Em Defesa da Nação” de David Drury, 1985

Recursos na Internet disponíveis em Outubro de 2005:

Aconselha-se a consulta dos sítios das principais empresas de comunicação nacionais

MÓDULO C6

Património e Cultura: A Nossa Identidade

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

A identidade é um conceito complexo e difícil de definir em toda a sua extensão. No entanto, podemos sempre afirmar que a identidade diz respeito ao conjunto de pertenças dentro de uma sociedade ao qual está ligada uma cultura e um património natural e construído. Entre a variedade de aspectos que podemos incluir na nossa identidade encontramos um sistema de pertenças, ou seja, o conjunto de coisas e de causas que permitem obter resposta para o que somos e quem somos. Pertencemos à espécie humana e identificamo-nos mais com os outros seres humanos do que com os animais. Pertencemos a uma família com a qual nos identificamos pelos laços afectivos e pela história pessoal partilhada. Pertencemos a um país, identificamo-nos com as pessoas que aí vivem porque falamos a mesma língua e com as paisagens naturais que conhecemos e os costumes que partilhamos. Pertencemos a um lugar, cidade ou região e identificamo-nos com as pessoas que aí residem, com os espaços públicos e os monumentos que constituem o património construído. Pertencemos a uma escola e a uma turma e identificamo-nos com colegas, professores e espaço escolar onde partilhamos um tempo de relações afectivas e de trabalho.

A expressão “património cultural” é utilizada para designar, sobretudo ao nível colectivo, a língua, os monumentos e as obras de arte nas suas diversas formas de expressão artística. No âmbito mais geral, o património é também ambiental (património natural e património construído) e constitui a herança da humanidade que os povos devem saber preservar e transmitir às gerações seguintes.

A expansão da sociedade de consumo, a par do processo de globalização, veio colocar na agenda dos povos a defesa da identidade cultural e do património cultural. Essa agenda exige recursos financeiros e humanos e mobilização de organizações nacionais e internacionais. A tomada de consciência das identidades tem conduzido os cidadãos a uma defesa, cada vez maior, dos aspectos da paisagem humanizada e dos valores que simbolizam a herança dos seus antepassados, ou seja, o seu património e a sua cultura.

2 | Competências Visadas

- Reflectir, criticamente, sobre a existência de uma identidade nacional.
- Identificar os símbolos da identidade nacional.
- Reconhecer a importância do processo histórico na construção da identidade nacional.
- Relacionar identidade nacional com o património natural e construído.
- Reconhecer o papel do Estado na defesa do património natural e construído.
- Caracterizar as grandes unidades histórico-geográficas do território português.
- Referir os principais elementos patrimoniais em paisagens portuguesas.
- Referir o papel das associações cívicas na defesa do património.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Compreender o significado da identidade cultural.
- Identificar componentes da identidade nacional e regional.
- Indicar os principais elementos naturais diferenciadores do território português.
- Mencionar as principais regiões e sub-regiões naturais no território português.
- Identificar diversos tipos de património numa paisagem.
- Caracterizar os principais elementos do património natural nas diferentes regiões portuguesas.
- Caracterizar os principais elementos do património construído nas diferentes regiões portuguesas.
- Indicar itinerários de interesse paisagístico e patrimonial para diferentes regiões.

4 | Conteúdos

- O Património natural e construído como elemento da identidade nacional e regional.
- Tipos de património:
 - Arquitectónico
 - Monumental
 - Paisagístico
 - Arqueológico
 - Artístico...
- Regiões geográficas naturais do território português: identidade, diversidade, elementos paisagísticos e histórico-geográficos.
 - Norte

- Centro
 - Lisboa e Vale do Tejo
 - Alentejo
 - Algarve
 - Madeira
 - Açores
- Divisão Administrativa e Organização do Território Português.
 - Preservação do Património Natural: Parques, Reservas Naturais e Áreas Protegidas.
 - O Património Construído: Monumentos Nacionais e Edifícios Classificados.
 - As Paisagens e Lugares que são Património da Humanidade.

5 | Orientações metodológicas

5.1. Como começar

- a) Os símbolos e a identidade.
 - Pedir aos alunos que indiquem os símbolos que estão ligados à identidade portuguesa e esclareçam o respectivo significado.
 - Escrever as respostas mais significativas no quadro e solicitar a redacção de um pequeno texto que procure responder à pergunta: o que é a identidade nacional?
 - Suscitar a leitura voluntária dos textos e concluir, encontrando uma resposta satisfatória com base nos textos mais completos.
- b) Património do Concelho.
 - A partir de um conceito de património natural e construído, fornecido pelo professor ou pesquisado pelos alunos, fazer um inventário dos principais componentes do património do concelho onde se localiza a escola.
 - A partir da informação obtida, que pode ser cartografada, concluir debatendo, na turma, se o património identificado é, ou não, conhecido pelos alunos, se está preservado, quem é responsável pela manutenção e preservação e, finalmente, debater o que cada um de nós pode fazer para promover o património.

5.2. Sugestões de desenvolvimento

As regiões portuguesas.

- Dividir a turma em grupos que vão caracterizar as diferentes regiões ou sub regiões portuguesas. A partir de um guião de investigação fornecido pelo professor a pesquisa deve ser orientada para a inventariação e caracterização do património natural e construído bem como dos aspectos paisagísticos, históricos e geográficos de interesse, em cada região.

Módulo C6: *Património e Cultura: A nossa identidade*

- O produto final pode revestir a forma de roteiro turístico como forma de realçar o potencial de cada região.
- A investigação fica concluída com a apresentação dos resultados à turma, usando suportes adequados à apropriação, por todos, dos diferentes espaços estudados.

5.3. Sugestões de aprofundamento

Parques, reservas naturais e áreas protegidas.

- Os vários grupos de alunos escolhem diferentes parques ou reservas e desenvolvem um trabalho de caracterização das paisagens e do potencial dos ecossistemas em presença. O trabalho pode ser desenvolvido de forma a obter informação significativa sobre cada lugar e as conclusões devem permitir evidenciar a sua importância patrimonial.
- O mesmo tipo de trabalho pode ser desenvolvido em relação a lugares no território português, considerados património mundial pela UNESCO.
- Estes trabalhos podem suscitar a preparação e realização de saídas de campo consideradas viáveis e eficazes para a concretização das competências deste módulo.

6 | Sugestões de avaliação

A avaliação deve incidir sobre o processo e produtos devendo o professor definir critérios para ambos. Os critérios, para além de adequados ao público e ao contexto, deverão permitir registar os níveis de desempenho dos diferentes alunos. O trabalho final poderá revestir a forma de um portefólio ou de um relatório de evidências das tarefas realizadas e dos objectivos atingidos. As actividades de auto e hetero-avaliação devem integrar este processo.

7 | Bibliografia / Outros recursos

ABREU, A. Cancela; CORREIA, T. Pinto; OLIVEIRA, Rosário (2004), *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal*. Lisboa: Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

DAVEAU, Suzanne (1995), *Portugal Geográfico*. Lisboa: Edições S´da Costa.

GASPAR, Jorge (1993), *As Regiões Portuguesas*. Lisboa: MPAT.

MARQUES, Teresa Sá (2004), *Portugal na Transição do Século: Retratos e Dinâmicas Territoriais*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.

Módulo C6: *Património e Cultura: A nossa identidade*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1998), *Património Local e Regional: subsídios para um trabalho transdisciplinar*. Departamento do Ensino Secundário

Sítios disponíveis na Internet em Dezembro de 2005

Parques Naturais e Áreas Protegidas – <http://agroportal.pt>

Portal da Regiões – www.portaldasregioes.pt

Liga para a Protecção da Natureza – www.lpn.pt

Instituto da Conservação da Natureza – www.icn.pt

Instituto Português Património Arquitectónico - www.ippar.pt/pls/dippar/ippar_home

MÓDULO C7

Sociedade Civil: As Múltiplas Pertenças

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

A sociedade civil corresponde ao domínio das relações que se estabelecem entre pessoas e instituições, e que vão para além do domínio privado e da vida familiar mas ficam aquém da acção do Estado que organiza, politicamente, a vida em comunidade. Neste sentido, a sociedade civil é balizada, por um lado, pela família, por outro, pelo Estado.

Partindo do princípio que a estrutura familiar em que assenta a vida em sociedade influencia, decisivamente, a organização social de uma determinada comunidade e, aceitando-se que a acção das estruturas políticas também têm consequências na própria vida familiar, existe uma rede de relações, com efeitos em ambos os domínios, que não são, propriamente familiares nem políticas. Nesse espaço a que chamamos sociedade civil, estabelecemos inúmeras relações que se traduzem em múltiplas pertenças que contribuem para a nossa identificação, enquanto cidadãos.

Quer isto dizer que aquilo que somos não se reduz ao facto de sermos filhos de alguém, de pertencermos a determinada família, nem se reduz à questão de pertencermos a uma determinada sociedade, politicamente organizada e autónoma, como seja um país. É mais do que isso, engloba as várias pertenças que vamos adquirindo ao longo da nossa vida, quer directamente, pela associação com outras pessoas, quer pela participação em instituições que se situam no domínio da sociedade civil.

Exemplos desse tipo de instituições são as associações culturais e recreativas (clubes) e de moradores, de solidariedade e educativas, mas também, as empresas, os sindicatos e as associações profissionais. No fundo, são todas aquelas instituições que têm uma origem privada, na sua implementação e uma finalidade pública, na sua acção, seja no âmbito da solidariedade, do ambiente, do consumo, da saúde ou outras com as mesmas características.

A participação neste tipo de associações, como condição fundamental do exercício pleno da nossa cidadania, concretiza-se, também, no voluntariado prestado à comunidade. Como factor de coesão social e combate à exclusão, de estreitamento de laços de pertença e de vizinhança, o voluntariado, assente nos princípios de solidariedade e de responsabilidade pelo desenvolvimento comum, é um pilar fundamental da sociedade civil.

Módulo C7: Sociedade Civil: As Múltiplas Pertenças

Pode afirmar-se que a força de um Estado democrático se mede pela força da acção da sua sociedade civil e esta só é profícua com a adesão e participação dos cidadãos nas instituições que a compõem. Se as múltiplas pertenças que adquirimos, no âmbito da sociedade civil, nos enriquecem como indivíduos, a nossa participação voluntária nas suas instituições enriquece a comunidade de que fazemos parte.

2 | Competências Visadas

- Demonstrar como a participação activa em associações cívicas contribui para o desenvolvimento pessoal e social.
- Reconhecer a importância da sociedade civil para a democracia portuguesa.
- Nomear diferentes propósitos de acção e os contextos em que actuam diferentes tipos de associações cívicas.
- Enumerar vantagens e inconvenientes da pertença a associações cívicas.
- Demonstrar como as múltiplas pertenças da pessoa reforçam a identidade pessoal.
- Reconhecer a integração e a participação numa instituição da sociedade civil como uma situação de pertença.
- Reconhecer que a adesão a uma instituição da sociedade civil está relacionada com a sua identidade e os respectivos objectivos.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Definir sociedade civil.
- Identificar diferentes tipos de instituições da sociedade civil.
- Nomear diferentes propósitos de diferentes associações cívicas.
- Justificar acções de associações cívicas como um complemento da acção do Estado, tendo em vista o bem comum.
- Identificar associações cívicas portuguesas em diversos âmbitos de acção.
- Indicar diferentes formas de participação nas instituições da sociedade civil, consoante a sua natureza distinta.
- Apontar possíveis defeitos e virtudes da acção das associações cívicas.
- Compreender a importância do voluntariado na sociedade portuguesa

4 | Conteúdos

- Conceito de sociedade civil.
- Conceito de associação cívica: origem privada e finalidade pública.
- Tipos de instituições da sociedade civil: empresas, associações sociais, recreativas e de solidariedade, profissionais, igrejas, clubes, etc.
- Formas de participação cívica no âmbito das instituições da sociedade civil.
- Diferentes tipos e modelos de associativismo presentes na sociedade portuguesa.
- Composição e constituição formal de uma associação cívica.
- Estatuto e missão de uma associação cívica.

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como começar.

- a) Promover o debate em torno das seguintes questões: Quais são as minhas pertenças? Pertença a quê? (sócio de um clube, associação de estudantes, instituições de voluntariado, fóruns de discussão na Internet, etc.) Porque é que as pessoas se associam umas às outras?
 - A partir das conclusões do debate, dividir os alunos em pequenos grupos e pedir que identifiquem diferentes tipos de associações cívicas socorrendo-se dos mais variados suportes de consulta: listas telefónicas, Internet, etc.
- b) Identificar, com os alunos, as associações cívicas que respondam aos problemas e interesses do seu grupo etário (temas como a sexualidade, o desporto, a toxicodependência, ocupação de tempos livres, etc.).
 - Promover a divulgação à comunidade escolar das associações identificadas através de um *poster* com a identificação, a missão e os contactos dessas associações.

5.2. Sugestões de desenvolvimento

- a) Conhecer uma associação cívica.
 - Seleccionar diferentes tipos de associações cívicas e distribuir o seu estudo por grupos. Pesquisar a natureza, propósitos e principais actividades dessas associações.

Módulo C7: Sociedade Civil: As Múltiplas Pertenças

- Escolher uma associação que se ocupe de problemáticas consideradas importantes para os alunos e convidar um elemento dessa associação para que profira uma palestra, na escola, acerca de como? porquê? e para quê? da existência dessa associação.
 - Confrontar as respostas com os resultados da pesquisa e fazer a apresentação dos materiais produzidos, de modo a evidenciar o papel que os cidadãos podem e devem ter na participação voluntária em tais associações. Esta apresentação pode ser feita a toda a escola, complementada, eventualmente, com material áudio visual previamente recolhido junto de associações cívicas.
- b) Pedir aos alunos que identifiquem problemas concretos das suas vidas que, por si só, não conseguem resolver.
- Com o auxílio da Internet ou de um guia especializado, identificar os organismos estatais que devem ser contactados ou a quem se pode recorrer para a resolução desses problemas.
 - Comparar a acção dos organismos estatais identificados, com a actividade das associações cívicas sobre esses mesmos problemas.
 - Elaborar um relatório que aponte vantagens e inconvenientes de uns e de outros.
- c) Elaborar um pequeno ensaio comentando a seguinte afirmação: “Todos temos pertenças múltiplas”.

5.3. Sugestões de aprofundamento

Estudar os estatutos da associação de estudantes da escola, pretendendo compreender a sua composição e a sua missão.

- Identificar os seus corpos sociais e reconhecer as competências de cada membro para a resolução de problemas da vida escolar.
- Em pequenos grupos, elaborar cartazes que divulguem a missão e os objectivos do programa de actividades da associação.

6 | Sugestões de avaliação

A avaliação deve incidir sobre o processo e produtos, devendo o professor definir critérios para ambos. Os critérios, para além de adequados ao público e ao contexto, deverão permitir registar os níveis de desempenho dos diferentes alunos. O trabalho final poderá revestir a forma de um portefólio ou de um relatório de evidências das tarefas realizadas e dos objectivos atingidos. As actividades de auto e hetero-avaliação devem integrar este processo.

7 | Bibliografia / Outros recursos

ESPADA, João Carlos (2002), *Sociedade Civil, Capital Social e Pluralismo*, in *Ensaio Sobre a Liberdade*. Cascais: Principia, pp. 61-76.

FERNANDES, E., *O Associativismo no tempo da globalização : voluntariado e cidadania democrática*, in *Intervenção Social* n.º 25/26, Novembro de 2002.

HENRIQUES, Mendo Castro, *O que há de novo na sociedade civil?*, in *Nação e Defesa* n.º 106 – Outono-Inverno 2003, pp. 135-151.

MARTINS, Guilherme de Oliveira (1991), *Portugal, Instituições e Factos*. Imprensa Nacional Casa da Moeda: Lisboa.

Recursos na Internet disponíveis em Novembro de 2005, a título exemplificativo:

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (Apoio à Sociedade Civil) - <http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php>

Provedor de Justiça - <http://www.provedor-jus.pt/welcome.html>

Instituto do Consumidor - <http://www.ic.pt/pls/icnew/homepage>

DECO - <http://www.deco.proteste.pt/>

Associação Portuguesa do Direito do Consumo - <http://www.apdconsumo.pt/>

Associação Portuguesa de Educação Ambiental - <http://www.aspea.org/>

QUERCUS - <http://quercus.sensocomum.pt/pages/default.asp>

Associação Portuguesa para a Qualidade - <http://www.apq.pt/>

Amnistia Internacional - <http://www.amnistia-internacional.pt/index.php>

OIKOS - <http://www.oikos.pt/>

MÓDULO C8

Fecundidade e Envelhecimento: Famílias em Mudança

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

Nas últimas décadas a fecundidade em Portugal decresceu muito rapidamente, atingindo valores análogos aos dos restantes países da União Europeia. Contudo, a queda da fecundidade na Europa do Sul é mais tardia e mais abrupta. Tal significa que se passa rapidamente de uma fecundidade pouco controlada, associada a taxas elevadas de mortalidade infantil, para um cenário de planeamento eficaz da procriação. No caso português, o valor médio de filhos por mulher em idade fértil era de 3,1 em 1960 e de 1,5 em 1999, ou seja, os valores de fecundidade deixaram de assegurar a substituição de gerações, situação que ocorre com um índice de 2,1 filhos por mulher (ALMEIDA e al., 2004).

A evolução da fecundidade está ligada ao avanço da contracepção e a alterações da sexualidade e da conjugalidade. A prática generalizada dos métodos de contracepção modernos, em conjunto com a promoção da saúde sexual e reprodutiva, levou ao controlo da natalidade e reflectiu-se nos índices de fecundidade. Nos países desenvolvidos a diminuição da fecundidade e da natalidade resulta, entre outros factores, do planeamento familiar e da melhoria das condições de vida. Em 2001, a maior percentagem de famílias portuguesas (31%) eram compostas por duas pessoas e as famílias unipessoais cresceram 45% entre 1991 e 2001. Embora cerca de metade da população portuguesa esteja casada, os dados do censo de 2001 revelam o aumento significativo dos indivíduos em união de facto e a duplicação do número de divorciados (INE, 2005).

Com o aumento da esperança de vida e a diminuição da taxa de natalidade que se regista no mundo desenvolvido, as pirâmides de idade apresentam uma retracção nos grupos etários das crianças e jovens e um alargamento no topo. O envelhecimento da população é uma realidade que o progresso e a estabilidade permitiram, mas que a sociedade parece não estar apta a receber. De 1981 para 2001, o Índice de envelhecimento aumentou de 45 para 103 idosos por 100 jovens, ou seja, o número de idosos a residir em Portugal ultrapassa o de jovens. Prevê-se que a percentagem de idosos duplique até 2050, atingindo valores próximos dos 40% (INE, 2005). Na Europa, no início do século XX, eram raros as pessoas que atingiam os 60 anos, actualmente a esperança média de vida está próxima dos 80 anos.

O envelhecimento da população provocou o crescimento significativo das despesas da segurança social e desencadeou a crise do chamado Estado Providência. Esta crise aparece relacionada com o número

Módulo C8: Fecundidade e Envelhecimento: Famílias em Mudança

crecente de beneficiários e a diminuição das receitas do sistema de segurança social, oriundas das contribuições sobre as remunerações pagas e recebidas. O envelhecimento da população é um dos condicionantes mais fortes do futuro da segurança social, dado o impacto financeiro que este processo tem na recolha das receitas e determinação das despesas.

No caso português, as despesas com as pensões de velhice, de invalidez e sobrevivência ocupam um lugar bastante destacado relativamente a qualquer outra prestação social. Neste sentido, é preciso que a reforma dos sistemas de saúde e segurança social tenha em conta o declínio das formas tradicionais de integração, designadamente no meio familiar, e o aumento da vulnerabilidade e exclusão de amplos grupos sociais. As novas fórmulas de segurança e protecção social devem reforçar a cidadania de cada um e a coesão económica e social da comunidade de cidadãos.

Na generalidade dos países desenvolvidos, o declínio da fecundidade, o aumento da esperança média de vida e as alterações demográficas que lhe estão associadas, são indissociáveis das mudanças que ocorreram na estrutura das famílias ao longo das últimas décadas. Compreender as mudanças demográficas, as respectivas causas e consequências na família e na sociedade, bem como identificar formas de mitigação dos problemas daí decorrentes, constitui a finalidade deste módulo.

2 | Competências Visadas

- Compreender a relação entre o crescimento natural e os vários ritmos de crescimento da população ao longo do tempo.
- Relacionar a diminuição do índice de fecundidade com as mudanças na família e na sociedade.
- Explicar a evolução da natalidade e da mortalidade em países desenvolvidos e em países em desenvolvimento.
- Reconhecer consequências do envelhecimento da população na família e na sociedade.
- Identificar objectivos e medidas das políticas natalistas.
- Reconhecer as limitações actuais e futuras do sistema público de segurança social, face ao envelhecimento da população.
- Identificar formas de mitigação do problema da baixa fecundidade e do envelhecimento da população.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Justificar a evolução do crescimento natural em diferentes países.
- Indicar a distribuição da população portuguesa.
- Referir causas da diminuição da natalidade e da fecundidade.
- Relacionar a fecundidade com a contracepção.
- Indicar consequências da diminuição da natalidade na pirâmide etária de diferentes países.
- Justificar o aumento da esperança média de vida.
- Identificar diferentes formas de protecção e acção social.
- Mencionar as mudanças na estrutura familiar decorrentes das alterações demográficas.
- Identificar limitações do sistema público de segurança social.
- Relacionar as migrações com as alterações demográficas em países desenvolvidos.

4 | Conteúdos

- Evolução e distribuição da população em Portugal e na Europa.
- Evolução da natalidade e da mortalidade: modelo de transição demográfica.
- Fecundidade e contracepção: índice de renovação de gerações.
- Família e saúde reprodutiva: alterações na estrutura familiar.
- Esperança média de vida: envelhecimento da população.
- Estruturas etárias: populações envelhecidas e populações jovens.
- Crise do Estado Providência: reforma da segurança social.
- Políticas demográficas natalistas e migrações.

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como começar

- a) Famílias em mudança.

Módulo C8: *Fecundidade e Envelhecimento: Famílias em Mudança*

- Solicitar aos alunos que indiquem o número de pessoas que compõem o seu agregado familiar e em seguida tentem comparar esse número com o que ocorria quando os pais e os avós tinham a mesma idade.
 - Debater as seguintes questões: O que aconteceu ao número de irmãos na diferentes gerações? Que factores estão na origem da diminuição do números de membros dos agregados familiares? Quais as consequências desse facto?
 - Concluir com o registo das principais conclusões distinguindo os factos das explicações.
- b) A demografia a duas velocidades.
- Pedir aos alunos que debatam em pares o significado das seguintes afirmações: i) nos países em desenvolvimento, idosos há poucos, jovens não faltam; ii) a taxa de natalidade está a tornar-se um problema no mundo desenvolvido; iii) para rejuvenescer a população é preciso imigração.
 - Apresentar os resultados do debate em plenário de turma recorrendo a dados estatísticos para reforçar as conclusões.

5.2. Sugestões de desenvolvimento

- a) A população está a crescer.
- A partir da observação do gráfico de evolução da população mundial e do gráfico de evolução da natalidade e mortalidade, solicitar a caracterização dos diferentes períodos de crescimento da população. A caracterização deve ser desenvolvida a partir da investigação em pequenos grupos sobre o contexto histórico e socio-económico que está na origem dos comportamentos demográficos observados.
 - Os trabalhos podem ser apresentados na turma, usando suportes diversos, de forma a facilitar a apropriação dos conhecimentos pelos diversos grupos.
- b) Indicadores demográficos.
- Desenvolver um trabalho de investigação em pequenos grupos acerca da evolução dos principais indicadores demográficos em Portugal e na Europa.
 - Exemplos de indicadores: esperança média de vida, índice de fecundidade, taxa de natalidade, taxa de mortalidade infantil.
 - O guião de trabalho deve permitir aos diferentes grupos o trabalho com fontes e indicadores demográficos e o respectivo tratamento estatísticos seguido de um relatório que explique as causas do fenómeno.
 - A investigação culmina com a comunicação à turma dos resultados dos vários grupos.

5.3. Sugestões de aprofundamento

- a) Como ajudar os outros.
 - Debater o significado das redes de previdência informal nas famílias e na sociedade portuguesa sobretudo no apoio aos idosos e doentes. Quais as formas de ajuda social fora do sistema público? Em situações de doença ou ausência de meios de subsistência que tipo de ajuda pode ser prestada às pessoas? Quais as organizações de solidariedades que actuam neste domínio? Como podemos participar em redes voluntárias de solidariedade?
 - Identificar as principais carências de apoio e ajuda social e, a partir daí, preparar as questões para uma entrevistas (dentro ou fora sala de aula) a profissionais da área que possam esclarecer o tema. Esta actividade pode ser complementada com a identificação dos benefícios garantidos pelo sistema público de protecção e segurança social.
- b) Atlas da demografia portuguesa.
 - Com base em dados publicados pelo INE, recolher informação que permita cartografar os aspectos mais significativos da demografia portuguesa actual. Entre outros podem ser seleccionados os seguintes indicadores: densidade da população, taxas de natalidade e mortalidade, esperança média de vida, taxa de mortalidade infantil e outros.
 - Os resultados da cartografia dos vários indicadores devem ser analisados de forma a contribuir para a compreensão da distribuição do fenómeno.
 - O conjunto do trabalho pode ser reunido num atlas de turma.

6 | Sugestões de avaliação

A avaliação deve incidir sobre o processo e produtos devendo o professor definir critérios para ambos. Os critérios para além de adequados ao público e ao contexto deverão permitir registar os níveis de desempenho dos diferentes alunos. O trabalho final poderá revestir a forma de um portefólio ou de um relatório de evidências das tarefas realizadas e dos objectivos atingidos. As actividades de auto e hetero-avaliação devem integrar este processo.

7 | Bibliografia / Outros recursos

ALMEIDA, A. Nunes; VILAR, Duarte; ANDRÉ, I. Margarida; LALANDA, Piedade (2004), *Fecundidade e Contracepção: Percursos de Saúde Reprodutiva das Mulheres Portuguesas*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Módulo C8: *Fecundidade e Envelhecimento: Famílias em Mudança*

DUPÂQUIER, Jacques (2002), *A População Mundial no Século XX*. Lisboa: Instituto Piaget.

LEVET, Maximilienne (1998), *Viver depois dos 60 Anos*. Lisboa: Instituto Piaget.

MCLAREN, Angus (1997), *História da Contraceção: da Antiguidade à Actualidade*. Lisboa: Terramar Editores.

MENDES, Fernando Ribeiro (2005), *Conspiração Grisalha: Segurança Social, Competitividade e Gerações*. Oeiras: Celta Editora.

NAZARETH, J. Manuel (1996), *Demografia – a Ciência da População*. Lisboa: Editorial Presença.

SOUSA, L.; FIGUEIREDO, D.; Cerqueira, M. (2004), *Envelhecer em Família: Cuidados Familiares na Velhice*. Porto: Ambar.

Recursos na Internet disponíveis em Dezembro de 2005

Associação para Planeamento da Família – www.apf.pt/

Associação Portuguesa de Famílias Numerosas – www.apfn.com.pt/

Biblioteca Virtual de Saúde Reprodutiva – www.prossiga.br/

Europstat – <http://epp.eurostat.cec.eu.int/>

Instituto Nacional de Estatística – www.ine.pt/

Portal da Juventude – www.juventude.gov.pt/

Portal do Governo – www.portugal.gov.pt/

Segurança Social – www.seg.social.pt/

MÓDULO C9

Género e Igualdade: Todos os Homens são Livres, e a Mulheres?

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social. **(Artigo 13º da Constituição da República Portuguesa).**

As conquistas feministas, actualmente encaradas com naturalidade no mundo ocidental, resultaram das denúncias e da luta contra as práticas sexistas. A luta pelos direitos das mulheres foi um processo difícil e moroso e o combate pela igualdade custou vidas humanas e exigiu uma imensa coragem de muitas mulheres e de alguns homens que, desde meados do século XIX, desencadearam o movimento para os direitos das mulheres.

O feminismo é sinónimo de luta pela igualdade entre géneros e tem origem nos movimentos de mulheres que, na Europa e nos Estados Unidos da América, conseguiram num primeiro momento reivindicar educação e direitos políticos. Essa primeira vaga do feminismo culminou com a conquista do direito de voto no início do século XX. Entre 1918 e 1920, as mulheres adquiriram direito ao voto na maioria dos países europeus e nos Estados Unidos. A concretização do direito à educação ocorreu ao longo de todo o século, em primeiro lugar nos países anglo-saxónicos e depois no resto da Europa e um pouco por todo o Mundo.

A segunda vaga de feminismo vai sobretudo lutar pela igualdade de oportunidades no emprego e no trabalho. Esta vaga desenvolveu-se, mais uma vez, a partir dos Estados Unidos na sequência da 2.ª Guerra Mundial ganhando expressão na Europa a partir dos anos sessenta, do século XX. Durante muitos séculos, as mulheres interiorizaram estereótipos e imagens negativas de si próprias vivendo em condição de dependência financeira. Esta situação criou, e ainda cria, dificuldades acrescidas à participação plena de um maior número de mulheres na vida pública e na carreira política. A paridade no trabalho e na política constituem as duas principais reivindicações feministas nas sociedades ocidentais neste início de século.

Módulo C9: Género e Igualdade: Todos os Homens são Livres, e as Mulheres?

Em Portugal, a igualdade de direitos entre géneros está consagrada na Constituição da República desde 1976, e é plenamente assumida no Direito Civil Português. No domínio familiar, a lei portuguesa reconhece à mulher a plena igualdade com base no princípio da não discriminação entre sexos. Esta situação reflecte-se nos dispositivos legais que regulam o casamento, o divórcio, o poder paternal, a adopção e a união de facto. Apesar das novas gerações terem crescido numa sociedade livre e democrática onde o acesso à educação, em condições de igualdade, é uma realidade, permanecem desigualdades evidentes sobretudo no mercado de trabalho.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, em 2005 as mulheres constituíam 51,7% da população portuguesa e, apesar da sua crescente participação nos mais diversos sectores da vida nacional, persistem desigualdades relativamente aos homens. O emprego, o nível das remunerações, o acesso a cargos de chefia e a divisão do trabalho doméstico têm sido sempre desfavoráveis ao género feminino.

Além dos problemas de pobreza e de exclusão social, o universo feminino é ainda hoje, nos mais diversos lugares e contextos, abalado pela violência. Em Portugal, como noutros países, a violência contra as mulheres, quer na família, quer na sociedade, é um problema de enorme gravidade.

Se todos os homens são livres e iguais em direitos, o tema deste módulo coloca-nos perante a indagação da condição feminina, no domínio dos direitos a que todos temos direito. As desigualdades, visíveis ou invisíveis, tenderão a aprofundar-se se não forem denunciadas e contrariadas por medidas concretas. Esta é a finalidade para a qual as competências deste módulo pretendem contribuir.

Nota: Este módulo tomou como referência essencial na definição de competências e conteúdos o “II Plano Nacional para a Igualdade 2003-2006” (www.cidm.pt). Os aspectos ligados à saúde reprodutiva e sexual serão objecto de tratamento no módulo C10.

2 | Competências Visadas

- Reconhecer a promoção da igualdade entre mulheres e homens como parte integrante da promoção dos direitos humanos.
- Reconhecer situações concretas de promoção da igualdade de oportunidades nos domínios familiar e doméstico.
- Ter consciência das diferenças no acesso ao emprego, nível de remunerações e de progressão na carreira, entre mulheres e homens.

Módulo C9: *Género e Igualdade: Todos os Homens são Livres, e as Mulheres?*

- Analisar criticamente as mensagens que veiculam estereótipos de papéis sociais, de homens e mulheres, nos diversos espaços da sociedade.
- Demonstrar a vulnerabilidade das mulheres perante os fenómenos da pobreza, exclusão social e violência.
- Reconhecer o papel do Estado e das organizações da sociedade civil na promoção da igualdade entre géneros.
- Perspectivar formas de organização social onde homens e mulheres participem de forma mais igual em todas as esferas da vida social, económica e política.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Indicar medidas concretas para promover a igualdade no trabalho.
- Referir formas de conciliar a vida familiar e profissional.
- Indicar formas de repartição equilibrada das responsabilidades familiares e domésticas.
- Identificar estereótipos e comportamentos discriminatórios com base no género.
- Encorajar a participação na vida política de adolescentes e jovens de ambos os sexos.
- Identificar formas de violência contra as mulheres.
- Referir medidas preventivas e punitivas em relação à violência.
- Mencionar formas de ultrapassar situações de pobreza e de exclusão social de mulheres.
- Indicar organizações de defesa dos direitos das mulheres e promoção da igualdade.

4 | Conteúdos

- Género e igualdade: assimetrias de direitos e deveres entre homens e mulheres.
- Actividade profissional e vida familiar
 - Trabalho, emprego e protecção da maternidade e da paternidade
 - Conciliação da vida profissional e familiar
- Educação, Formação, Informação e Comunicação Social.
- Cidadania e Inclusão Social
 - Poder e tomada de decisão
 - Pobreza e inclusão social
 - Mulheres imigrantes e de minorias étnicas e culturais
 - Violência contra as mulheres
- Entidades e organizações no domínio da igualdade entre géneros.

5 | Orientações metodológicas

5.1. Como Começar

- a) Igualdade de direitos e deveres.
 - Iniciar uma troca de ideias com os alunos sobre o significado da expressão “igualdade de oportunidades”. Perguntar aos alunos se consideram que os direitos e deveres das mulheres e dos homens na sociedade portuguesa são efectivamente iguais.
 - Solicitar que a resposta seja precedida de uma reflexão e que possam ser apresentadas situações concretas em diferentes domínios: casa, trabalho, vida pública.
 - Concluir com apresentação aos alunos do enquadramento constitucional e legal da igualdade de direitos de mulheres e homens.
- b) Estereótipos e discriminação.
 - Com base em anúncios publicitários e excertos de programas televisivos, pedir aos alunos que identifiquem os estereótipos em presença, relativos aos papéis do homem e da mulher na sociedade. A tarefa pode ser desenvolvida em pares a partir duma explicação inicial clarificadora do conceito e de um guião de análise dos diferentes suportes (anúncios ou outras peças mediáticas).
 - Os alunos apresentam os resultados à turma e debatem a relação dos estereótipos com a naturalização de comportamentos discriminatórios.
 - No final os alunos redigem as conclusões num relatório de síntese.

5.2. Sugestões de desenvolvimento

- a) Igualdade de direitos na família.
 - Solicitar aos alunos uma investigação que permita sublinhar a igualdades de direitos entre mulheres e homens no âmbito da família. O trabalho pode ser desenvolvido em pequenos grupos, a partir da consulta aos sítios adequados da Internet, devendo incidir nos dispositivos legais que regulam: o casamento, o divórcio, o poder paternal, a adopção e a união de facto.
 - As conclusões podem ser apresentadas simulando uma conferência sobre os direitos na família.
- b) Violência contra as mulheres.
 - Investigar o tema da violência contra as mulheres na família e na sociedade. O tema pode ser tratado em trabalho individual ou em grupo partindo de um debate inicial que permita encontrar os tópicos da investigação.

Módulo C9: *Género e Igualdade: Todos os Homens são Livres, e as Mulheres?*

- As conclusões sobre as diferentes facetas do assunto devem ser apresentadas em relatório e deve ser desencadeada a produção de cartazes de sensibilização da comunidade escolar para a gravidade do problema.

5.3. Sugestões de aprofundamento

- a) A situação da mulher no mundo.
 - Utilizando a metodologia do estudo de caso, desenvolver trabalhos de investigação em grupo que permitam caracterizar a situação das mulheres em diferentes países ou regiões do mundo.
 - Os resultados da investigação podem ser apresentados simulando uma conferência internacional sobre a situação da mulher.
 - Os trabalhos podem também considerar a situação das mulheres imigrantes em Portugal.
- b) As lutas e as conquistas feministas.
 - Investigar a história do Movimento para os Direitos da Mulheres, em Portugal e no Mundo.
 - A investigação deve identificar personalidades que protagonizaram os combates feministas e a respectiva contextualização histórica.
 - No âmbito desta investigação podem ser visionados filmes que abordem a temática do feminismo e da luta pela igualdade de direitos.
 - Os alunos podem apresentar como produto final uma crónica ou uma reportagem para o jornal da escola.

6 | Sugestões de avaliação

A avaliação deve incidir sobre o processo e produtos devendo o professor definir critérios para ambos. Os critérios para além de adequados ao público e ao contexto deverão permitir registar os níveis de desempenho dos diferentes alunos. O trabalho final poderá revestir a forma de um portefólio ou de um relatório de evidências das tarefas realizadas e dos objectivos atingidos. As actividades de auto e hetero-avaliação devem integrar este processo.

5 | Bibliografia / Outros recursos

ALMEIDA, A. Nunes; VILAR, Duarte; ANDRÉ, I. Margarida; LALANDA, Piedade (2004), *Fecundidade e Contraceção: Percursos de Saúde Reprodutiva das Mulheres Portuguesas*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

AMÂNCIO, Ligia (1998). *Masculino e Feminino: a construção social da diferença*. Lisboa: Livros Horizonte (2ª ed.).

Módulo C9: *Género e Igualdade: Todos os Homens são Livres, e as Mulheres?*

CARMO, Isabel do; Lígia AMÂNCIO (2004), *Desamaldiçoar o feminismo, A propósito de Vozes Insubmissas. A história das mulheres que lutaram pela igualdade dos sexos quando era crime fazê-lo*. Lisboa: D. Quixote.

CARVALHO, M. Manuela (1998), *Linhas de Acção a favor da Igualdade para Rapazes e Raparigas*. Lisboa: IIE/ME

CIDM - *Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres*. II Plano Nacional para a Igualdade 2003-2006.

DELAUNAY, Catarina (2001), *O Enredo Conjugal: Uma viagem à realidade quotidiana do consumo*. Lisboa: CIDM.

FERREIRA, A. M. Monteiro (2001), *Desigualdades de Género no Actual Sistema Educativo Português*. Coimbra: Quarteto Editora.

MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luisa (2005). *Dicionário da Crítica Feminista*. Lisboa. Edições Afrontamento.

VICENTE, Ana (2000), *Direitos das Mulheres, Direitos Humanos*. Lisboa: CIDM, 2000.

Recursos na Internet disponíveis em Dezembro de 2005:

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – www.apav.pt

CIDM – Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres – www.cidm.pt/

CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego – www.cite.gov.pt

REDE – Rede Portuguesa para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens–
<http://demulherparamulher.redejovensigualdade.org.pt/>

Investigação jurídica: mulheres e igualdade - <http://www.fd.unl.pt/jp/dmulher.htm>

MÓDULO C10

Promover a Saúde: As Doenças do Nosso Tempo

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

A Constituição da República Portuguesa (CRP) refere que todos têm direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover (CRP – Artigo 64º, nº1). O direito à protecção da saúde (cuidados preventivos, curativos e de reabilitação) é realizado através de um Serviço Nacional de Saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito.

No contexto escolar as práticas quotidianas devem, de modo geral, encorajar um tipo de ensino, de aprendizagem, de relações humanas e de hábitos alimentares que promovam a saúde. O conjunto de competências a desenvolver neste módulo deve contribuir explicitamente para a aquisição de atitudes e conhecimentos relacionados com a promoção da saúde dos adolescentes e dos jovens.

É preciso demonstrar aos alunos que certos hábitos alimentares, a utilização não controlada de certas substâncias químicas, o abuso de medicamentos, o uso de estupefacientes, o consumo de tabaco, a poluição do ambiente, e outros, são comportamentos de risco que, não só exercem uma influência nociva na saúde, como podem ameaçar a longo prazo a nossa própria existência. A generalidade das organizações internacionais no domínio da saúde tem vindo a manifestar a sua preocupação perante o aumento do uso de estupefacientes, incluindo o álcool e o tabaco, assim como a grande incidência das doenças do coração, de cancro e de SIDA.

Apesar de muitos problemas de saúde serem provocados por factores sociais e económicos, sobre os quais, o indivíduo, poucas ou nenhuma possibilidades de controlo directo possui, algumas doenças características do nosso tempo estão associadas ao modo de vida e ao comportamento de cada um. Deste modo, muitas das doenças do nosso tempo são, em grande parte, susceptíveis de prevenção. Embora o primeiro contacto dos alunos com a educação para a saúde seja no ambiente familiar, é a escola que congrega os jovens da faixa etária em que é mais fácil promover um comportamento saudável. Para além da promoção de atitudes positivas relativamente ao corpo, da fixação de hábitos de higiene pessoal e de outras práticas consideradas saudáveis, é preciso prevenir os comportamentos de risco nos adolescentes. Entre os riscos persistentes contam-se os distúrbios alimentares, as práticas

Módulo C10: Promover a Saúde: As Doenças do Nosso Tempo

sexuais que envolvem sexo desprotegido e o consumo de substâncias aditivas, nomeadamente o álcool, o haxixe e outros estupefacientes. As escolas, em cooperação com os centros de saúde e outros serviços especializados, e em colaboração com pais e encarregados de educação, devem desenvolver projectos e iniciativas de promoção da saúde. Este módulo, através das competências que propõe desenvolver, constitui um espaço para o reconhecimento da saúde como um bem que todos temos o dever de promover.

2 | Competências Visadas

- Demonstrar sentido de responsabilidade na promoção da saúde da pessoa e da comunidade.
- Demonstrar apreço pelo seu próprio corpo e pela promoção da saúde individual.
- Reconhecer a importância da prevenção no combate a diferentes doenças.
- Compreender a necessidade de uma alimentação equilibrada.
- Reconhecer consequências do consumo do tabaco, álcool e estupefacientes.
- Compreender a importância do aconselhamento e do planeamento familiar na redução de riscos de maternidade não desejada.
- Reconhecer comportamentos susceptíveis de evitar a propagação de doenças sexualmente transmissíveis (DST).
- Reconhecer o papel das organizações da sociedade civil e das entidades de protecção da saúde na prevenção de riscos e no combate à doença.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Compreender a importância para a saúde da manutenção de uma boa higiene corporal.
- Identificar diferentes formas de prevenção de doenças.
- Justificar a importância da vacinação na prevenção de doenças infecto-contagiosas.
- Identificar os sintomas de doenças relacionadas com as alterações dos hábitos alimentares.
- Explicar os efeitos do consumo de álcool, tabaco e outros estupefacientes.
- Enumerar medidas para desencorajar o consumo de álcool, tabaco e estupefacientes.
- Identificar os diferentes tipos de drogas lícitas e ilícitas.
- Indicar formas individuais e colectivas de combater o consumo de drogas.
- Compreender a importância e referir formas de planeamento familiar.
- Referir os métodos de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis.

Módulo C10: *Promover a Saúde: As Doenças do Nosso Tempo*

- Conhecer as entidades que prestam cuidados de saúde de acordo com as diferentes doenças.
- Referir o papel de organizações não governamentais na promoção da saúde.

4 | Conteúdos

- Saúde como direito da humanidade.
- Dever pessoal de promoção da saúde
 - A imagem do corpo
 - Higiene pessoal
 - Vacinação
 - Perigos da automedicação
- Desvios alimentares: obesidade, bulimia e anorexia.
- Consumo de álcool e tabaco.
- Consumo de drogas lícitas e ilícitas.
- Sexualidade e planeamento familiar.
- Doenças sexualmente transmissíveis.
- Instituições de prestação de cuidados de saúde.
- Organizações da sociedade civil no domínio da saúde.

5 | Orientações metodológicas

5.1. Como Começar

a) Vida saudável.

- Propor a discussão na turma do significado da frase: “A vida saudável é um direito e um dever de todos”.
- Depois de uma troca de ideias inicial, solicitar a redacção de um texto clarificador que indique formas de concretizar o direito à saúde e os deveres aí implicados.
- Pedir que leiam voluntariamente os textos produzidos e concluir sublinhando os contributos que cada um de nós pode dar para uma vida saudável.

b) Prevenir para não remediar.

- Solicitar aos alunos que identifiquem problemas de saúde pública e formas de os prevenir.

Módulo C10: *Promover a Saúde: As Doenças do Nosso Tempo*

- Distribuir os vários problemas por diferentes grupos de alunos. Exemplos de problemas que podem ser objecto de prevenção: obesidade, tabagismo, alcoolismo, toxicodependência.
- Após a identificação de formas de prevenção, com base em fontes seguras, o produto final pode assumir a forma de cartazes de sensibilização para a prevenção dos diferentes problemas de saúde pública ou a produção de artigos para o jornal da escola.

5.2. Sugestões de desenvolvimento

a) As transformações da adolescência.

- Realizar um trabalho de investigação sobre as alterações corporais, psicológicas e comportamentais que ocorrem na puberdade.
- O trabalho pode ser realizado em pequenos grupos, com recurso a fontes diversificadas e pode contar com a colaboração de várias disciplinas.
- O guião da investigação deve incluir a abordagem das dificuldades em manter uma relação satisfatória com o corpo durante a adolescência, bem como as entidades que podem prestar aconselhamento e cuidados de saúde aos adolescentes e jovens.
- O relatório final da investigação deve ser apresentado em plenário de turma.

b) Comportamentos sexuais e Doenças Sexualmente transmissíveis (DST).

- Analisar os comportamentos sexuais dos estudantes e o conhecimento dos métodos de protecção em relação a Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).
- O trabalho pode ser desenvolvido a partir da análise de resultados de estudos realizados sobre os comportamentos de jovens portugueses.
- O inquérito pode ser desenhado com base em instrumentos já utilizados noutros estudos que podem ser adaptados e simplificados. Dada a natureza do assunto a elaboração do inquérito deve ser orientada de perto pelo professor, designadamente verificando na construção e escolha das perguntas de forma a garantir o rigor e o cuidado exigidos e a seguir os procedimentos definidos pelo ofício-circular n.º 59 de 30/10/2003 da DREL.
- A escolha da amostra, a aplicação do inquérito, o tratamento da informação, a discussão dos resultados e a divulgação devem ser objecto de análise e planificação na turma. As várias tarefas devem ser distribuídas por todos os alunos.
- As formas de análise dos resultados devem envolver a comunidade escolar.

5.3. Sugestões de aprofundamento

a) As doenças do nosso tempo.

- Com base em informação de organismos internacionais desenvolver trabalhos de investigação sobre as doenças infecto-contagiosas e outras com maior incidência no mundo actual. A recolha de informação deve procurar saber: o número relativo de casos, as regiões e maior incidência,

Módulo C10: Promover a Saúde: As Doenças do Nosso Tempo

os factores condicionantes e as medidas implementadas e a implementar. Exemplo de doenças a investigar: cólera, malária, tuberculose, SIDA, febre tifóide, cancro e doenças cardiovasculares.

- Os trabalhos podem ser desenvolvidos em pequenos grupos e o relatório final pode ser apresentado utilizando como dispositivo de comunicação a simulação duma conferência da Organização Mundial de Saúde.

b) Visita ao Centro de Saúde

- A partir do debate na turma dos problemas de saúde da comunidade e especialmente dos comportamentos de risco de adolescentes e jovens, preparar uma visita de estudo ao Centro de Saúde da área da escola.
- A visita deve centrar-se no papel do Centro de Saúde face aos riscos e necessidades detectados.
- A logística da preparação e realização da visita deve envolver alunos, o que inclui a preparação de perguntas a colocar no contacto directo com os técnicos de saúde.
- A visita deve ser acompanhada com um guião de tarefas.
- Os resultados devem ser objecto de debate na turma e podem envolver a divulgação de locais e organizações de aconselhamento e prevenção de comportamentos de risco nos adolescentes e jovens.

6 | Sugestões de avaliação

A avaliação deve incidir sobre o processo e produtos, devendo o professor definir critérios para ambos. Os critérios, para além de adequados ao público e ao contexto, deverão permitir registar os níveis de desempenho dos diferentes alunos. O trabalho final poderá revestir a forma de um portefólio ou de um relatório de evidências das tarefas realizadas e dos objectivos atingidos. As actividades de auto e hetero-avaliação devem integrar este processo.

7 | Bibliografia / Outros recursos

ALMEIDA, A. Nunes; VILAR, Duarte; ANDRÉ, I. Margarida; LALANDA, Piedade (2004), *Fecundidade e Contracepção: Percursos de Saúde Reprodutiva das Mulheres Portuguesas*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

CABRAL, Manuel Vilaverde (Coord.) (2002), *Saúde e Doença em Portugal*. Lisboa: ICS.

CORTESÃO, Irene; SILVA, M. Alcina; TORRES, M. Arminda (2005), *Educação para a uma Sexualidade Humanizada: Guia para professores e pais*. Lisboa: Ed. Afrontamento.

Módulo C10: *Promover a Saúde: As Doenças do Nosso Tempo*

VILAR, Duarte (2003), *Falar Disso: A Educação Sexual na Famílias dos Adolescentes*. Lisboa: Edições Afrontamento.

SAMPAIO, Daniel (1993), *Vozes e Ruídos: Diálogos com Adolescentes*. Lisboa: Ed. Caminho.

Recursos na Internet disponíveis em Dezembro de 2005:

APF - Associação para o Planeamento da Família – www.apf.pt

HREA – Human Rights Education Associates – www.hrea.net/

IDT – Instituto da Droga e da Toxicodependência – www.drogas.pt/

MDV – Movimento defesa da vida – www.mdvida.pt/

OMS – Organização Mundial de Saúde – www.who.int/

PAS – Programa Alimentação e Saúde – www.pas.pt/

Portal da Europa – <http://europa.eu.int/>

Portal da Juventude – <http://juventude.gov.pt/portal>

Portal da Saúde – www.min-saude.pt/portal

VIH/SIDA – AidsPortugal – www.aidsportugal.com/

MÓDULO D1

Ambiente e Desenvolvimento I: Problemas Globais, Soluções Locais

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

A expressão “problemas globais, soluções locais” teve origem no famoso relatório da Nações Unidas (1987) da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (“think globally, act locally”). Para um cidadão, pensar globalmente significa reconhecer que as nossas acções e modo de vida têm consequências que vão para além do nosso ambiente local. Soluções locais ou dito de outro modo – agir localmente – significa assumir e partilhar a nossa responsabilidade em mudar o nosso modo de vida de forma a promover o desenvolvimento sustentável a um nível global.

O conceito de desenvolvimento sustentável emergiu nos anos oitenta em resposta à crescente consciência da necessidade de um equilíbrio entre o crescimento económico e o progresso social no que diz respeito ao ambiente e à utilização dos recursos naturais. A melhoria da qualidade de vida humana e a capacidade de preservar os ecossistemas estão no cerne do conceito de desenvolvimento sustentável. A educação, a paz, a saúde e a democracia têm sido apontados como pré-requisitos para um desenvolvimento sustentável que assenta em três pilares: sociedade, ambiente e economia. A importância deste tema e as tarefas educativas que comporta levaram as Nações Unidas a estabelecer o período 2005-2014 como “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável”.

Pensar globalmente e agir localmente significa estar consciente que os problemas globais estão ligados ao comportamento quotidiano e agir de maneira a contribuir para o desenvolvimento humano sustentável. Esta atitude não é um luxo, mas uma necessidade face ao estado actual do ambiente e às obrigações de cidadania num mundo globalizado. Este módulo trata dos temas e problemas ambientais que o imperativo do desenvolvimento sustentável colocou na agenda da formação dos cidadãos.

2 | Competências Visadas

- Reconhecer a importância do desenvolvimento sustentável à escala local, regional e mundial.
- Identificar os principais problemas ambientais da actualidade e as suas relações com o desenvolvimento.
- Compreender as responsabilidades individuais na promoção de um desenvolvimento sustentável.
- Identificar comportamentos e políticas capazes de promover o desenvolvimento sustentável.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Caracterizar os principais problemas ambientais.
- Conhecer o significado do desenvolvimento sustentável.
- Relacionar o conceito de desenvolvimento com o conceito de ambiente e de desenvolvimento humano.
- Reconhecer as desigualdades nos níveis de desenvolvimento.
- Identificar práticas que colocam em risco a sustentabilidade do planeta.
- Identificar comportamentos individuais relevantes para a sustentabilidade.
- Incentivar um modo de vida coerente com a sustentabilidade.
- Inventariar actividades profissionais no campo do desenvolvimento sustentável.
- Compreender a influência das acções locais nos processos de decisão política.

4 | Conteúdos

- Evolução do conceito de desenvolvimento.
- Pilares do desenvolvimento sustentável: sociedade, ambiente e economia.
- Relações entre a sociedade de consumo e o desenvolvimento sustentável.
- Desigualdades nos modos de produção e consumo nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento.
- Problemas ambientais relacionados com o ar, a água, os resíduos e o ruído.
- Comportamentos capazes de contribuir para evitar a degradação ambiental.
- Protocolos e Convenções internacionais no domínio do ambiente e do desenvolvimento sustentável.

- Exemplos de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento sustentável nos campos do ordenamento do território, dos transportes públicos, dos recursos renováveis e da energia.

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como começar

As catástrofes ambientais que sucedem e são notícia podem ser ponto de partida para a esta abordagem Deverá aproveitar-se sempre que possível os materiais sobre os temas da actualidade que os *media* veiculam (notícias, imagens, mapas...). O levantamento das ideias prévias e da informação que os alunos possuem acerca do tema é sempre o melhor ponto de partida, quer o tema seja a seca, ou as inundações, ou o envenenamento de um rio ou, noutra escala, o degelo das calotes glaciares ou a destruição das florestas tropicais. Nesta primeira etapa da abordagem deverão ser discutidos e compreendidos pelos alunos os conceitos mais significativos.

5.2. Sugestões de desenvolvimento

Os alunos escolhem temas-problema e colocam questões acerca de cada um deles.

- A partir dessas questões desenvolvem uma investigação, em pares ou pequenos grupos, que lhes permita encontrar respostas satisfatórias. As perguntas devem cobrir a generalidade dos objectivos que cada grupo deve atingir no âmbito do problema que investiga.
- Cada grupo produz um *dossier* sobre o tema-problema que estudou e apresenta-o ao grupo-turma.
- A investigação pode culminar na produção de registos para publicação em jornais escolares ou locais ou na colocação das principais conclusões na página da Internet da escola ou da turma.

5.3. Sugestões de aprofundamento

A realização de reportagens sobre temas ambientais constitui uma oportunidade de aprofundamento das competências dos alunos. O projecto de educação ambiental “Jovens Repórteres para o Ambiente” promovido pela associação Bandeira Azul da Europa constitui um incentivo e repositório de boas práticas. A consulta a este e outros sítios da internet pode ajudar a desenhar actividades e projectos. O trabalhos neste tema devem sempre finalizar em acções protagonizadas pelos alunos e que constituam demonstração de competências desenvolvidas.

6 | Sugestões de avaliação

A avaliação deve incidir sobre o processo e os produtos, devendo o professor definir critérios para ambos que sejam do conhecimento de todos desde o início. Os critérios, para além de adequados ao público e ao contexto, deverão ser realistas de modo a permitir registar os níveis de desempenho dos diferentes alunos. O trabalho final deverá funcionar como evidência dos objectivos atingidos e das competências desenvolvidas. As actividades de auto e hetero-avaliação devem integrar este processo.

7 | Bibliografia / Outros recursos

FERREIRA, Eugénio; RODRIGUES, Eloy (2002), *Fontes de Informação em Ambiente*. V. N. Famalicão: Centro Atlântico.

GARCIA, Ricardo (2004), *Sobre a Terra: Um guia para quem lê e escreve sobre ambiente*. Lisboa: Público

LETRIA, José Jorge (2001), *A Ecologia Explicada aos Jovens... e aos Outros*. Lisboa: Terramar editora.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato (1998), *O Futuro Frágil: os desafios da crise global do ambiente*. Lisboa: publicações Europa-América.

Recursos na Internet disponíveis em Julho de 2005:

Sítios e portais relacionados com o ambiente e desenvolvimento sustentável.

Exemplo: Jovens Repórteres para o Ambiente – www.abae.pt; www.youngreporters.org/

MÓDULO D2

Ambiente e Desenvolvimento II: Um Mundo de Contrastes

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

O grande desafio e ameaça que se colocam à sociedade, no início do Terceiro Milénio, são os contrastes de riqueza, saúde e educação que separam os países ricos dos pobres, ou, para usar a designação das Nações Unidas, países desenvolvidos e em desenvolvimento. Outra preocupação é a degradação ambiental, estando as duas intimamente ligadas. Estas problemáticas vão de encontro às preocupações e conteúdos da “Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável – 2005/2014”.

O crescimento económico garante os meios financeiros para a promoção do desenvolvimento mas pode haver crescimento económico sem ser acompanhado de desenvolvimento, ou seja sem uma repartição equitativa da riqueza criada. As desigualdades no crescimento económico podem ser medidas por indicadores que comparam a capacidade de produção da riqueza de países ou regiões, sendo o PIB *per capita* o mais utilizado. Os contrastes de desenvolvimento são medidos por indicadores económicos, socioculturais, demográficos e político-sociais que avaliam a distribuição da riqueza produzida e a capacidade de satisfação das necessidades da população. Um dos indicadores compostos, mais comuns para medir o desenvolvimento, é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ocupando Portugal, em 2005, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a 27ª posição num total de 177 países.

Os debates sobre os contrastes de desenvolvimento são cada vez mais frequentes porque as desigualdades não têm sido reduzidas. Segundo dados publicados pelo PNUD, os países desenvolvidos do mundo ocidental com 20% da população, detêm cerca de 80% da riqueza mundial e são responsáveis por 70% do comércio mundial, cerca de 40% da população mundial vive com menos de 2 euros por dia.

Os contrastes de desenvolvimento verificam-se quer entre espaços de dimensão geográfica diferente, quer no mesmo espaço geográfico entre os vários grupos sociais. Enquanto nos países em desenvolvimento a pobreza persiste e a riqueza está na posse de uma minoria, nos países desenvolvidos mantêm-se bolsas de pobreza e de exclusão social.

Módulo D2: Ambiente e Desenvolvimento II: Um Mundo de Contrastes

Como os países desenvolvidos estão, maioritariamente, localizados a norte dos países em vias de desenvolvimento, habitualmente, associamos os países desenvolvidos a países do Norte e os outros a países do Sul. É frequente falarmos de relações Norte - Sul para designar as relações económico-sociais e políticas que se estabelecem entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. É nos países do sul que se manifestam os maiores obstáculos ao desenvolvimento. Os grandes desafios que se colocam à sociedade global para atingir o desenvolvimento centram-se no combate enérgico à pobreza, no estabelecimento de regras de maior equidade no comércio internacional, de modo a travar a degradação dos termos de troca entre países ricos e pobres e em garantir a sustentabilidade dos ecossistemas.

O compromisso de acabar com a pobreza extrema nas primeiras décadas, deste século, só será possível se os países pobres implementarem um vasto leque de reformas e novas políticas. Estas passam pelo controlo da natalidade, pelo ataque à corrupção e pelo investimento na educação. Os países ricos devem estabelecer regras comerciais mais justas e aumentar a ajuda e a cooperação internacional.

As desigualdades de desenvolvimento são vistas, cada vez mais, como uma injustiça e como um impedimento ao crescimento económico e ao desenvolvimento humano. É urgente reduzir o fosso que separa ricos e pobres. Num mundo interdependente, o futuro não pode ser construído com a pobreza a afectar a maioria da população porque não é sustentável, economicamente, nem defensável em termos políticos e morais. Compreender os contrastes de desenvolvimento no mundo em que vivemos é o desafio proposto neste módulo.

2 | Competências Visadas

- Seleccionar indicadores adequados para medir o crescimento económico e o desenvolvimento.
- Reconhecer factores que influenciam o crescimento económico e o desenvolvimento.
- Relacionar níveis de desenvolvimento com índices de crescimento demográfico.
- Associar crescimento económico a nível de vida e desenvolvimento a qualidade de vida.
- Explicar os contrastes de desenvolvimento a diferentes escalas.
- Reflectir, criticamente, sobre políticas de cooperação e ajuda aos países em desenvolvimento.
- Explicitar medidas de apoio ao desenvolvimento.
- Desenvolver atitudes de tolerância e respeito face a identidades culturais e grupos sociais diversos.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Distinguir crescimento económico de desenvolvimento.
- Justificar a limitação dos indicadores económicos para medir o desenvolvimento.
- Referir a oposição norte-sul face à riqueza e ao desenvolvimento.
- Identificar países com níveis de desenvolvimento diferentes.
- Explicar a evolução dos níveis de conforto e de qualidade de vida.
- Referir contrastes de desenvolvimento a diferentes escalas.
- Enunciar obstáculos ao desenvolvimento.
- Evidenciar a importância da ajuda e da cooperação internacional no apoio ao desenvolvimento.

4 | Conteúdos

- Conceitos de crescimento económico e desenvolvimento.
- Evolução dos conceitos de desenvolvimento e de qualidade de vida.
- Os fins e os meios do desenvolvimento.
- Indicadores de desenvolvimento.
- Desigualdades e desenvolvimento humano.
- Contrastes e interdependências a diferentes escalas.
- Países em desenvolvimento: estudo de casos.
- Obstáculos ao desenvolvimento.
- Níveis de desenvolvimento: desigualdades e interdependências.
- Apoio ao desenvolvimento: ajuda e cooperação internacional.

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como começar?

- a) Escolher imagens que mostrem situações contrastantes de desenvolvimento em diferentes lugares do mundo.
 - Solicitar a descrição de cada uma e um título ou legenda, bem como a identificação de uma região do mundo, ou do país, onde a situação ocorre.

Módulo D2: *Ambiente e Desenvolvimento II: Um Mundo de Contrastes*

- Localizar, num planisfério, os territórios correspondentes às imagens analisadas. Esta actividade pode também ser realizada à escala nacional identificando os contrastes de desenvolvimento entre regiões portuguesas, nomeadamente, entre o continente e as ilhas, entre o litoral e o interior ou entre áreas rurais e urbanas.
- b) Distribuir pequenos textos ou frases relacionados com crescimento económico e desenvolvimento.
 - Em pares, associar cada frase ou texto a um dos conceitos. No final, a análise do grupo-turma deve permitir a consolidação dos conceitos de crescimento económico e de desenvolvimento.

5.2. Sugestões de desenvolvimento

- a) Cartografar os níveis de desenvolvimento.
 - Seleccionar alguns indicadores económicos, socioculturais, demográficos e político-sociais que sejam significativos para demonstrar os contrastes de desenvolvimento entre países.
 - Dividir a turma em pequenos grupos e atribuir a cada grupo um indicador para cartografar e um mapa com a cartografia do IDH. Produzir um pequeno relatório com análise dos contrastes verificados entre os indicadores.
 - No final, analisar em grupo-turma os resultados da actividade desenvolvida.
- b) Seleccionar, na imprensa, notícias que relatem situações de baixos níveis de desenvolvimento.
 - Localizar, no planisfério, as ocorrências e encontrar factores explicativos e eventuais medidas para melhorar a situação.
- c) Visionar um filme ou documentário sobre contrastes de distribuição de riqueza ou de desenvolvimento.
 - Elaborar, previamente, um guião de exploração para os alunos preencherem e, no final, organizar um pequeno debate sobre os assuntos abordados no filme.

5.3. Sugestões de aprofundamento

- a) Realizar um exercício de simulação para reflectir, criticamente, sobre as políticas de ajuda e cooperação com os países pobres.
 - Identificar uma situação problema.
 - Recolher dados estatísticos e imagens sobre a situação e a região onde o problema ocorre e propor medidas de ajuda e cooperação possíveis. A imprensa, a televisão e a *Internet* podem ser meios importantes para preparar o papel e o argumento de cada interveniente. Sugere-se que sejam incluídos os papéis de um governante de um país desenvolvido e um de um país em desenvolvimento, um representante do poder local, um técnico de uma Organização não-Governamental (ONG) e um cidadão afectado pelo problema.
 - Debater com os alunos as soluções apresentadas e os processos desde a tomada de decisão da ajuda até ao destinatário final.

Módulo D2: Ambiente e Desenvolvimento II: Um Mundo de Contrastes

- Nesta linha, para sensibilizar os alunos em questões de desenvolvimento e de ajuda e solidariedade entre os povos podem realizar-se jogos didácticos de simulação que identifiquem factores favoráveis e desfavoráveis ao desenvolvimento das regiões mais pobres e medidas que contribuem para ultrapassar os problemas detectados. Os jogos “*de mãos dadas*” da Oikos, ou outros são uma possibilidade.
- b) Explorar, via *Internet*, o sítio de uma ONG ou entidade governamental que desenvolva projectos de ajuda ou cooperação com países em desenvolvimento ou com regiões de Portugal mais desfavorecidas. Deve averiguar-se a história da entidade, a localização e objectivos dos projectos e os meios envolvidos.
 - Redigir um pequeno relatório ilustrado com a informação recolhida, devendo incluir dados estatísticos e imagens diversas.
- c) Visitar exposições como por exemplo a World Press Photo (as fotos estão disponíveis em <http://www.worldpressphoto.nl/>) ou outras que possam evidenciar contrastes de desenvolvimento.
 - Elaborar um guião de exploração da exposição.
 - Debater no grupo-turma as questões levantadas e redigir uma conclusão.

6 | Sugestões de avaliação

- A avaliação deve incidir sobre o processo e os produtos de aprendizagem e assentar em critérios previamente definidos.
- No âmbito de uma avaliação contínua e formativa deve promover-se a auto e hetero-avaliação do desempenho dos formandos nas actividades desenvolvidas ao longo do módulo. A recolha e tratamento de dados estatísticos e de outro tipo de informação, os relatórios produzidos, bem como os registos da observação do trabalho desenvolvido pelos alunos durante as actividades devem integrar o processo de avaliação.

7 | Bibliografia / Outros recursos

BONIFACE, Pascal (2000), *Atlas das relações internacionais*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas.

CASTELLS, Manuel (2003), *O fim do milénio*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

FRIEDMANN, John (1996), *Empowerment – Uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras: Celta.

GEDOIKOS (2004), *Cadernos temáticos – um só mundo, um só futuro*. Lisboa: Oikos.

LANDES, David (2001), *A riqueza e a pobreza das nações – por que são algumas tão ricas e outras tão pobres*. Lisboa: Gradiva.

OCDE (2005), *Compreender o crescimento económico*. S. João do Estoril: Principia.

PNUD (2005), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005.*, Lisboa.

SEN, Amartya (2003), *O desenvolvimento como liberdade*. Lisboa: Gradiva.

Obs. Para este módulo podem ser consultados manuais escolares de Geografia do 3º ciclo do ensino básico que tratam o tema Contrastes de desenvolvimento e CD-ROM como a Encarta ou a Diciopédia.

Recursos na Internet disponíveis em Dezembro de 2005:

Instituto Nacional de Estatística – www.ine.pt

ONU (Gabinete em Portugal) – www.onuportugal.pt

ONU – www.un.org

PNUD – www.undp.org

PNUD - Relatório do Desenvolvimento Humano 2003 - <http://hdr.undp.org/reports/global/2003/>

Banco Mundial – www.worldbank.org

Banco de Portugal – www.bportugal.pt

Centro Norte-Sul do Conselho da Europa - http://www.coe.int/T/E/North-South_Centre/

FMI – www.imf.org

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – IPAD - <http://www.ipad.mne.gov.pt>

INDE – Intercooperação e desenvolvimento - <http://www.inde.pt>

Médicos sem Fronteiras - <http://www.msf.org.br/>

OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento – www.oikos.pt

World Press Photo-<http://www.world.pt>

MÓDULO D3

Coesão Económica e Social: Aproximar as Regiões da Europa

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

A coesão económica e social exprime a solidariedade entre os Estados-Membros e as regiões da União Europeia (EU). Favorece o desenvolvimento equilibrado do território comunitário, a redução das diferenças estruturais entre as regiões da União Europeia, bem como a promoção de uma verdadeira igualdade de oportunidades entre as pessoas. A política regional da União Europeia consiste, essencialmente, em transferências financeiras do orçamento comunitário para as regiões e os sectores da população mais desfavorecidos. Estas transferências processam-se através de fundos específicos — o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas (IFOP) e o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA). Além destes fundos estruturais, existe um Fundo de Coesão. Este serve para financiar infra-estruturas de transportes e projectos no domínio do ambiente nos países da União com um PIB *per capita* inferior a 90% da média comunitária. Até 2005, os países beneficiários deste fundo têm sido a Espanha, a Grécia, a Irlanda e Portugal.

Em resultado dos sucessivos alargamentos da UE, a política de coesão económica e social deverá concentrar-se, ainda mais, nos problemas cruciais de desenvolvimento, sem deixar de continuar a apoiar, igualmente, as regiões que não tiverem ainda concluído o seu processo de convergência real. Continuam a ser, igualmente, necessárias intervenções nas zonas geográficas que se deparem com dificuldades estruturais específicas: zonas industriais em reconversão, zonas urbanas, rurais ou dependentes da pesca, zonas com graves desvantagens naturais ou demográficas.

A concretização da política de coesão em Portugal, realizada através dos Quadros Comunitários de Apoio (QCA) e dos Programas Operacionais (PO), tem uma orientação estratégica semelhante à europeia. Neste sentido, o esforço de coesão nacional procura privilegiar a dimensão redistributiva e assim reduzir os desequilíbrios regionais de desenvolvimento e contrariar a dinâmica prevalecente de concentração dos activos económicos nas regiões e áreas já mais desenvolvidas. Os fundos estruturais da União Europeia financiados pelo orçamento comunitário completam e estimulam o investimento do sector privado e dos governos nacionais e regionais. Esta tem sido a forma de aproximar o desenvolvimento das regiões europeias.

Módulo D3: *Coesão Económica e Social: Aproximar as Regiões da Europa*

Os governos têm a obrigação de definir políticas capazes de fomentar a coesão da sociedade e financiá-las através do respectivo Orçamento do Estado. Ao referirmos o Orçamento do Estado (OE), designamos um documento que contém o plano anual das despesas e receitas do Estado. Nesse documento, estão incluídas as despesas e receitas do chamado Sector Público Administrativo, o qual inclui a Administração Central, as Regiões Autónomas, as Autarquias Locais, os Fundos e Serviços Autónomos e a Segurança Social. As receitas provêm, essencialmente, da cobrança de impostos no âmbito do sistema fiscal português. Tal como qualquer orçamento – empresarial, familiar ou outro – o Orçamento do Estado obriga a ajustar recursos e despesas, criar previsões e estabelecer prioridades.

Compreender a importância da coesão económica social e o papel das políticas da União Europeia e dos governos nacionais, na aproximação dos níveis de desenvolvimento regional, constitui a grande finalidade deste módulo.

2 | Competências Visadas

- Demonstrar a importância da coesão económica e social através do recurso a exemplos de medidas concretas para a sua promoção.
- Identificar políticas de coesão económica, social e territorial em Portugal e na União Europeia
- Distinguir regiões com diferentes níveis de desenvolvimento, no espaço da União Europeia.
- Reconhecer o papel dos fundos europeus e do Orçamento do Estado no desenvolvimento regional.
- Reconhecer os objectivos e funções do sistema fiscal português.
- Explorar o sentido dos impostos e a forma como responsabilizam cada cidadão na prossecução dos objectivos de desenvolvimento económico e social.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Relacionar a coesão económica e social com o desenvolvimento regional.
- Indicar desigualdades económicas e sociais ao nível local, nacional e europeu.
- Utilizar indicadores para caracterizar os níveis de desenvolvimento regional em Portugal e na Europa.
- Indicar objectivos prioritários dos fundos europeus de apoio ao desenvolvimento.

Módulo D3: *Coesão Económica e Social: Aproximar as Regiões da Europa*

- Explicar a função do Orçamento do Estado e do sector privado na promoção da coesão económica e social.
- Referir o regime dos principais impostos do sistema fiscal português.
- Valorizar uma distribuição mais justa de bens e de oportunidades.

4 | Conteúdos

- Coesão Económica e Social e Desenvolvimento Regional
 - Conceitos de desenvolvimento e de coesão
 - Políticas de Desenvolvimento Regional na UE
- A economia portuguesa e o Orçamento do Estado
 - O financiamento público e privado ao desenvolvimento
 - Os principais impostos e as categorias de rendimentos tributáveis
- Desenvolvimento Regional em Portugal e na UE
 - Indicadores sociais e económicos
 - Caracterização das regiões em função do nível de desenvolvimento

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como Começar

- a) Esclarecer o alcance da expressões: “coesão económica e social” e “desenvolvimento regional”. A situação de aprendizagem pode ser desenvolvida a partir de um diálogo aberto com base em ideias que os alunos associem a cada expressão.
- b) Discutir exemplos de medidas e situações de promoção da coesão económica e social. Pode recorrer-se a relatos de situações conhecidas e a informação veiculada pelos *media* designadamente, artigos de jornal. Após a leitura e troca de opiniões (em pares, por exemplo) é fundamental retirar conclusões sobre a necessidade dessas medidas.

5.2. Sugestões de desenvolvimento

- a) Atlas das regiões europeias.
 - Em trabalho de pequenos grupos e com base na informação recolhida (em publicações ou na *Internet*) nos organismos oficiais da UE, seleccionar um conjunto de indicadores sócio-económicos das diferentes regiões e países europeus.
 - Cartografar os vários indicadores numa base de mapa das regiões da UE e juntar uma curta nota explicativa.

Módulo D3: *Coesão Económica e Social: Aproximar as Regiões da Europa*

- Reunir os vários mapas obtidos na turma de forma a poder apresentar um Atlas das desigualdades regionais europeias.
- b) Pagar impostos.
 - Preencher uma declaração de rendimentos. Recolher na Internet ou numa Repartição de Finanças os impressos necessários à declaração de IRS e de IRC.
 - Simular situações individuais diferentes, relativamente aos rendimentos auferidos, preencher os impressos a partir das instruções respectivas.
 - Fazer o cálculo dos impostos a pagar.
 - Solicitar esclarecimentos junto dos postos de atendimento dos bairros fiscais ou no sítio respectivo da *Internet*.
 - Identificar os chamados impostos indirectos e recolher dados que permitam avaliar o seu peso relativo no OE.
 - Investigar o destino dos impostos a partir de uma análise (em termos gerais e simplificados) das despesas do Estado previstas no respectivo orçamento.

5.3. Sugestões de aprofundamento

Conhecer e viajar na Europa.

- Em trabalho de pares partir para a simulação de uma viagem por diferentes países e regiões europeias. Construir um itinerário que envolva a caracterização do estado de desenvolvimento social e económico das diferentes regiões incluídas na viagem. Incluir no itinerário os elementos de carácter cultural, lúdico que ajudem a compreender o potencial turístico e a reconhecer a diversidade das paisagens europeias.
- Apresentar os resultados da investigação recorrendo a suportes diversificados.

6 | Sugestões de avaliação

A avaliação deve incidir sobre o processo e produtos devendo o professor definir critérios para ambos. Os critérios para além de adequados ao público e ao contexto deverão permitir registar os níveis de desempenho dos diferentes alunos. O trabalho final poderá revestir a forma de um portefólio ou de um relatório de evidências das tarefas realizadas e dos objectivos atingidos. As actividades de auto e hetero-avaliação devem integrar este processo.

7 | Bibliografia / Outros recursos

BARRETO, António (org.) (1996), *A Situação Social em Portugal 1960-1995*. Lisboa: ICS.

COMISSÃO NACIONAL JUSTIÇA E PAZ (2005), *Cidadania Activa – Desenvolvimento justo e sustentável*. Abrigada: Editora Cidade Nova.

Módulo D3: *Coesão Económica e Social: Aproximar as Regiões da Europa*

FONTAINE, Pascal (2003), A Europa em Doze Lições. Documentação Europeia: Comissão Europeia.

MENDES, F. Ribeiro (2005), Conspiração Grisalha – Segurança Social, competitividade e gerações. Oeiras. Celta Editora.

VALLET, Odon (1995), O Estado e a Ecologia da Política. Lisboa: Instituto Piaget.

Relatório do Orçamento do Estado

Recursos na Internet disponíveis em Outubro de 2005

Portal da União Europeia – <http://europa.eu.int/>

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – www.mtss.gov.pt

Portal do Governo – www.portugal.gov.pt

Portal do Cidadão - www.portaldocidadao.pt

Direcção_geral de Impostos- www.dgei.min-financas.pt

Direcção_geral do Orçamento- www.dgo.pt

MÓDULO D4

Consumo Esclarecido: Todos somos Consumidores

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

O aparecimento da produção em massa, característica da sociedade de consumo, lança no mercado uma grande variedade de produtos e serviços, perante os quais, muitas vezes, o consumidor carece de informação que fundamente uma escolha acertada, baseada na melhor relação qualidade/preço. Desde os anos cinquenta que ganhou consistência a prática de sujeição dos produtos a ensaios e testes laboratoriais que determinem com rigor a qualidade e características anunciadas pelos produtores. Esta metodologia constitui a base da estratégia de intervenção das associações de consumidores. Aos critérios de qualidade devem acrescentar-se os requisitos ambientais – a proliferação das marcas verdes é um fenómeno que caracteriza os últimos 20 anos. A progressiva consciencialização das populações, relativamente a problemas ambientais, tais como o desperdício de recursos, a contaminação do ar e da água, tem conduzido as organizações dos consumidores a ampliar a sua esfera de acção.

A evolução das políticas de consumo conduziu à consagração de quatro direitos fundamentais dos consumidores: o direito à segurança, o direito a estar informado, o direito à escolha e o direito a ser ouvido. As legislações nacionais nos países desenvolvidos tendem a reflectir as crescentes preocupações e modos de actuar no âmbito da defesa dos consumidores.

O avanço das reivindicações dos consumidores relativamente a distorções do mercado e a acção das organizações de defesa dos consumidores, permite falar em consumerismo. O termo consumerismo é uma designação genérica para a protecção e promoção dos interesses dos consumidores, nomeadamente a melhoria do funcionamento do mercado através da introdução de medidas de justiça social e económica. O consumerismo consiste na acção social de grupos, instituições e pessoas que procuram fazer valer os direitos legítimos do consumidor, melhorar a qualidade de vida e afirmar valores através da participação cívica e política no âmbito do consumo. Em suma, estamos no campo do consumo esclarecido por oposição ao consumismo que se traduz num consumo sem critérios e com riscos sociais como o endividamento e o desperdício.

Os comportamentos consumistas ficam frequentemente a dever-se à enorme influência da publicidade em todos os grupos sociais. As atitudes que a publicidade veicula fazem passar, mais ou menos

Módulo D4: *Consumo Esclarecido: Todos somos Consumidores*

directamente, a mensagem de que a posse de determinado produto ou marca nos diferencia no sentido positivo. É preciso estimular o sentido crítico e aprender a descodificar as imagens/mensagens das campanhas publicitárias e distinguir a realidade da ficção na sociedade de consumo. Aprender a importância do consumo esclarecido, numa sociedade onde todos somos consumidores, é o principal desafio deste módulo.

2 | Competências Visadas

- Ter consciência da existência de aspectos que um consumidor esclarecido deve observar
- Explicitar os aspectos que um consumidor esclarecido deve observar no acto de consumo
- Demonstrar atitudes críticas face ao consumismo
- Demonstrar espírito crítico face às mensagens publicitárias
- Reconhecer os direitos e responsabilidades dos consumidores face a situações concretas
- Ter consciência do papel das organizações de defesa dos consumidores na promoção de um consumo esclarecido
- Evocar direitos do consumidor consagrados nas leis nacionais.
- Reconhecer situações de consumo esclarecido por oposição a situações de consumismo

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Identificar direitos e responsabilidades dos consumidores.
- Enunciar a diferença entre consumo esclarecido e consumismo.
- Indicar organizações de defesa do consumidor.
- Identificar o enquadramento legal dos direitos do consumidor.
- Relacionar consumo com degradação ambiental.
- Identificar riscos sociais do consumo.
- Reconhecer a influência da publicidade nas decisões dos consumidores.
- Reconhecer a influência das estratégias de venda nas decisões dos consumidores.
- Identificar novas formas e tipos de consumo.

4 | Conteúdos

- Breve caracterização da sociedade de consumo.
- Direitos fundamentais dos consumidores.
- Papel das organizações de defesa dos consumidores.
- Organismos públicos e legislação de protecção aos direitos do consumidor.
- Importância do marketing e da publicidade nas decisões dos consumidores.
- Consequências ambientais e riscos sociais do consumo.
- Orçamento familiar: consumismo e poupança.
- Crédito ao consumo e endividamento das famílias.
- Novas formas e tipos de consumo.

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como começar

- a) Todos somos consumidores.
 - Debater com os alunos o significado e as consequências desta situação colocando questões como as que seguidamente se indicam: Quando compramos ou vendemos estamos conscientes dos nossos actos? Qual foi a última compra importante que fizemos? Quem influenciou a nossa escolha? Que cuidados tivemos com a qualidade do produto? Procuramos obter desconto? Esperámos pelos saldos? Estamos satisfeitos com as características do produto?
 - Terminar o debate com a redacção de um conjunto de conselhos (entre 7 a 10) para fazermos um consumo cuidadoso e esclarecido.
- b) Vivemos numa sociedade de consumo.
 - Caracterizar a sociedade de consumo em que vivemos partindo da análise das seguintes afirmações: i) A sociedade e consumo assenta na liberdade de escolha de cada um, mas também na massificação dos comportamentos; ii) Numa sociedade dominada pela predisposição para a compra, a publicidade determina os nossos critérios de consumo.
 - Concluir a caracterização com a indicação de aspectos positivos e negativos da sociedade de consumo em que vivemos.
 - Pode partir-se de um trabalho de pares seguido de partilha em plenário para chegar a uma lista de características comum à turma.

5.2. Sugestões de desenvolvimento

a) O Orçamento familiar.

- Formar dois ou três grupos e pedir a cada um a elaboração do orçamento de uma família de quatro pessoas para um mês, partindo do princípio que dispõem de 1500 Euros para despesas que devem incluir a alimentação, a roupa, a renda ou prestação da casa, saúde e outras consideradas úteis.
- Cada grupo apresenta o respectivo orçamento que deve ser discutido atendendo aos factores que fazem mudar as despesas de uma família para outra. Podem ser discutidos os factores dos quais dependem as despesas das famílias portuguesas.
- Finalizar a análise discutindo a importância da atribuição pelo Estado de ajudas às famílias carenciadas.

b) “Carta do Consumidor Reciclador” (disponível em: Beja Santos, *O Livro dos Consumidores*, Lisboa: Bertrand Ed., 1994, p. 333-4).

- Em trabalho de pares ou pequenos grupos propor a leitura da carta e para cada princípio identificar: o que já faço, o que penso vir a fazer, o que não consigo fazer.
- Expor os resultados em plenário justificando as situações. Estes resultados podem ser também afixados na sala de aula para poderem ser recordados por todos.

c) Analisar o consumo dos jovens.

- Onde gastam os jovens o dinheiro? Quanto dinheiro têm para gastar? Quais as actividades económicas vocacionadas para o mercado juvenil? Onde recolhem a influência para comprar determinados produtos?
- Desenvolver uma pesquisa junto de um grupo de jovens, que a partir da elaboração, aplicação e tratamento de um questionário, permita responder às questões formuladas.

5.3. Sugestões de aprofundamento

a) Direitos dos consumidores.

- A partir de um inventário de casos e situações concretas responder a questões como as seguintes: Como podemos proceder quando não estamos satisfeitos com os serviços prestados por uma empresa? Quem protege os interesses dos consumidores? Quais as leis e organizações existentes em Portugal? O que aconteceria se não existissem essas organizações? Como fazer valer os direitos dos consumidores em cada situação?

b) Explorar as temáticas do módulo a partir do visionamento de um dos filmes sugeridos nos recursos deste módulo (ou outro considerado pertinente).

- Tendo em atenção as competências visadas, construir um guião de exploração que torne o visionamento num momento eficaz de aprendizagem.

6 | Sugestões de avaliação

A avaliação deve incidir sobre o processo e produtos devendo o professor definir critérios para ambos. Os critérios para além de adequados ao público e ao contexto deverão permitir registar os níveis de desempenho dos diferentes alunos. O trabalho final poderá revestir a forma de um portefólio ou de um relatório de evidências das tarefas realizadas e dos objectivos atingidos. As actividades de auto e hetero-avaliação devem integrar este processo.

7 | Bibliografia / Outros recursos

AAVV (1997), *A Educação do Consumidor. Elementos para a sua compreensão*. Lisboa: Instituto do Consumidor.

ROCHEFORT, Robert (2000), *O Consumidor Empreendedor*. Lisboa: Instituto Piaget.

SANTOS, Beja (1994), *O Livro dos Consumidores*. Lisboa: Bertrand Ed.

Revista Proteste

Filmes de ficção ou documentários constituem recursos a mobilizar, alguns exemplos:

- “Super Size Me”, Morgan Spurlok, 2004
- “O Século do Povo - A Era da Prosperidade”, Ediclube, 1997

Recursos na Internet disponíveis em Outubro de 2005:

APA - Associação Portuguesa de Anunciantes – www.apan.pt

APDC - Associação Portuguesa de Direito do Consumo – www.apdconsumo.pt

DECO - Associação Portuguesa de Defesa dos Consumidores – www.deco.pt

IC - Instituto do Consumidor - www.ic.pt

MÓDULO D5

Urbanização Sustentável: Viver (n)as nossas Cidades

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

Mais de metade da população mundial vive em áreas urbanas e a outra metade depende das cidades para o seu desenvolvimento social e económico. Na Europa, mais de oitenta em cada cem habitantes vive em áreas urbanas, o que a transforma num “continente de cidades”. Se a grandeza do fenómeno da urbanização coloca enormes desafios ao desenvolvimento sustentável, constitui igualmente um potencial de oportunidades para o progresso social e económico e para a melhoria do ambiente a nível local, nacional e global.

As cidades desempenham o papel de centro de trocas entre áreas próximas e longínquas, rurais e urbanas. As trocas não são apenas de mercadorias e serviços, mas de ideias e informações resultantes da interacção entre pessoas diferentes e provenientes de lugares diversos. As cidades são focos de difusão de inovações, modas e progressos técnicos. O comércio, nas suas diversas formas, constitui um suporte fundamental da vida urbana. Os produtos da cidade, o mercado centrado nas cidades, a informação e a cultura dão aos espaços urbanos um papel determinante no desenvolvimento sustentável.

Sendo lugares onde se concentra a maioria da população, é nas cidades que assume maior importância a qualidade de vida e o bem-estar das populações. A qualidade dos espaços urbanos é indissociável da qualidade de vida dos respectivos habitantes e resulta de factores que vão, desde a oferta de emprego, às condições de habitação, educação e lazer. Os meios de comunicação constituem um factor decisivo na promoção das cidades, divulgando aspectos como o património monumental, a gastronomia e a vida cultural e até a hospitalidade. Os poderes públicos investem também em eventos que possam, através do protagonismo que dão aos lugares, contribuir para melhorar a qualidade e as condições de sustentabilidade.

As cidades são espaços de relação e de troca, de encontro e de comunicação, de trabalho, criação e lazer. Todos aqueles que vivem (n)a cidade podem converter-se em cidadãos activos, decididos, críticos e participativos na construção de um urbanismo sustentável. O melhor conhecimento dos espaços urbanos e da lógica da sua organização contribui para uma melhor participação nas diferentes instâncias da vida urbana: desde o condomínio e das relações de vizinhança, aos órgãos das autarquias, passando pelas escolas, empresas, clubes e outras instituições que integram a cidade. O território urbano pode ser

Módulo D5: Urbanização Sustentável: Viver (n)as Nossas Cidades

encarado como espaço educativo em si mesmo, cuja compreensão ajuda a promover a coesão e o equilíbrio social essenciais à sustentabilidade urbana.

2 | Competências Visadas

- Analisar a distribuição e localização das principais cidades no território nacional e nos diferentes continentes.
- Reconhecer a estrutura e funções em diferentes tipos de cidades.
- Relacionar a organização do espaço urbano com a qualidade de vida da população.
- Reflectir criticamente sobre a qualidade ambiental das áreas urbanas.
- Sugerir acções concretas para melhorar a qualidade de vida nos espaços urbanos.
- Demonstrar espírito crítico face à gestão das cidades e espaços urbanos.
- Identificar requisitos de uma urbanização sustentável como condição indispensável à qualidade dos espaços urbanos.
- Identificar formas de participação na vida urbana no sentido da sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Relacionar a distribuição da população com a distribuição das cidades nos países desenvolvidos e em desenvolvimento.
- Identificar a estrutura funcional em diferentes tipos de cidades.
- Distinguir conceitos de cidade, urbanização e urbanismo.
- Reconhecer a morfologia urbana a partir da observação directa e indirecta.
- Identificar a diversidade de paisagens urbanas em países desenvolvidos e em países em desenvolvimento.
- Identificar os principais problemas urbanos.
- Inventariar problemas das cidades e medidas com vista à melhoria da qualidade de vida dos habitantes.
- Referir os aspectos que contribuem para melhorar a qualidade dos espaços urbanos.
- Referir formas de participação na gestão das cidades e espaços urbanos.

4 | Conteúdos

- Áreas de fixação humana: ruralidade e urbanização.
- As cidades no mundo: diversidade e distribuição.
- Crescimento das cidades: urbanismo e urbanização.
- Morfologia e funções de áreas urbanas.
- Estrutura interna das cidades em países desenvolvidos e em desenvolvimento.
- Problemas das cidades e do modo de vida urbano.
- Impactos sociais e ambientais do crescimento e transformação das cidades.
- A gestão das cidades portuguesas: formas de participação dos cidadãos na gestão das cidades portuguesas.

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como começar

a) A Atracção Urbana.

- Pedir aos alunos que, em pares, refiram um conjunto de razões (mínimo de três) que justifiquem a atracção das pessoas pelas cidades.
- Repetir o exercício apontando razões repulsivas dos espaços urbanos.
- Apresentar os resultados obtidos pelos alunos, fazer o registo síntese no quadro e debater as diferenças e semelhanças encontradas no conjunto da turma.
- Concluir com a identificação (oral ou escrita) do melhor e do pior das nossas cidades.

b) O que é uma cidade?

- Solicitar aos alunos que façam uma lista onde escrevam 10 ideias associadas à palavra cidade.
- Confrontar a lista com a dos colegas em trabalho de pares e terminar extraindo dos vários contributos uma definição de cidade e dos principais conceitos associados.
- Expor as ideias obtidas e concluir comparando-as com conceitos desenvolvidos por especialistas (arquitectos, geógrafos, urbanistas, sociólogos, ...)

5.2. Sugestões de desenvolvimento

a) As maiores cidades do Mundo.

- Construir o quadro das 20 maiores cidades do mundo e seleccionar um conjunto de indicadores que seja significativo para caracterizar cada cidade.

Módulo D5: Urbanização Sustentável: Viver (n)as Nossas Cidades

- Distribuir as cidades pelos alunos e pesquisar imagens, descrições, indicadores e informação diversa que permita caracterizar cada uma das cidades. Exemplo de possíveis indicadores e informações a considerar: habitantes, visitantes, clima, poder de compra, património, língua, gastronomia...
- Concluir com um plenário que possa, por exemplo, simular um encontro de responsáveis das diferentes cidades que apresentam as respectivas potencialidades: qualidade de vida, turismo....
- b) A Planta das cidades.
 - Recolher plantas de diferentes cidades. Analisar as diversas plantas com o objectivo de reconhecer diferentes morfologias, as fases de crescimento e os factores que estão na origem das diferentes estruturas urbanas.
 - Concluir com a elaboração de um relatório onde se identifiquem problemas e potencialidades dos espaços urbanos estudados.

5.3. Sugestões de aprofundamento

- a) Problemas urbanos.
 - Desenvolver um trabalho de investigação em pequenos grupos sobre problemas concretos das cidades ou áreas urbanas de vários países (desenvolvidos e em desenvolvimento).
 - Identificar as medidas e soluções possíveis para melhorar a qualidade de vida nas cidades face aos problemas detectados.
 - Apresentar os resultados à turma recorrendo a dispositivos e suportes de comunicação diversificados.
- b) A Cidade no cinema e no documentário.
 - Compreender a cidade a partir de filmes documentais ou de ficção.
 - Com base no visionamento de filmes onde o território urbano também seja protagonista, identificar problemas e formas de os resolver.
 - O visionamento é mais eficaz com a definição de tópicos para a análise de conteúdo que podem também servir como base para reflexão posterior.

5.4. Sugestões de trabalho de campo

Com recurso ao trabalho de campo construir a planta funcional de um bairro, ou conjunto de ruas da área da escola ou de residência ou mesmo do centro da cidade.

- Fazer a análise da planta funcional obtida e comparar com outras áreas da cidade para identificar as áreas funcionais e reconhecer a estrutura interna do espaço urbano.

6 | Sugestões de avaliação

A avaliação deve incidir sobre o processo e produtos devendo o professor definir critérios para ambos. Os critérios para além de adequados ao público e ao contexto deverão permitir registar os níveis de desempenho dos diferentes alunos. O trabalho final poderá revestir a forma um portefólio ou de um relatório de evidências das tarefas realizadas e dos objectivos atingidos. As actividades de auto e hetero-avaliação devem integrar este processo.

7 | Bibliografia / Outros recursos

BARATA-SALGUEIRO, T. (1992), *A Cidade em Portugal – Uma Geografia Urbana*. Lisboa: Edições Afrontamento.

CABALLO VILLAR M. B. (2001), *A Cidade Educadora – Nova Perspectiva de Organização e Intervenção Municipal*. Lisboa: Instituto Piaget.

DUC, Michel Le; TORDJMAN, Nathalie (2005), *A Cidade Passo a Passo*. Lisboa: Miosótis.

GIRARDET, Silvie (2005), *O Civismo Passo a Passo*. Lisboa: Miosótis.

PELLETIER, Jean; DELFANTE, Charles (2000), *Cidades e Urbanismo no Mundo*. Lisboa: Instituto Piaget.

THUMERELLE, Pierre-Jean (2001), *As Populações do Mundo*. Lisboa: Instituto Piaget.

Exemplos de Filmes:

“Grand Canyon – O coração da Cidade” (2002) de Lawrence Kasdan

“Cidade de Deus” (2002) de Fernando Meireles

Recursos na Internet disponíveis em Dezembro de 2005:

O Portal da cidade – www.portaldacidade.com

Cidade – Centro de Assessoria e Estudos Urbanos – www.ongcidade.org

Viagens e Imagens – www.viagensimagens.com

MÓDULO D6

Globalização e Comércio: Actores do Sistema Mundo

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

A globalização é um fenómeno económico, social, político e cultural, que afecta o nosso quotidiano e as representações dos outros e do mundo. Abrange os vários sectores de actividade e caracteriza-se pelo volume e rapidez de trocas de bens, capitais, serviços, informações e ideias a nível mundial, através de fluxos intensos entre grandes empresas e entidades localizadas nos diferentes continentes. Entre os factores que conduziram a esta situação podemos enumerar a perda de poder do Estado-nação para regular sistemas transnacionais, a revolução tecnológica, dos transportes e das telecomunicações, a liberalização das trocas e a crescente importância das empresas transnacionais / multinacionais. As promessas do mundo globalizado são: mais comércio, mais mercados, mais negócios, mais informação, mais postos de trabalho e mais oportunidades.

A economia mundial está assente em grandes empresas transnacionais que ditam as regras da produção, do mercado de trabalho, do comércio e do sector financeiro, a nível global. Estas complexas redes de circulação internacional acentuaram o aumento das trocas e interdependências a diferentes escalas, desde a local à global. São responsáveis pelo aumento da especialização dos trabalhadores e dos territórios e a consequente segmentação da produção, afastando geograficamente, cada vez mais, produtores e consumidores.

Se, por um lado, a globalização aproxima mais os povos e cria uma tendência para a homogeneização de hábitos de consumo e de formas de vida, por outro lado, integra valores e elementos locais, valorizando as diferenças regionais e locais. As dimensões global e local não são antagónicas, mas complementam-se, para responder de forma mais eficaz aos desafios colocados. Ao lema “pensar global e agir local” juntou-se, mais recentemente, a ideia de “pensar local e agir global”.

Enquanto para alguns a globalização, ao promover a interdependência entre territórios, fomenta o crescimento económico e contribui para uma melhoria generalizada do nível de vida, para outros, este

Módulo D 6: *Globalização e Comércio: Actores do Sistema Mundo*

sistema é responsável pelo aumento do desemprego, da exclusão social e das desigualdades entre países ricos e pobres.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) tem defendido a liberalização das trocas e a diminuição progressiva das barreiras alfandegárias, como forma de contribuir para a diminuição dos preços junto do consumidor, o aumento da competitividade e a criação de riqueza e, assim, promover um desenvolvimento mais rápido das economias. Porém, este mercado livre tem ameaçado salários e o emprego de muitos trabalhadores devido às facilidades de deslocalização de empresas para países com custos de trabalho mais baixos onde, nalguns casos, o respeito dos direitos humanos é posto em causa, nomeadamente através da utilização de mão-de-obra infantil.

A evolução do comércio mundial evidencia uma progressiva degradação dos termos de troca, quer nas mercadorias, quer no tipo de serviços prestados, o que tem contribuído para aumentar a dependência económica dos países em desenvolvimento relativamente aos países desenvolvidos. Enquanto os primeiros fornecem matérias-primas e produtos agrícolas ou industriais de baixa tecnologia, os segundos concentram a sua produção em produtos e serviços de valor acrescentado, pela incorporação de mão-de-obra especializada e de tecnologias de ponta.

Nas últimas décadas, para fazer face a esta situação de distribuição desigual dos benefícios do comércio mundial livre, várias personalidades e organizações não governamentais têm dinamizado projectos de produção e comercialização de produtos, assentes em novos princípios económico-sociais, genericamente designados de comércio justo. Este movimento visa planear, produzir, gerir e comercializar os produtos de forma cooperada e democrática, valorizando toda a cadeia produtiva até ao consumidor final. Entre outros princípios, o comércio justo contempla o trabalho cooperativo, o pagamento do preço justo e o respeito pela identidade cultural dos produtores, estabelecendo uma relação comercial duradoura e facilitadora no acesso ao mercado mundial, promovendo práticas ambientais sustentáveis.

Os objectivos deste módulo centram-se na compreensão das crescentes interdependências económicas e sociais, desenvolvidas à escala mundial, que caracterizam o fenómeno da globalização. Ao dar a conhecer alguns actores da globalização, causas e consequências deste fenómeno pretende-se, também, reflectir criticamente sobre a possibilidade de introduzir mudanças políticas e socio-económicas, que contribuam para diminuir alguns impactos negativos da globalização.

2 | Competências Visadas

- Ter consciência dos efeitos das crescentes interdependências do Sistema Mundo, entre sociedades e territórios com níveis de desenvolvimento diferentes. ...
- Aperceber-se das diferentes dimensões da globalização: económica, social, política e cultural.
- Relacionar a globalização com o aumento de fluxos de pessoas, bens, capitais e informação.
- Compreender o papel dos Estados, das multinacionais e de organizações mundiais enquanto actores do Sistema Mundo.
- Reconhecer manifestações e impactos da globalização em acontecimentos locais.
- Relacionar o desenvolvimento tecnológico dos transportes e das comunicações com a expansão das trocas a nível mundial.
- Explicar a degradação dos termos de troca nas relações comerciais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.
- Reflectir, criticamente, sobre a influência da globalização na economia e na sociedade.
- Assumir uma posição crítica face à uniformização de padrões de consumo e modos de vida a nível mundial.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Explicar os conceitos de globalização e de multinacional.
- Mencionar os principais centros de decisão do Sistema Mundo.
- Identificar economias emergentes no mundo actual.
- Identificar factores que tenham contribuído para a globalização.
- Referir efeitos da globalização na economia e na sociedade.
- Explicar o funcionamento do comércio mundial de produtos com origens diversas.
- Identificar organizações e acordos internacionais no domínio do comércio.
- Mencionar princípios e objectivos do comércio justo.
- Enunciar medidas que contribuam para diminuir impactos negativos da globalização.

4 | Conteúdos

- Dimensões da globalização: económica, social política e cultural.
- Formação e expansão de empresas multinacionais.
- Interdependências entre sociedades e territórios com níveis de desenvolvimento diferentes.
- Factores responsáveis pela globalização:
 - Enfraquecimento do Estado-nação
 - Abertura das fronteiras
 - Desenvolvimento das comunicações
 - Liberalização das trocas
 - Expansão das multinacionais
- Centros de decisão do Sistema Mundo: E.U.A, U.E e Japão.
- Novas economias emergentes: China, Índia e Brasil.
- Efeitos da globalização na economia e na sociedade:
 - Desenvolvimento dos mercados financeiros
 - Deslocalização de empresas e fluxos de mão-de-obra
 - Aumento de desigualdades
 - Incremento do consumismo
 - Homogeneização de modos de vida
- Estrutura do comércio mundial: bens transaccionados, organizações e acordos internacionais.
- Comércio Justo: princípios e objectivos.
- Medidas para diminuir os impactos negativos da globalização.

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como começar?

- a) Pedir a cada aluno palavras ou uma frase que associem os conceitos globalização e multinacional.
 - Escrever no quadro as expressões e debater com os alunos as ideias apresentadas.
 - No final construir um texto que caracterize, em termos gerais, a globalização e empresas multinacionais onde se identifiquem aspectos positivos e negativos, associados. O texto pode ser ilustrado com imagens recolhidas em jornais e revistas.

Módulo D 6: Globalização e Comércio: Actores do Sistema Mundo

- Escolher um suporte adequado para a sua divulgação.
- b) Pesquisar, em pequenos grupos, na imprensa ou na *Internet* o lançamento de uma música, de um filme, de um jogo de computador ou de um livro que tenha ocorrido em simultâneo em vários países.
- Cada grupo deve identificar os objectivos e os meios que permitiram esses lançamentos.
- Em grupo-turma apresentar a informação recolhida e debater vantagens e desvantagens desses eventos, novas formas de aquisição de produtos, bem como a sua importância na uniformização de padrões de consumo e modos de vida a nível mundial.
- Registrar em suporte apropriado as conclusões do debate.

5.2. Sugestões de desenvolvimento

- a) Seleccionar países do mundo com níveis de desenvolvimento diferentes e situados em continentes diferentes.
- Distribuir um país a cada aluno para pesquisar os três produtos ou tipos de produtos que apresentam maior valor nas suas exportações.
- Em grupo-turma construir dois quadros, um com as exportações dos países desenvolvidos e outro dos países em desenvolvimento. Comparar os dois quadros e registar as semelhanças e diferenças encontradas.
- Debater as seguintes questões: Que tipo de produtos exportam os países desenvolvidos e em desenvolvimento? Qual a relação entre as produções e o grau de desenvolvimento dos países? Porque se têm degradado os termos de troca entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento? Que medidas podem ser tomadas?
- Elaborar uma síntese escrita com uma breve caracterização da estrutura do comércio mundial.
- b) Orientar os alunos para a realização de um levantamento de produtos nos armários da cozinha ou nas prateleiras de um supermercado.
- Ler os rótulos das embalagens de bolachas, de cereais para o pequeno-almoço ou outros alimentos, bem como de alguns produtos de limpeza, pequenos electrodomésticos ou material de electrónica.
- Anotar a origem de fabrico, as empresas fabricantes, algumas matérias-primas que entram na sua composição e as línguas que aparecem nas embalagens.
- Identificar se são grandes companhias multinacionais ou empresas pouco conhecidas.
- Em pequenos grupos registar num quadro os dados recolhidos e cartografar num planisfério os países de fabrico e as regiões do mundo em que poderão ser distribuídos, tendo por base as línguas escritas nas embalagens ou informações complementares recolhidas através da consulta das páginas da *Internet* das empresas.
- Comparar o mapa onde está cartografada a produção com o da distribuição.
- Elaborar um pequeno relatório explicativo das diferenças encontradas.

Módulo D 6: Globalização e Comércio: Actores do Sistema Mundo

5.3. Sugestões de aprofundamento

- a) Visionar um filme ou documentário que aborde o tema da globalização, das relações comerciais a nível mundial ou relate um projecto de desenvolvimento de comércio justo.
 - Elaborar previamente um guião de exploração para os alunos preencherem.
 - No final organizar um pequeno debate sobre os temas apresentados e enunciar algumas medidas que possam contribuir para a diminuição de impactos negativos da mundialização da economia. A consulta de documentos como o Pacto Global produzido pela ONU pode ser útil para organizar o debate.
- b) Organizar uma visita de estudo a uma empresa multinacional com representação em Portugal. É conveniente que a visita assuma o carácter de visita interdisciplinar com a colaboração das diferentes disciplinas.
 - O guião da visita deve ser previamente preparado de modo a obter informações diversificadas, como sejam o processo de criação, as fases de expansão, os países com filiais ou representações, as línguas de trabalho utilizadas, as principais empresas a que está ligada, a evolução do número de empregados, os produtos produzidos e / ou comercializados e a evolução das tecnologias utilizadas.
 - A informação recolhida pode ser tratada tematicamente em pequenos grupos e apresentada à turma através de suportes diversificados, sem esquecer os de suporte digital.
 - Na impossibilidade de concretizar a visita pode ser feita a exploração de sítios de empresas multinacionais na *Internet*, ou recorrer a outros meios que disponibilizem a informação pretendida.

6 | Sugestões de avaliação

A avaliação deverá ser integrada, contínua e sistemática. Deverá centrar-se na auto e hetero-avaliação do desempenho dos formandos e ter em conta as capacidades de comunicação e a progressão de cada aluno. Deve incidir essencialmente sobre os processos, fazendo-o de forma sistemática, através da interacção permanente professor – alunos. As actividades realizadas pelo aluno durante o módulo, individualmente ou em grupo, incluindo o domínio de técnicas de pesquisa e de organização da informação deverão ser objecto de avaliação.

7 | Bibliografia / Outros recursos

BONAGLIA, Frederico; GOLDSTEIN, Andrea (2006), *Globalização e desenvolvimento*. Lisboa: Editorial Presença.

CASTELLS, Manuel (2002), *A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CORDELLIER, Serge (1998), *A globalização para lá dos mitos*. Lisboa: Bizâncio.

FRIEDMAN, Thomas (2005), *O mundo é plano – uma história breve do séc XXI*. Lisboa: Actual Editora.

GIDDENS, Anthony (2000), *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença.

MELO, Alexandre (2002), *O que é – Globalização Cultural*. Lisboa: Quimera.

MURTEIRA, Mário (2003), *O que é – Globalização*. Lisboa: Quimera.

SANTOS, Boaventura (Org.), (2001), *Globalização fatalidade ou utopia?* Porto: Edições Afrontamento.

STIGLITZ, Joseph (2002), *Globalização: a grande desilusão*. Lisboa: Terramar.

Recursos na Internet disponíveis em Janeiro de 2006:

ONU – Organização das Nações Unidas - <http://www.onuportugal.pt/>

OMC – Organização Mundial do Comércio <http://www.wto.org/>

OIT – Organização Internacional do Trabalho <http://www.ilo.org/>

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento <http://www.unctad.org/>

Banco Mundial - <http://www.worldbank.org>

Fundo Monetário Internacional - <http://www.imf.org>

Mcdonalds - <http://www.mcdonalds.pt/>

Nestlé - <http://www.nestle.pt/>

Coca-cola - <http://www.cocacola.com/>

Nike - <http://www.nike.com/main.html>

OIKOS - <http://www.oikos.pt>

Documentos da ONU:

Pacto Global – Cidadania empresarial na economia mundial – disponível em: <http://www.runic-europe.org/portuguese/ecosoc/PACTOGLOBAL.html>

MÓDULO D7

Problemas Globais: Conseguir Água e Alimentos

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

Os alimentos e a água são elementos essenciais aos quais todos os seres humanos devem ter acesso para poder viver. São considerados direitos humanos tanto o acesso à alimentação essencial, com valor nutricional adequado e de qualidade, quanto o acesso à água, suficiente, de qualidade aceitável, fisicamente acessível e disponível. A fome, a desnutrição e a inanição são problemas globais. A fome é a condição de uma pessoa que não tem acesso à alimentação suficiente. A desnutrição é causada pela fome, baixa qualidade dos alimentos e doenças. Embora uma pessoa possa consumir diariamente um número apropriado de calorias, essa pessoa pode estar a perder nutrientes essenciais à sua dieta. Concretizar o direito à alimentação adequada significa eliminar a fome, a desnutrição e a inanição.

As dificuldades financeiras estão na origem das limitações ao acesso à alimentação. As pessoas que vivem em condições de pobreza não têm condições, nem para produzir, nem para adquirir os alimentos de que necessitam. As quebras de produção e distribuição de alimentos são outra causa importante da fome e da desnutrição. Os desastres naturais como as secas, as cheias ou os furacões podem alterar a produção, o transporte e o comércio, desencadeando escassez de alimentos. Os desastres causados pelas actividades humanas, incluindo a guerra, limitam o acesso aos alimentos e à água porque interrompem o fluxo regular de distribuição. Durante os conflitos, a alimentação e a água podem ser utilizadas como uma arma de guerra: privando-se intencionalmente a população civil de alimentos e água causa-se a inanição.

Segundo dados das Nações Unidas, em Junho de 2002, estima-se que 815 milhões em todo o mundo sejam vítimas de subnutrição crónica ou grave, a maior parte das quais são mulheres e crianças de países pobres. O flagelo da fome atinge 777 milhões de pessoas nos países em desenvolvimento, 27 milhões nos países em transição (na ex-União Soviética) e 11 milhões nos países desenvolvidos. A subnutrição crónica, não conduz apenas à morte física, mas implica frequentemente uma mutilação grave, nomeadamente a falta de desenvolvimento das células cerebrais nos bebés e cegueira por falta de vitamina A. Todos os anos, dezenas de milhões de mães gravemente subnutridas dão à luz dezenas de milhões de bebé, igualmente ameaçados.

Os governos devem assegurar aos cidadãos o acesso, a disponibilidade e a segurança de alimentos e água. A disponibilidade consiste na presença de alimentos ou meios de produção de alimentos, numa

Módulo D7: Problemas Globais: Conseguir Água e Alimentos

comunidade humana, o que inclui também a disponibilidade de água. O acesso é a capacidade das pessoas realmente obterem os alimentos e os recursos disponíveis; em muitos países o problema do acesso é ainda maior do que o da disponibilidade. A segurança significa que a alimentação e a água devem estar sempre disponíveis e acessíveis à população, quer à actual quer às futuras gerações.

A alimentação adequada e a água são imperativos prioritários do desenvolvimento. No caso da alimentação assistimos a um acentuado contraste entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Entre os primeiros, a abundância desencadeou diversos distúrbios alimentares, como a obesidade, nos segundos as carências não permitem satisfazer as necessidades calóricas de parte significativa da população. Em relação à água, o aumento dos consumos de água doce, para os mais diversos fins, fez deste recurso natural, um factor limitador do desenvolvimento, sobretudo nas regiões onde a escassez e fraca qualidade se juntam. Estima-se que, actualmente, mais de 500 milhões de pessoas em 31 países não têm acesso a água potável. Estes são problemas globais que exigem uma consciência cívica capaz de desencadear medidas capazes de assegurar o desenvolvimento sustentável.

2 | Competências Visadas

- Relacionar o desenvolvimento sustentável com a disponibilidade de recursos alimentares e hídricos.
- Compreender a dimensão do problema da fome e da escassez de água em diferentes países e regiões.
- Reflectir acerca de soluções políticas, técnicas e científicas que contribuam para reduzir o problema da fome.
- Reconhecer o impacto ambiental das actividades humanas na degradação e escassez dos recursos hídricos.
- Identificar comportamentos e atitudes que em diferentes situações e lugares contribuam para melhorar a disponibilidade de água e de alimentos.
- Identificar acções dos governos e das organizações não governamentais no domínio dos alimentos e da água.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Indicar os vários tipos de recursos alimentares e hídricos e a sua distribuição regional.
- Reflectir sobre a necessidade de protecção dos recursos hídricos em diferentes regiões do mundo.
- Relacionar as actividades domésticas e industriais com o consumo excessivo de água.
- Identificar os factores responsáveis por situações de fome e desnutrição em diferentes regiões do planeta.
- Sensibilizar para a mudança de hábitos necessária para evitar distúrbios alimentares.
- Reconhecer a necessidade de racionalizar o consumo de água em todas as actividades humanas.
- Referir o papel dos governos e legislação relevante relativa à defesa dos recursos hídricos e da segurança alimentar.
- Reconhecer o desenvolvimento agrícola como forma de ultrapassar as situações de carência das comunidades.
- Indicar acções das organizações humanitárias na ajuda a populações subnutridas.
- Indicar acções das organizações ecologistas na protecção dos recursos hídricos.

4 | Conteúdos

- Problemas Globais: alimentos e água como armas de guerra.
- Recursos alimentares
 - Tipos de recursos alimentares
 - Distribuição regional da produção de alimentos
 - Agricultura e produção de alimentos
 - Situações de fome no mundo
 - Segurança alimentar
- Recursos hídricos
 - Tipos de recursos e formas de acesso
 - Disponibilidade regional
 - Diversidade e aumento do consumo
 - Degradação da qualidade e redução da quantidade
 - Mitigação
- Organizações, instrumentos legais e acções no domínio dos recursos alimentares e hídricos.

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como começar

- a) Alimentar o corpo.
 - Pedir aos alunos para fazerem uma lista do que comem ou bebem num dia.
 - Verificar o que os alunos sabem sobre as necessidades do seu corpo para sobreviver e se desenvolver (em termos de água e nutrientes).
 - Depois da fase inicial de apresentação de ideias fornecer à turma alguns dados objectivos sobre o tema.
 - Solicitar conclusões que sublinhem a diferença entre as necessidades e os consumos alimentares.
- b) Consumo de água.
 - Pedir aos alunos que calculem a quantidade de água que consomem por dia e que apresentem um gráfico com as quantidades consumidas em diferentes funções (beber, lavar os dentes, tomar banho,...).
 - Comparar os resultados obtidos na turma e apresentar dados relativos à evolução das disponibilidades de água potável.
 - Face aos dados disponíveis solicitar a elaboração de uma lista de comportamentos que permitam poupar água no quotidiano.

5.2. Sugestões de desenvolvimento

- a) Abastecimento e esgotos.
 - Propor à turma que, em pequenos grupos ou individualmente, investiguem o sistema de abastecimento de água e esgotos da cidade onde se localiza a escola e/ou residência.
 - Organizar o trabalho a partir da colocação prévia de hipóteses, seguida de recolha e tratamento da informação e apresentação à turma dos resultados, nos suportes considerados adequados.
 - O mesmo tipo de investigação pode ser feito relativamente ao abastecimento de alimentos procurando esclarecer o sentido dos termos: disponibilidade, segurança e acesso.
- b) A fome no mundo.
 - Desenvolver um trabalho de investigação em pequenos grupos que permita caracterizar o fenómeno da fome no mundo actual.
 - Identificar as regiões do mundo onde ocorrem situações de fome e subnutrição bem como identificar os factores que estão na origem dessas situações.

Módulo D7: *Problemas Globais: Conseguir Água e Alimentos*

- Os grupos podem estudar diferentes situações e indicar as medidas que foram ou podem ser tomadas para melhorar a situação.

5.3. Sugestões de aprofundamento

- a) Recursos alimentares e hídricos na imprensa.
 - Recolher em jornais e revistas informação sobre temas e problemas associados aos recursos alimentares e hídricos.
 - Com base nas peças recolhidas organizar um *dossier* de imprensa que possa ser consultado em trabalhos sobre estas problemáticas.
 - O *dossier* pode ser complementado com recolha de notícias que possam ajudar a esclarecer porque é que a água e os alimentos podem ser utilizados como arma de guerra.
- b) Documentários sobre água e alimentos.
 - Os problemas relacionados com os recursos alimentares e hídricos são frequentemente analisados em documentários.
 - O visionamento de filmes documentais adequados a estas problemáticas pode permitir aos alunos excelentes momentos de aprendizagem e aprofundamento dos temas em questão.

6 | Sugestões de avaliação

A avaliação deve incidir sobre o processo e produtos devendo o professor definir critérios para ambos. Os critérios para além de adequados ao público e ao contexto deverão permitir registar os níveis de desempenho dos diferentes alunos. O trabalho final poderá revestir a forma de um portefólio ou de um relatório de evidências das tarefas realizadas e dos objectivos atingidos. As actividades de auto e hetero-avaliação devem integrar este processo.

7 | Bibliografia / Outros recursos

GHISLAIND, Marsily (1997), *A Água*. Lisboa: Instituto Piaget.

GIORDAN, André; SOUCHON, Christian (1997), *Uma Educação para o Ambiente*. Lisboa: IIE / Instituto de Promoção Ambiental.

MALASSIS, Louis (1994), *Alimentar os Homens*. Lisboa. Instituto Piaget.

ROXO, Maria José (2003), *Recursos e Catástrofes Naturais - Geografia-Espaços*. Carnaxide: Constância Editores.

SMITH, Mark J. (2001), *Manual de Ecologismo – Rumo à cidadania ecológica*. Lisboa: Instituto Piaget.

Módulo D7: *Problemas Globais: Conseguir Água e Alimentos*

Recursos na Internet disponíveis em Dezembro de 2005

Alimentar mentes para acabar com a fome – www.feedingminds.org

Instituto da Água – www.inag.pt

Instituto do Ambiente – www.iambiente.pt , www.qualar.org

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – www.fao.org

Portal do Ambiente – www.ambienteonline.pt

MÓDULO D8

Prevenção e Riscos: Desastres e Catástrofes Ambientais

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

Com frequência, temos notícias sobre catástrofes naturais e ambientais que ocorrem nas mais diversas partes do mundo, inclusive em Portugal. As consequências das catástrofes, embora com intensidades diferentes, podem ser devastadoras para as populações e respectivas actividades, bem como para o meio natural. Todos recordamos as dimensões da catástrofe ocorrida em 26 de Dezembro de 2004, quando um violento sismo desencadeou um “tsunami” que atingiu grande parte da Ásia Sul, causando 230 mil mortos. Em 2005, assinalou-se os 250 anos do Terramoto que destruiu grande parte da cidade de Lisboa em 1755. Nesse mesmo ano, a seca e os incêndios atingiram com especial intensidade grande parte do território português.

As catástrofes naturais relacionam-se com dois tipos de fenómenos: os que têm origem na atmosfera e os que têm origem no interior da Terra. Os primeiros originam catástrofes como: secas, cheias, vagas de frio ou de calor, tempestades de granizo ou chuvas, ventos fortes, furacões, avalanches e incêndios. O segundo tipo de fenómenos inclui as catástrofes desencadeadas por sismos e vulcões. O perigo que estes fenómenos encerram corresponde a todas as ameaças a que as populações e o ambiente estão sujeitos. O risco é a possibilidade que existe de ocorrer o perigo, sendo a catástrofe a ocorrência do perigo. É preciso prevenir os riscos para evitar ou minorar prejuízos e perdas inúteis, quer materiais quer em vidas humanas.

A informação de que dispomos sobre o que acontece no planeta transmite a ideia que actualmente ocorrem mais catástrofes no mundo, o que pode não ser verdade, mas apenas o efeito de uma maior mediatização. Os avanços da ciência e da tecnologia provocaram uma falsa segurança em relação às forças da natureza, levando à modificação dos sistemas naturais e à ocupação de cada vez mais áreas de risco, aumentando a vulnerabilidade à ocorrência de fenómenos naturais extremos.

Este módulo tem como finalidade a identificação dos riscos inerentes às catástrofes naturais. Perante os riscos, a melhor defesa das populações consiste na adopção de medidas e acções de prevenção e planeamento.

2 | Competências Visadas

- Explicar causas e consequências de catástrofes com origem em fenómenos atmosféricos.
- Explicar causas e consequências de catástrofes com origem em fenómenos no interior da terra.
- Identificar os lugares de maior ocorrência das diferentes catástrofes naturais.
- Identificar formas de mitigação para os diferentes tipos de catástrofes naturais.
- Relacionar as actividades humanas com a criação e intensificação de fenómenos naturais extremos.
- Reconhecer a importância dos serviços de protecção civil em casos de catástrofe.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Mencionar a origem das diferentes catástrofes naturais.
- Justificar a ocorrência de diferentes tipos de catástrofes naturais.
- Indicar medidas de prevenção e planeamento para diferentes catástrofes naturais.
- Localizar áreas de risco de ocorrência de catástrofes.
- Dar exemplos da ocorrência de catástrofes naturais e das respectivas consequências.
- Indicar o papel dos serviços de protecção civil em casos de catástrofe.
- Referir actividades humanas potenciadoras de riscos e catástrofes.

4 | Conteúdos

- Catástrofes Naturais: conceitos fundamentais
- Áreas de risco
- Tipos de catástrofes naturais – causas, consequências e mitigação:
 - Sismos e vulcões
 - Movimentos de terreno/ Movimentos em massa
 - Ciclones e situações meteorológicas extremas
- Formas de prevenção de catástrofes naturais
- Serviço Nacional de Protecção Civil: funções e agentes

5 | Orientações metodológicas

5.1. Como Começar

a) Conceitos de partida.

- Debater com os alunos o significado dos conceitos de fenómenos naturais extremos, catástrofes naturais, perigo, risco e desastre. Pode iniciar-se o debate com uma associação de ideias que termine no encontro dos conceitos.

b) Imagens e notícias de catástrofes.

- Analisar com os alunos as imagens e as notícias relativas a diferentes catástrofes ocorridas em vários lugares do mundo. Localizar num planisfério os lugares a que se refere cada imagem.
- Concluir com a definição da tipologia e origem bem como de áreas de risco de várias catástrofes naturais.

5.2. Sugestões de desenvolvimento

Prevenção e riscos.

- Dividir a turma em grupos para identificação dos riscos.
- Avaliar as consequências e as formas de mitigação para diferentes catástrofes naturais.
- Cada grupo estuda um tipo de catástrofe, seguindo as etapas de um trabalho de investigação: pesquisa documental, tratamento da informação, interpretação do material recolhido e construído, apresentação das conclusões, oralmente e por escrito, à turma.
- Esta actividade pode ser complementada com uma exposição dos materiais produzidos.

5.3. Sugestões de aprofundamento

Actividades humanas e riscos de catástrofes.

- Para diversos fenómenos naturais, os alunos, em pequenos grupos, vão procurar identificar actividades humanas potenciadoras de risco. Por exemplo, a construção em leito de cheia, para as inundações, ou a actividade mineira, para os sismos.
- No final, cada grupo apresenta o relatório dos resultados, procurando referir formas de mitigar o risco inerente às situações inventariadas.
- Esta actividade pode ser complementada com o visionamento e análise de filmes documentais que explorem as causas, consequências e formas de mitigação.

6 | Sugestões de avaliação

A avaliação deve incidir sobre o processo e produtos devendo o professor definir critérios para ambos. Os critérios para além de adequados ao público e ao contexto deverão permitir registar os níveis de desempenho dos diferentes alunos. O trabalho final poderá revestir a forma de um portefólio ou de um relatório de evidências das tarefas realizadas e dos objectivos atingidos. As actividades de auto e hetero-avaliação devem integrar este processo.

7 | Bibliografia / Outros recursos

FRONTIER, Serge (2001), *Os Ecosistemas*. Lisboa: Instituto Piaget.

GARCIA, Ricardo (2004), *Sobre a Terra – Um guia para quem lê e escreve sobre ambiente*. Lisboa: Público.

GIORDAN, André; SOUCHON, Christian (1997), *Uma Educação para o Ambiente*. Lisboa: IIE / Instituto de Promoção Ambiental.

ROXO, Maria José (2003), *Recursos e Catástrofes Naturais - Geografia-Espaços*. Carnaxide: Constância Editores.

SMITH, Mark J. (2001), *Manual de Ecologismo – Rumo à cidadania ecológica*. Lisboa: Instituto Piaget

Recursos na Internet disponíveis em Dezembro de 2005

Alterações Climáticas – www.epa.gov
Instituto do Ambiente – www.iambiente.pt , www.qualar.org
Imagens do Globo – www.ngdc.noaa.gov
Serviço Nacional de Protecção Civil – www.snpc.pt/
Portal do Ambiente – www.ambienteonline.pt

MÓDULO D 9

Redução das Desigualdades: A Luta Contra a Pobreza

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

As desigualdades, a pobreza e a exclusão social são problemas que sempre afectaram as sociedades mas ganharam mais visibilidade nos últimos anos. Qualquer que seja a escala de análise, encontram-se assimetrias territoriais e desigualdades económicas e sociais geradoras de pobreza e de exclusão social. Muitos governos de países pobres, em parte devido à pesada dívida externa, consideram-se impotentes para combater a pobreza e convivem com o fenómeno como se fosse inevitável ou uma fatalidade do destino. Nos países ricos, embora existam políticas de luta contra a pobreza com resultados positivos, há tendência para ocultá-la e considerar que tem uma forte componente pessoal. Em 2000, a ONU estabeleceu como primeiro objectivo da Declaração do Milénio a erradicação da pobreza extrema e da fome no planeta, pretendendo reduzir, até 2015, para metade o número de pessoas que sofrem de pobreza extrema e de fome. O ano de 2005 foi o ano da luta contra a pobreza no mundo.

A pobreza e a exclusão social são fenómenos complexos e multidimensionais que envolvem uma diversidade de factores com origens globais e locais. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) considera a pobreza como a “incapacidade de desenvolver uma vida longa, saudável e criativa e de usufruir de um nível decente de vida, com liberdade, dignidade, respeito por si próprio e pelos outros”. Este conceito está muito para lá da privação de alimentos, uma vez que incide também na falta de recursos de natureza social, cultural, política e ambiental, ficando muito próximo do conceito de exclusão social.

São muitas as tentativas de medir a pobreza através de fórmulas ou índices de complexidade variada. Referimos apenas o Índice de Pobreza Humana (IPH) do PNUD e os limiares da pobreza relativa e absoluta, sendo que o IPH considera indicadores de longevidade, de conhecimento e de níveis de vida e o limiar da pobreza relativa situa-se, geralmente, em 50% do rendimento médio ou 60% do rendimento mediano de uma determinada sociedade. Assim, inclui-se na pobreza extrema ou absoluta a população que vive com menos de um dólar por dia, estando em causa a sua sobrevivência, por privação de alimentos e água potável.

Módulo D 9: *Redução das Desigualdades - A Luta Contra a Pobreza*

Dos 6 biliões de habitantes do planeta, cerca de 1000 milhões de seres humanos vivem com menos de um dólar por dia e 2,5 mil milhões de pessoas com menos de 2 dólares. No outro extremo, cerca de 80% da riqueza mundial está nas mãos de 15% da população. O grave e preocupante é que estas desigualdades têm-se agravado.

No mundo desenvolvido, as causas para a persistência do fenómeno são múltiplas: a precariedade das relações laborais, o aumento do desemprego de longa duração, o consumismo excessivo, o envelhecimento da população, o fluxo expressivo de imigrantes de países muito pobres, as toxicodependências, a (des) organização das cidades, as alterações na estrutura familiar, a crise do Estado-providência e dos mecanismos de protecção social.

Foi este contexto que levou à realização de programas europeus de luta contra a pobreza (PELCP) a partir de meados dos anos 70 e, já em 2000, foram aprovados a Agenda Social Europeia e os Objectivos Europeus para a Inclusão Social como forma de reforçar a coesão social entre os Estados-Membros.

Em Portugal, as medidas mais abrangentes de combate à pobreza foram tomadas, sobretudo, a partir da adesão à UE. Até à segunda metade dos anos 90 os planos de luta contra a pobreza basearam-se, essencialmente, em projectos comunitários de base local e em prestações sociais de recurso. Após 1995 as estratégias foram mais concertadas e abrangentes e foram delineadas através de Planos Nacionais de Acção para a Inclusão, sendo o Rendimento Mínimo Garantido um exemplo dessas medidas. Segundo dados do INE, em 2003, cerca de 20% dos portugueses (2 milhões) estariam em pobreza relativa e mais de 200 000 em pobreza absoluta. No que se refere às diferentes regiões do Continente destaca-se uma maior incidência da pobreza em regiões rurais periféricas em regressão demográfica como o Alentejo e os Açores, mas é nos meios semi-urbano e urbano que a pobreza mais alastra.

As estratégias mais adequadas para combater as desigualdades e a exclusão social estarão na prevenção e na adopção de políticas públicas inclusivas, em articulação com a sociedade civil, assentes em princípios de igualdade, de oportunidades e de cidadania participativa. As políticas e medidas deverão ser transversais e, não as podendo enumerar todas, queremos referir, em especial, as de educação e formação profissional ao longo da vida. Acima de tudo, é necessário investir nas pessoas e valorizar a sua capacidade de iniciativa facilitando a sua inserção no mundo do trabalho.

Compreender alguns dos mecanismos geradores de pobreza nos países desenvolvidos e, em particular, em Portugal, bem como algumas medidas que possam contribuir para reduzir as desigualdades e a pobreza são os desafios propostos por este módulo.

Módulo D 9: Redução das Desigualdades - A Luta Contra a Pobreza

2 | Competências Visadas

- Constatar a existência de desigualdades económicas e sociais em diferentes contextos.
- Compreender múltiplas dimensões da pobreza.
- Tomar consciência da existência de indicadores adequados para medir a pobreza.
- Relacionar as desigualdades económicas e sociais com a pobreza e a exclusão social.
- Aperceber-se de fenómenos de exclusão social na comunidade local.
- Justificar o aumento da pobreza nos países desenvolvidos.
- Explicar o aumento de bolsas de pobreza nas cidades.
- Explicitar políticas e medidas de combate à pobreza e à exclusão.
- Reflectir criticamente sobre o papel da comunidade internacional, do Estado e da sociedade civil na luta contra a pobreza e a exclusão social.
- Caracterizar medidas e intervenções concretas da sociedade civil na luta contra a pobreza.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Referir diferentes conceitos de pobreza.
- Explicar a evolução do conceito de pobreza.
- Distinguir pobreza de exclusão social.
- Identificar velhas e novas formas de pobreza em países desenvolvidos.
- Referir factores que influenciam a produção e reprodução da pobreza.
- Explicitar formas de manifestação da pobreza.
- Identificar grupos sociais vulneráveis à pobreza.
- Debater medidas que contribuam para diminuir o fosso entre ricos e pobres.
- Enunciar políticas e medidas de combate à pobreza e à exclusão social.
- Identificar organizações da sociedade civil que desenvolvam medidas e projectos de luta contra a pobreza e a exclusão.

Módulo D 9: Redução das Desigualdades - A Luta Contra a Pobreza

4 | Conteúdos

- Pobreza e desenvolvimento: desigualdades no sistema mundial
- Dimensões da pobreza e da exclusão: económica, social, e cultural
- Formas de medir a pobreza e a exclusão
- Desigualdades e pobreza em países desenvolvidos:
 - Causas e consequências
 - Estratégias e soluções
- Desigualdades, pobreza e exclusão social em Portugal:
 - Factores condicionantes
 - Extensão e intensidade da pobreza
 - Grupos sociais vulneráveis
 - Políticas e medidas de combate à pobreza e à exclusão social
 - Organizações da sociedade civil envolvidas na luta contra a pobreza.

5 | Orientações metodológicas

As orientações metodológicas seguidamente apresentadas constituem apenas uma sugestão.

5.1. Como Começar?

a) Imagens da pobreza.

- Escolher imagens diversificadas que mostrem situações de pobreza e/ou de exclusão social em países desenvolvidos e em desenvolvimento.
- Distribuir uma a cada aluno e solicitar a descrição, a identificação da região do mundo e uma causa provável.

b) Dimensões da pobreza.

- Analisar pequenos textos ou notícias de jornais onde estejam descritas situações de pobreza e/ou de exclusão social e distribuí-los a grupos de dois alunos.
- Pedir que identifiquem o tipo de pobreza e/ou de exclusão relatada e uma causa possível para essa pobreza.
- Pedir para fazerem a apresentação à turma e, em grupo-turma, enunciem várias dimensões da pobreza. Esta actividade pode iniciar-se pedindo aos alunos que tragam uma notícia que relate uma situação de pobreza e/ou de exclusão social.

Módulo D 9: Redução das Desigualdades - A Luta Contra a Pobreza

5.2. Sugestões de desenvolvimento

a) As desigualdades na União Europeia.

- Seleccionar nos dados publicados pelo Eurostat indicadores de natureza económica, social e cultural e, ainda, o Índice de Pobreza Humana para os países da União Europeia.
- Dividir a turma em grupos de 2 e distribuir um indicador por grupo para cartografar.
- Solicitar a análise do mapa e a posição de Portugal face aos outros países. Em grupo-turma debater os contrastes encontrados entre os países do Norte, do Sul e do Leste da Europa e possíveis razões para as diferenças encontradas.
- Analisar a posição de Portugal face aos outros países e elaborar uma pequena síntese do debate. Esta actividade pode ser realizada para o estudo da situação portuguesa, utilizando indicadores por “região”, sendo o objectivo compreender as assimetrias regionais existentes e encontrar explicações.

b) Medidas de combate à pobreza.

- Dividir a turma em dois grupos e distribuir a cada um uma medida governamental de combate à pobreza e à exclusão ou um projecto desenvolvido por organizações não governamentais, associações ou estruturas de igrejas.
- Solicitar a análise do documento, identificando os principais objectivos, entidades envolvidas, duração, acções e destinatários.
- Redigir um pequeno relatório e comunicar à turma os aspectos considerados mais importantes.

5.3. Sugestões de aprofundamento

a) Um cartaz e um desdobrável para lutar contra a pobreza.

- Construir um cartaz e um desdobrável para sensibilizar a comunidade escolar para os problemas da pobreza e da exclusão social. Sugere-se a consulta de materiais publicados por organismos governamentais, Organizações Não Governamentais, imprensa e sítios da *Internet*, como por exemplo <http://www.pobrezazero.org/materiais.htm>.
- Dividir a turma em dois grupos: um elabora o cartaz e outro o desdobrável. Deve privilegiar-se a ilustração, recorrendo a imagens diversificadas, como sejam fotografias, mapas, gráficos, *cartoons*.
- Encontrar meios diversificados para divulgar os materiais construídos junto da Comunidade Educativa.

b) A pobreza vive à nossa porta.

- Desafiar os alunos para fazer um pequeno estudo sobre situações concretas de pobreza na área da freguesia da Escola ou da residência. O estudo deve ser muito orientado e a sua profundidade estará dependente do tempo disponível e do envolvimento de outros professores

Módulo D 9: Redução das Desigualdades - A Luta Contra a Pobreza

da turma, ou mesmo de outras turmas. Poder-se-ão centrar as actividades do módulo em torno deste desafio.

- Dividir a turma em pequenos grupos e distribuir tarefas específicas a cada um. O leque de possibilidades é muito grande mas deixamos algumas sugestões: proceder à recolha de informação de natureza sócio-económica sobre a freguesia, recolha de notícias locais sobre situações de pobreza, levantamento das entidades governamentais e da sociedade civil com trabalho de campo realizado, entrevistas aos responsáveis, realização de um pequeno inquérito junto das pessoas a viver em situação de pobreza e/ ou de exclusão social.
- Organizar um *dossier* com toda a informação recolhida e tratada.
- Debater de forma mais alargada possível, de preferência para lá do grupo-turma, as conclusões a que se chegou e as medidas que poderão ser tomadas.
- Envolver entidades externas à escola no debate, em especial as que têm capacidade de actuação no terreno. Dirigir cartas a responsáveis políticos com as conclusões do estudo e solicitar intervenções adequadas.
- Por fim encontrar os meios mais eficazes de difundir este projecto de investigação a toda a freguesia. Poderá ser um desdobrável, *Internet*, rádio local, ou mesmo televisão. Em hipótese, pode trabalhar-se uma situação que não esteja ainda a ser apoiada pelas entidades competentes.

6 | Sugestões de avaliação

A avaliação deverá ser integrada, contínua e sistemática. Deverá centrar-se na auto e hetero-avaliação do desempenho dos formandos e ter em conta as capacidades de comunicação e a progressão de cada aluno. Deve incidir essencialmente sobre os processos, fazendo-o de forma sistemática, através da interacção permanente professor – alunos. As actividades realizadas pelo aluno durante o módulo, individualmente ou em grupo, incluindo o domínio de técnicas de pesquisa e de organização da informação são objecto de avaliação.

7 | Bibliografia / Outros recursos

ALMEIDA, João Ferreira et al. (1992), *Exclusão Social – Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*.

CAPUCHA, Luís (2005), *Desafios da Pobreza*. Oeiras: Celta.

CHOSSUDOVSKY, Michel (2003), *A Globalização da Pobreza e a Nova Ordem Mundial*. Lisboa: Editorial Caminho

COSTA, Alfredo Bruto da e tal. (1985), *A Pobreza em Portugal*. Lisboa: Caritas.

FERREIRA, LEONOR (2000)., *A Pobreza em Portugal na Década de 80*. Lisboa: Conselho Económico e Social.

FRIEDMANN, John (1996), *Empowerment – Uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras: Celta.

GONZALEZ, Juan et al (1992), *Desigualdades y nueva pobreza en el mundo desarrollado*. Madrid: Editorial Síntesis.

RAVIGNAN, François (2004), *Porquê a fome – um desafio sempre actual*. Lisboa: Editorial Bizâncio.

Documentos:

Declaração do Milénio - <http://www.runic-europe.org/portuguese/uninfo/>

Recursos na Internet disponíveis em Janeiro de 2006:

ONU – Organização das Nações Unidas - <http://www.onuportugal.pt/>

PNUD – www.undp.org

Banco Mundial – www.worldbank.org

Banco de Portugal – www.bportugal.pt

Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - <http://www.fao.org/>

EUROSTAT - europa.eu.int/comm/eurostat/

Instituto Nacional de Estatística - <http://www.ine.pt/>

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - <http://www.mts.gov.pt/>

Associação Nacional de Direito ao Crédito - <http://www.microcredito.com.pt/>

Plataforma Portuguesa das Organizações não governamentais - <http://www.plataformaongd.pt/>

OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento – www.oikos.pt

Banco Alimentar contra a fome - <http://www.bancoalimentar.pt/>

Caritas Portuguesa - <http://www.caritas.pt/>

Pobreza zero - <http://www.pobrezazero.org/>

MÓDULO D10

Desenvolvimento Rural: Vida e Paisagem para além da Cidade

Duração de Referência: **15 horas**

1 | Apresentação

Apesar da rápida urbanização, 3 mil milhões de pessoas (60% da população de países em desenvolvimento), ou seja, cerca de metade da população mundial continua a viver em áreas rurais (ONU, 2005). Nos países pobres, três quartos da população, na sua maioria mulheres que ganham menos de um dólar por dia, vivem em áreas rurais. Além da pobreza desproporcionalmente alta, as áreas rurais também se caracterizam pelo abandono escolar precoce, pela elevada ileiteracia nos adultos e pela desigualdade entre géneros. As disparidades entre as áreas rurais e urbanas, no investimento e na qualidade da educação, têm que ser corrigidas. A educação deve responder às necessidades específicas das comunidades rurais dotando as pessoas de competências para aproveitar as oportunidades económicas e melhorar a qualidade de vida.

A paisagem rural é responsável pela produção da maior parte dos alimentos de que a Humanidade necessita e pelo equilíbrio dinâmico dos sistemas ecológicos fundamentais à vida. Da organização e gestão do espaço rural depende a qualidade e a melhor utilização da água potável e dos recursos naturais. Também grande parte das actividades de recreio e lazer não se desenvolveriam sem o suporte da paisagem.

O desenvolvimento rural depende de múltiplos factores, estando sujeito à qualidade dos solos, às condições climáticas e obrigando a diferentes ritmos de trabalho sazonal. Muitas civilizações rurais desapareceram ou degradaram-se devido ao desprezo pelas regras de conservação e de fertilidade dos solos, motivado por pressões económicas e demográficas. Este é um dos aspectos mais graves da agricultura moderna, pois o desenvolvimento das actividades agrícolas está confrontado com imperativos ambientais capazes de garantir o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento rural exige a salvaguarda dos recursos, a recuperação e protecção do património e da paisagem, a preservação da memória colectiva e da identidade das comunidades humanas. Entre as diversas formas de promover e valorizar as paisagens rurais está o turismo. Visto pela perspectiva do desenvolvimento rural, o turismo, nas suas várias modalidades, é uma das actividades mais bem colocadas para assegurar a revitalização do tecido económico rural, sendo tanto mais forte, quanto conseguir mobilizar os recursos, a história, as tradições e a cultura de cada região. O turismo é não só um factor de diversificação das actividades agrícolas, como um factor de pluri-actividade, através da

Módulo D10: Desenvolvimento Rural: Vida e Paisagem para além da Cidade

dinamização de um conjunto de outras actividades económicas que dele são tributárias e que com ele interagem. É o caso do artesanato, da produção e venda de produtos tradicionais, dos quais se destacam os produtos agrícolas e géneros alimentícios certificados, dos serviços de transporte, de animação e de guias turísticos.

As paisagens rurais não existem sem actividades agrícolas próprias do mundo rural e devem ser reabilitadas, dignificadas e protegidas de forma a complementar a sociedade e a paisagem urbana. A tomada de consciência da importância das paisagens e do seu papel na construção da identidade local e regional resultou na assinatura, em 2000, por Portugal e muitos outros países europeus, da Convenção Europeia da Paisagem. No domínio da protecção da paisagem, a Rede Natura 2000 definiu na União Europeia a protecção de habitats naturais de forma a evitar a perda da biodiversidade.

A compreensão da importância do desenvolvimento regional e local e das paisagens que integram o mundo rural em Portugal, na Europa e nos outros continentes, constitui a principal finalidade das aprendizagens a desenvolver neste módulo. Quando a urbanização avança no mundo actual é preciso lembrar que há vida e paisagem para além da cidade.

2 | Competências Visadas

- Reconhecer a importância social e económica do desenvolvimento rural .
- Tomar consciência de medidas de promoção e valorização das zonas rurais.
- Caracterizar paisagens rurais em Portugal e na Europa.
- Distinguir sistemas de agricultura tradicional de sistemas de agricultura de mercado.
- Reconhecer elementos que estruturam a paisagem rural em diferentes regiões do mundo.
- Relacionar a agricultura com o desenvolvimento regional e local.
- Relacionar o turismo e a certificação de produções com o desenvolvimento local.
- Justificar o incremento da agricultura biológica.
- Reconhecer o papel das associações e dos programas de apoio ao desenvolvimento rural.

3 | Objectivos de Aprendizagem

- Definir agricultura e paisagem rural.
- Indicar elementos e dinâmicas da paisagem rural.
- Inventariar a diversidade de paisagens rurais em Portugal e na Europa.
- Relacionar agricultura com a utilização e gestão de recursos.
- Dar exemplos da forma de organização da agricultura em diferentes regiões do mundo.

Módulo D10: *Desenvolvimento Rural: Vida e Paisagem para além da Cidade*

- Caracterizar o modo de produção da agricultura biológica.
- Apresentar situações concretas de valorização da paisagem rural.
- Indicar as modalidades de turismo em espaço rural.
- Mencionar produtos agrícolas com denominação de origem.
- Indicar programas de apoio e organizações no âmbito do desenvolvimento das zonas rurais.

4 | Conteúdos

- Desenvolvimento rural, ambiente e sustentabilidade.
- Elementos, dinâmica e diversidade das paisagens rurais.
- Sistemas agrícolas tradicionais e de mercado.
- Consequências sociais e ambientais dos sistemas agrícolas.
- Diversificação das actividades no meio rural.
- Produtos tradicionais da agricultura e denominações de origem.
- Agricultura biológica: o que é e o que produz.
- Turismo em espaço rural: objectivos e modalidades.
- Associativismo e programas de apoio ao desenvolvimento rural.

5 | Orientações metodológicas

5.1. Como Começar

a) Agir sobre a paisagem.

- Solicitar à turma a identificação das actividades que se desenvolvem nas paisagens rurais. A tarefa pode ser desenvolvida em três momentos: trabalho de pares, comunicação à turma e síntese final.

- A actividade pode ser complementada com imagens (fotografias ou vídeo) que ilustrem o resultado da actividade humana sobre a paisagem.

b) As paisagens rurais.

- A partir de fotografias de paisagens rurais de diversos lugares do mundo, pedir aos alunos que, em pequenos grupos, façam a leitura de cada paisagem. A tarefa deve ser realizada a partir de um guião de análise que apele à identificação dos elementos que estruturam cada paisagem.

- Concluir com a apresentação dos resultados e construção de um painel com as várias fotografias.

5.2. Sugestões de desenvolvimento

a) Agricultura e paisagem rural em Portugal.

Módulo D10: *Desenvolvimento Rural: Vida e Paisagem para além da Cidade*

- Desenvolver um trabalho de investigação com o objectivo de caracterizar a agricultura e as paisagens rurais nas diferentes regiões do território português. Exemplos de tópicos de investigação: evolução das práticas agrícolas, condições naturais, principais produções, sistemas agrícolas, destino das produções, alterações da paisagem e perspectivas futuras.
 - A investigação pode ser individual ou em grupo e culminar com a apresentação e defesa do relatório final.
- b) Valorizar as zonas rurais.
- Utilizando a metodologia do estudo de caso, investigar, com recurso a diversas fontes, uma situação concreta de valorização de zonas rurais em diferentes regiões do mundo. Exemplos de actividades de valorização: programas de ajuda às populações em regiões pobres, produtos tradicionais com denominação de origem, modalidades de turismo e outras.
 - Utilizando diferentes suporte, o trabalho é apresentado e discutido em plenário de turma.

5.3. Sugestões de aprofundamento

- a) Agricultura tradicional e agricultura de mercado.
- Caracterizar os sistemas agrícolas, tradicional e de mercado, a partir de textos ou do visionamento de filmes documentais, que distingam e dêem exemplos concretos dos dois tipos de agricultura.
 - O trabalho pode ser complementado com a recolha de depoimentos de agricultores ou técnicos conhecedores do meio. No âmbito deste tema devem ser abordadas as consequências sociais e ambientais de cada um dos sistemas.
- b) Alimentos saudáveis e agricultura biológica.
- Investigar o desenvolvimento da prática de agricultura biológica, relacionando-a com a produção de alimentos saudáveis.
 - Identificar produtos e técnicas de cultivo.
 - Desenvolver o trabalho em pequenos grupos e concluir com a elaboração de um conjunto de cartazes que possam ilustrar as vantagens e as limitações deste tipo de agricultura.

5.4 Sugestões de trabalho de campo

Preparar e realizar uma visita a uma exploração agrícola. Observar todos os procedimentos de preparação e realização de saídas: escolha dos locais, contactos prévios, horários, transportes, autorizações, preparação do guião de trabalho e avaliação. Os alunos devem ser envolvidos em todas as fases do trabalho e este deve servir o desenvolvimento de competências gerais e específicas.

6 | Sugestões de avaliação

A avaliação deve incidir sobre o processo e produtos devendo o professor definir critérios para ambos. Os critérios para além de adequados ao público e ao contexto deverão permitir registar os níveis de desempenho dos diferentes alunos. O trabalho final poderá revestir a forma de um portefólio ou de um relatório de evidências das tarefas realizadas e dos objectivos atingidos. As actividades de auto e hetero-avaliação devem integrar este processo.

7 | Bibliografia / Outros recursos

ABREU, A. Cancela; CORREIA, T. Pinto; OLIVEIRA, Rosário (2004). Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal. Lisboa: Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

DAVEAU, Suzane (1995), Portugal Geográfico. Lisboa: Sá da Costa Editora.

GASPAR, Jorge (1993), As Regiões Portuguesas. Lisboa: MPAT/SEPDR.

MARQUES, Raul (2002), "O Local enquanto espaço de afirmação cívica: uma condição para o desenvolvimento", in Olhares sobre o território e a espacialidade. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, pp. 57-72.

MARQUES, Teresa Sá (2004), Portugal na Transição do Século: Retratos e Dinâmicas Territoriais. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.

RIBEIRO, Orlando (1986), Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico. Lisboa: Sá da Costa Editora (4ª edição)

RIBEIRO TELES, Gonçalo (2004), "A Paisagem é tudo", in Jornal Pessoas e Lugares nº16 (Jan-Fev 2004), Lisboa: Rede Nacional Leader

Recursos na Internet disponíveis em Dezembro de 2005:

AGROPORTAL – www.agroportal.pt

ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local – www.animar-dl.pt

Associação Portuguesa e Ecologia da paisagem – www.apep.pt

Portal da Europa – www.europa.eu.int/

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – www.fao.org

Jornal "Pessoas e Lugares" – www.leader.pt/PESSOAS_LUGARES.HTM

LEADER - Ligação Entre as Acções de Desenvol. da Economia Rural – www.leader.pt

Min. da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas – www.min-agricultura.pt/

Minha Terra – Fed. Portuguesa Associações Desenvol. Local – www.minhaterra.pt

Rede Natura 2000 – www.natura2000benefits.org/

Índice Geral

Parte I - Orgânica Geral

| | Página |
|--|--------|
| 1. Caracterização da Disciplina | 2 |
| 2. Visão Geral do Programa | 4 |
| 3. Competências a Desenvolver. | 5 |
| 4. Orientações Metodológicas / Avaliação | 8 |
| 5. Elenco Modular | 10 |
| 6. Bibliografia | 13 |

Parte II - Módulos

| A | Dimensão da Empregabilidade | |
|-------------------|--|----|
| Módulo A1 | Empregabilidade I: Comunicação e Relações Interpessoais | 18 |
| Módulo A2 | Empregabilidade II: Mudanças Profissionais e Mercado de Trabalho | 23 |
| Módulo A 3 | Empregabilidade III: Enquadramento Socioprofissional | 28 |
| Módulo A 3 | Empregabilidade IV: Integração no Mundo do Trabalho | 34 |
| B | Dimensão Política e Jurídica | |
| Módulo B1 | Organização do Estado Democrático: A Nossa Democracia | 40 |
| Módulo B2 | Participação na Democracia I: Para que servem os Partidos | 44 |

| | | |
|-------------------|---|-----|
| Módulo B3 | Participação na Democracia II: Todos somos Fregueses | 50 |
| Módulo B4 | Direitos de Cidadania: O Direito de Todos termos Direitos | 55 |
| Módulo B5 | Lusofonia: A Língua Portuguesa para além de Portugal | 60 |
| Módulo B6 | Funcionamento da UE: A Europa Unida | 65 |
| Módulo B7 | Organizações Internacionais: As Nações (Des)Unidas | 71 |
| Módulo B8 | Direitos Humanos: A Longa História dos Direitos e Liberdades | 76 |
| Módulo B9 | Identidade e Democracia: Elementos da História de Portugal | 82 |
| Módulo B10 | Guerra e Paz: Da 2ª Guerra Mundial ao 11 de Setembro | 87 |
| C | Dimensão Social e Cultural | |
| Módulo C1 | Responsabilidade: Responder perante a Responsabilidade | 92 |
| Módulo C2 | Discriminação e Racismo: Todos Diferentes, Todos Iguais | 96 |
| Módulo C3 | Autoridade: Porque precisamos de Autoridade? | 100 |
| Módulo C4 | Compreender os <i>media</i> I: Os Antigos e os Novos | 104 |
| Módulo C5 | Compreender os <i>media</i> II: Quem faz a Agenda das Notícias? | 108 |
| Módulo C6 | Património e Cultura: A Nossa Identidade | 112 |
| Módulo C7 | Sociedade Civil: As Múltiplas Pertenças | 117 |
| Módulo C8 | Fecundidade e Envelhecimento: Famílias em | 122 |

| | | |
|-------------------|--|-----|
| Módulo C9 | Género e Igualdade: Todos os Homens são Livres, e as Mulheres? | 128 |
| Módulo C10 | Promover a Saúde: As Doenças do Nosso Tempo | 134 |
| D | Dimensão Económica e Ambiental | |
| Módulo D1 | Ambiente e Desenvolvimento I: Problemas Globais, Soluções Locais | 140 |
| Módulo D2 | Ambiente e Desenvolvimento II: Um Mundo de Contrastes | 144 |
| Módulo D3 | Coesão Económica e Social: Aproximar as Regiões da Europa | 150 |
| Módulo D4 | Consumo Esclarecido: Todos somos Consumidores | 155 |
| Módulo D5 | Urbanização Sustentável: Viver (n)as nossas Cidades | 160 |
| Módulo D6 | Globalização e Comércio: Actores do Sistema Mundo | 165 |
| Módulo D7 | Problemas Globais: Conseguir Água e Alimentos | 172 |
| Módulo D8 | Prevenção e Riscos: Desastres e Catástrofes Ambientais | 178 |
| Módulo D9 | Redução das Desigualdades: A Luta Contra a Pobreza | 182 |
| Módulo D10 | Desenvolvimento Rural: Vida e Paisagem além da Cidade | 189 |